Bolsa de Investigação no âmbito do QREN-POPH – Tipologia 4.1 – Formação avançada,
comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES,
com a referência SFRH/BD/28573/2006

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

POPH
PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Volume I

Agosto de 2010

Volume I

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

UMinho | 2010

Bolsa de Investigação no âmbito do QREN-POPH – Tipologia 4.1 – Formação avançada,
comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES,
com a referência SFRH/BD/28573/2006

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

POPH
PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Volume II

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

UMinho | 2010

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Volume II

Agosto de 2010

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Volume I

Tese de Doutoramento em História
Ramo de conhecimento em Idade Contemporânea

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Agosto de 2010

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Volume II

Tese de Doutoramento em História
Ramo de conhecimento em Idade Contemporânea

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Agosto de 2010

DECLARAÇÃO

Nome: ALEXANDRA PATRÍCIA LOPES ESTEVES

Endereço electrónico: alexandraesteves@iol.pt **Telefone**: 25874138

Número do Bilhete de Identidade: 11873256

Título da Tese de Doutoramento:

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Orientadora:

Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

Ano de conclusão: 2010

Ramo do Conhecimento do Doutoramento:

História – Idade Contemporânea

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, / /

Assinatura: _____

António Fiúza	-	Setembro de 1734	Fevereiro de 1735
Domingos de Barros	Querela de honra e virgindade	Setembro de 1733	Fevereiro de 1735
Francisco Mendes	-	Outubro de 1735	Novembro de 1735
Silvestre José	Devassa de ferimento	Dezembro de 1734	Abril de 1736
Manuel Velho	querela	Maio de 1736	Maio de 1736
Bernardo de Sá	-	Dezembro de 1734	Julho de 1736
Gregório Álvares	Querela de ferimento	Maio de 1736	Fevereiro de 1737
João Gomes	-	Agosto de 1737	Agosto de 1737
Alexandre Álvares	-	Outubro de 1736	Agosto de 1737
José Fernandes	Devassa de ferimento	Agosto de 1737	Outubro de 1737
Gaspar Rodrigues	Devassa de ferimento	Agosto de 1737	Outubro de 1737
José Nunes Viegas	-	Janeiro de 1736	Outubro de 1738
Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	-	Fevereiro de 1738	Fevereiro de 1738
José da Costa	Rapto	Agosto de 1736	Maio de 1738
Manuel de Matos	Querela de ferimento	Agosto de 1738	Agosto de 1738
Manuel Barbosa	Querela de ferimento	Setembro de 1738	Outubro de 1738
Manuel dos Santos	Querela de ferimento	Agosto de 1737	Janeiro de 1739
João Gomes	Crime de armas	Novembro de 1734	Janeiro de 1739
Pedro Dantas	Furto	Novembro de 1737	Janeiro de 1739
Agostinho Pereira	Querela de ferimento	Novembro de 1738	Janeiro de 1739
Cosme Rodrigues	Derrube de um muro	Novembro de 1736	Fevereiro de 1739
Manuel	Devassa de ferimento	Março de 1737	Fevereiro de 1739
José Ferreira	Devassa de ferimento	Janeiro de 1739	Maio de 1739
Josefa Maria Botelho de Magalhães	Querela	Maio de 1739	Junho de 1739
João Lopes Fradique	-	Março de 1739	Junho de 1739
Pedro Gomes	Querela de ferimento	Setembro de 1738	Agosto de 1739

Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

Quadro 1

Períodos de tempo de detenção na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)

Preso	Motivo da prisão	Tempo que passou na prisão	
		Data da entrada	Data da saída
Francisco Gonçalves	Querela de honra e virgindade	Agosto de 1732	Agosto de 1732
Manuel da Costa Campos	Uso de armas proibidas	Agosto de 1732	Setembro de 1732
Luís Vieira	-	Outubro de 1832	Novembro de 1732
Domingos Ribeiro	Querela de Honra e virgindade	Agosto de 1732	Novembro de 1832
Manuel Barbosa	Querela de ferimento	Setembro de 1732	Novembro de 1732
Henrique Borges Malheiro Bacellar	-	Setembro de 1732	Abril de 1733
Alexandre Pereira	-	Abril de 1733	Maio de 1733
Manuel Gonçalves Lima	Querela de ferimento	Julho de 1733	Julho de 1733
Luís Rodrigues	Querela de honra e virgindade	Setembro de 1733	Outubro de 1733
José de Magalhães	Querela de ferimento	Setembro de 1733	Outubro de 1733
Maria de Amorim	Devassa de resistência	Outubro de 1733	Outubro de 1733
Antónia de Araújo	-	Agosto de 1733	Novembro de 1733
Valeria Teixeira	Devassa de resistência	Outubro de 1733	Dezembro de 1733
Maria Rodrigues	Querela	Fevereiro de 1734	Fevereiro de 1734
Jacinto da Silva	Devassa de furto	Março de 1733	Abril de 1734
Domingos Gonçalves Barros	-	Agosto de 1734	Agosto de 1734
Marcos Barbosa	Devassa de ferimento	Maio de 1734	Fevereiro de 1735

APÊNDICES

Tranca – pau grosso que se coloca nas portas e janelas por motivos de segurança.

Traficante – falta de seriedade.

Tratante – aquele que usa de tretas e embuste nos negócios.

Tomadia – apreensão

Tronga - barregã, prostituta

Vasculho – pessoa ordinária, coisa suja.

Venda - taberna

Voltarete – jogo de cartas.

Zabaneira – o mesmo que desavergonhada.

Rapinante – ladrão.

Rebeca – nome popular de violino.

Regateira – mulher que discute ou ralha recorrendo a linguagem grosseira ou mulher que compra pescado, fruta, hortaliça e outros víveres para depois revender.

Revolta dos Pinotes – revolta popular que teve lugar em Viana do Castelo, em Outubro de 1846.

Rosalgar - uma das espécies de arsénico.

Sachola – espécie de enxada mais pequena.

Sachada – reunião de pessoas para sachar sobretudo o milho.

Safado – descarado, contumaz.

Saragoça – pano de lã.

Segeiro – que faz seges, carruagens de passeio de pequena dimensão, de um só assento.

Serguilha – pano de lã.

Soga – corda grossa.

Tinhoso – que tem tinha, espécie de lepra que atingia a cabeça.

Tocata - serenata

Espigueiros – casa ou lugar onde se guardam as espigas de milho.

Florete - arma branca, composta, além do cabo, de uma haste de metal, prismática e pontiaguda.

Forneiro – dono de forno ou aquele que trata do forno.

Juiz eleito - magistrado judicial eleito pelo povo em cada freguesia para causas de menor valor e para as primeiras diligências em processos crime.

Juiz ordinário – magistrado que administra a justiça num julgado ordinário, do qual há apelação para o juiz de direito.

Laço – peça de ourivesaria.

Lei das Rolhas – lei contra a liberdade de imprensa.

Macaco – homem finório, espertalhão, desconfiado.

Mariola – patife.

Maroto – pedinte, vagabundo, miserável, malandro.

Morim – pano branco e fino de algodão.

Pataco – moeda de bronze no valor de 40 réis.

Pleuriz – inflamação da pleura.

Canada - antiga medida, igual a 4 quartilhos.

Charolas – andor para imagens religiosas.

Chuço - Vara ou pau.

Clavina – arma mais curta que a espingarda.

Chioleiros – aqueles que conduzem um carro de bois.

Côngrua – contribuição financeira para a sustentação dos párocos.

Contas – pequenas peças esféricas ou em forma de pipo.

Cornetadas – eventos nocturnos com música de latas, buzinas e funis, que costumam fazer-se em casos de pessoas que casavam em idade avançada, ou com grande diferença de idades. Estas barulhentas manifestações eram muitas vezes causa de conflitos.

Coura ou coira – rameira desprezível pela sua idade avançada.

Courão ou coirão - mulher de má nota, concubina.

Côvados - antiga medida de comprimento, equivalente a sessenta e seis centímetros.

Desobriga - confissão e comunhão segundo os preceitos da igreja católica, efectuada na altura da Páscoa.

Descantes – concerto de instrumentos ou de vozes.

Adaga – arma branca, larga e curta.

Albardeiro – aquele que faz ou vende albardas.

Almotacé - Inspector de pesos e medidas, que taxava o preços dos géneros alimentícios.

Bacalhoeiro – aquele que vende bacalhau.

Bacamarte – arma de fogo de cano curto e largo.

Bandalha – mulher que trabalha numa taberna, vagabunda.

Bandalho – farrapo, que anda esfarrapado.

Bexigas – o mesmo que varíola.

Bexigoso – indivíduo que tem vestígios de varíola.

Brejeiro – vadio, patife, grosseiro, reles.

Botão – brinco de orelha em forma de pequena bola, sem pingente.

Bouça – terreno geralmente murado ou delimitado por qualquer outro sistema de vedação, destinado à produção de mato, pinheiros ou carvalhos.

Calceta - grilheta, argola, com que se prendia a perna do condenado. Trabalho forçado de condenados. O condenado a trabalhos forçados.

GLOSSÁRIO

Weinberger, Barbara, “Urban and Rural Crime Rates and Their Genesis in Late Nineteenth-and Early Twentieth-century Britain”, in Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Midlle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, pp. 298-216.

Wilson, Ben, *Decency and Disorder. The age of cant 1789-1837*, London, Faber and Faber, 2007.

Yun Casalilla, Bartolomé, *Crisis de Subsistencias y Conflictividad social en Cordoba a princípios del siglo XVI. Una ciudad andaluza en los comienzos de la modernidad*, Cordoba, Estudios Cordobeses, Publicaciones de la Excma. Diputacion provincial, 1980.

Vaz, Maria João, *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006. Tese de doutoramento policopiada.

Vázquez Gonzálvez, María Dolores, *Las carceles de Madrid en el siglo XVII*, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1992. Tese de doutoramento policopiada.

Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros,* Coimbra, Minerva - História, 1992.

Ventura, Liliana de Almeida, *Criminalidade e Perdão numa Comunidade Rural. Sever do Vouga (1752-1831)*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2006. Tese de mestrado policopiada.

Vicente, Ana, *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*, Lisboa, Gótica, 2001.

Vieira, Benedicta Maria Duque*, A Formação da Sociedade Liberal*, Lisboa, CEHC-ISCTE, 2005.

Vigarello, Georges, *História da Violação*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988.

Villares, Ramón, *História da Galiza*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

Walkowitz, Judith R., "Sexualidades perigosas", in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 400-441.

Wateau, Fabienne, *Conflitos e água de rega. Ensaio sobre a Organização Social no Vale de Melgaço*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000.

Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura,* tomo I, 2001, pp. 285-325.

Vaquinhas, Irene, *Nome de Código "33856". "Os jogos de fortuna ou azar" em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927*), Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Vargues, Isabel Nobre; Torgal, Luís Reis, "Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 65-105.

Vargues, Isabel Nobre; Torgal, Luís Reis, "Produção e reprodução cultural", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 685-696.

Vasconcellos, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1980.

Vásquez Rodríguez, Xosé Manuel, "A Fentala, unha muller no final das gavillas", in *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, n.º 6, 1993-1994, pp. 52-60.

Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Celta Editora, 1998.

Vaz Maria João, "Crimes e Cidades: Lisboa nos finais do século XIX", in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 139-147.

Vaz, Maria João, "Prisões de Lisboa no último quartel do século XIX", in Dores, António Pedro, (org.), *Prisões na Europa. Um debate que apenas começa*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 11-21.

Torgal, Luís Reis, "A instrução pública", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 609-651.

Trinidad Fernández, Pedro, "La reforma de las cárceles en el siglo XIX: las cárceles de Madrid", in *Estudios de Historia Social*, Madrid, 22-23, 1982, pp. 69-188.

Trinidad Fernandez, Pedro, "Penalidad y gobierno de la pobreza en el Antiguo Régimen", in *Estudios de Historia Social*, Madrid, 48/49, 1989, pp. 7-64.

Trinidad Fernández, Pedro*, La defensa de la sociedad. Cárcel y delincuencia en España (siglos XVIII-XIX),* Madrid, Alianza Editorial, 1991.

TsiKounas, Myriam (dir.), *Éternelles Coupables. Les femmes criminalles de l'Antiquité à nos jour*s, Paris, Éditions Autrement, 2008.

Ujvari, Stefan Cunha, *A História e suas Epidemias*. *A convivência do homem com os microrganismos*, Rio de Janeiro, Editora Senac Rio, Editora Senac São Paulo, 2003.

Valverde Lamsfus, Lola, *Entre el deshonor y la miséria. Infancia abandonada en Guipúzcoa y Navarra* siglos XVIII y XIX, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del Pais Vasco, 1994.

Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918,* Coimbra, Faculdade de Letras, 1990. Tese de doutoramento policopiada.

Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918", in *Ler História*, nº 23, 1993, pp. 23-59.

Vaquinhas, Irene, *"Senhoras e mulheres" na Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Stone, Lawrence, "Interpersonal Violence in English Society 1300-1980", in *Past and Present. A journal of historical studies*, n.º 101, 1983, pp. 22-33.

Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979. Tese de doutoramento policopiada.

Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986. Tese de mestrado policopiada.

Subtil, José, "O governo da Câmara e da comarca de Viana do Castelo nos finais do antigo regime (1755-1834). (Teoria, fontes e metodologia)", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XX, 1996, pp. 115-156.

Sullivan, Anne, "Female Crime, Explanations of", in Rafter, Nicole Hahn, *Encyclopaedia of Women and Crime*, New York, Checkmark Books, 2003, pp. 70-71.

Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1808-1825)*, 2 vols., Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.

Tengarrinha, José, "Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX)", in *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006, pp. 75-98.

Tinková, Daniela, "Protéger ou punir? Les voices de la décriminalisation de l'infanticide en France et dans le domaine dês Habsbourg (XVIII-XIX siècles)", *Crime, Histoire &Sociétés/Crime, History & Societies*, vol. 9, 2005, pp. 43-72.

Toma, Maristela, "História, legislação e degredo em Portugal", in *Justiça e História*, vol. 10, n.º 5, 2005, pp. 51-92.

Sousa, Rita Martins de, "Moeda e Estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)", in *Análise Social*, vol. XXXVIII, 2003, pp. 771-792.

Spierenburg, Pieter, "Faces of violence: homicide trends and cultural meanings: Amesterdam, 1431-1816", in *Journal of Social History,* 1994, pp. 701-716.

Spierenburg, Pieter, "Four Centuries of Prison History, Punishment, Suffering, the Body and Power", Finzsch, Norbert; Jütte, Robert (eds.), in *Institutions of Confinement, Hospitals, Asylums, and Prisions in western Europe and north America, 1500-1950*, Cambridge, University Press, 1996, pp. 17-35.

Spierenburg, Pieter, "How violent were women? Court cases in Amsterdam, 1650-1750", in *Crime, Histoire &Sociétés/Crime, History and Societies*, n.º 1, vol. 1, 1997, pp. 9-28.

Spierenburg, Pieter, "Knife Fighting and Popular Codes of Honor in Early Modern Amsterdam", in Spierenburg, Pieter, *Men and Violence: gender, honor and rituals in modern Europe and America*, Ohio State University Press, 1998, pp. 103-127.

Spierenburg, Pieter, "Violencia, género y entorno urbano: Amsterdam en los siglos XVII y XVIII", in Fortea, I. José; Gelabert, Juan E.; Mantecón, Tomas A. (edit.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Universidad de Cantábria, 2002, pp. 99-128.

Spierenburg, Pieter, "Social Control and History: An Introduction", in Emsley, Clive; Johnson, Eric; Spierenburg, Peter (ed.), *Social Control in Europe*, Ohio, Ohio University Press, 2004, pp. 1-21.

Spierenburg, Pieter, *History of Murder*, Cambridge, Polity Press, 2008.

Spierenburg, Pieter, *The Spectacle of Suffering. Executions and the evolution of repression: from a preindustrial metropolis to the European experience*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

Silva, Susana Serpa, "Mendicidade e vadiagem na comarca de Ponta Delgada (Segundo quartel do século XIX)", in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social,* Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 169-198.

Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006. Tese de doutoramento policopiada.

Silva, Susana Serpa, "Alcoolismo e criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel", in *Ler História*, n.º 53, 2007, pp. 93-111.

Sleebe, Vincent, "Comunity and Social Control: An Enquire into the Dutch Experience", in Emsley, Clive; Johnson, Eric; Spierenburg, Pieter, *Social Control in Europe*, vol. 2, Ohio, Ohio State University, 2004, pp. 167-190.

Soares, Ivone, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo. Quotidiano Feminino Setecentista por Braga*, Braga, Associação Comercial de Braga, 2009.

Solé, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1593-1850)*, Guimarães, NEPS, 2001.

Sournia, Jean Charles, *História da Medicina*, Lisboa, Instituto Piaget, 1992.

Sousa, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979. Tese de doutoramento policopiada.

Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e "A Joalharia portuguesa dos séculos XVIII e XIX à luz da documentação", in *Museu*, IV série, n.º 3, 1995, pp. 115-186.

Sousa, Paulo Silveira e, "A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal", in Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui Miguel C. (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 111-136.

Silva, Hugo Ribeiro da; Cardoso, Susana, "Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 167-192.

Silva, Célia Taborda da "As movimentações populares de 1846 em Viana e seu distrito", in *Cadernos Vianenses*, tomo 24, 1998, pp. 81-95.

Silva, Célia Maria Taborda da, *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do Liberalismo (1834-1855)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2005. Tese de doutoramento policopiada.

Silva, Luísa Ferreira da, "O direito de bater na mulher – violência interconjugal na sociedade portuguesa", in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1999 (2.º), pp. 385-397.

Silva, Manuel Carlos, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1998.

Silva, Manuela Santos, "Galegos e minhotos à conquista do litoral do centro de Portugal: vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 397-407.

Silva, Nuno J. Espinosa Gomes, *História do Direito Português*. *Fontes do Direito*, 3.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Silva, Susana, Serpa, "1830-1835 – Seis anos de Criminalidade e violência em Ponta Delgada. Subsídios para um estudo multiface", in *Arquipélago. História*, 2.ª Série, II, 1997, pp. 209-244.

Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade e a Justiça na comarca de Ponte Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997. Tese de mestrado policopiada.

Sharpe, James A., "Crime in England: Long-Term Trends and the Problem of Modernization", in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Midlle Ages*, Chicago, University of Illinois Press, 1996, pp. 17-34.

Sharpe, J. A., *Crime in Early Modern England 1550-1750*, New York, Addison Wesley Longman, 1999.

Sharpe, Jim, "Crime, order and historical change", in Muncie, John; McLaughlin, Eugene (Eds.), *The problem of crime*, London, Sage Publications, 2002, pp. 107-149.

Shoemarker, Donald J., *Theories of delinquency. An examination of explanations of the delinquency behavior*, Oxford University Press, New York, 2010.

Shoemaker, Robert B., "The Decline of the public insult in London in 1660-1800", in *Past and Present,* n.º 169 (1), 2000, pp. 97-131.

Shore, Heather, "The trouble with boys: gender and the "invention" of the juvenile offender in early nineteenth Britain", in Arnot, Margaret L.; Usborne, Cornelie (Edi.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 75-92.

Shorter, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995.

Sieber, Tim, "Ruas da cidade e sociabilidade pública", in Cordeiro, Graça Índias; Vidal, Fréderic Vidal (orgs.) *A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 47-64.

Simón Palmer, Maria del Carmen, "Aspectos religiosos de la cocina de Palacio", in Garrido Aranda, Antonio, *Los Sabores de España y America*, Huesca, Editorial Val de Onsera, 1999.

Silva, António Martins, "A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 89-105.

Santos, Maria de Lurdes Lima dos, "Sociabilidade, comunicação e aprendizagem", in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 365-388.

Sanz Delgado, Enrique, "Las Viejas cárceles: Evolución de las garantias regimentales", in *ADPCP*, Tomo LVI, 2004, pp. 253-250.

Saraiva, Clara, "Casar em casa": A organização familiar numa comunidade no litoral minhoto", in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 1995, pp. 29-52.

Sarasúa, Carmen*, Criados, nodrizas y amos. El servicio doméstico en la formación del mercado de trabajo madrileño, 1758-1868*, Madrid, Siglo veintiuno de españa editores, 1994.

Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

Scott, Joan Wallach; Hufton, Olwen, "Women in History", in *Past and Present*, n. º 10, 1983, pp. 141-157.

Serna Alonso, Justo, *Presos y pobres en la España del XIX. La determinación social de la marginación*, Barcelona, PPU, 1988.

Serpentini, Antoine Laurent, "La criminalité de sang en Corse sous la domination génoise (fin XVII-début XVIII siècles)", in *Crime, Histoire &Sociétés/Crime, History & Societies*, vol. 7, n.º 1, 2003, pp. 57-78.

Serrão, José Vicente, "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução", in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 71-117.

Shakesheff, Timothy, *Rural Conflict, Crime and Protest: Herefordshire, 1800-1860*, Suffolk, The Boydell Press, 2003.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Os jovens delinquentes nas prisões do Porto", in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XI, 1996, pp. 189-204.

Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

Santos, Maria José Moutinho dos, "A Real Casa Pia de Correcção e Educação do Porto, 1792-1804", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Série III, vol. 2, 2001, pp. 129-144.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Bonfim - séc. XIX: A regedoria na segurança urbana", in *Cadernos Bonfim,* n.º1, Porto, Junta da freguesia de Bonfim, 2001.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Liberalismo, legislação criminal e codificação. O Código Penal de 1852, Cento e cinquenta anos da sua publicação", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 97-102.

Santos, Maria José Moutinho dos, "A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma polícia de segurança.", in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XVIIII-XIX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 131-145.

Santos, Maria José Moutinho dos*, "A historiografia francesa e as prisões"*, in *Intercâmbio*, 2007, pp. 65-70.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Menores no Porto: entre o desamparo e o crime (1880-1911)", in *Ler História*, n.º 53, 2007, pp. 71-92.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Delinquência urbana e formas de repressão em Portugal nos finais do Antigo Regime (1760-1801)", in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, Área de Publicaciones, 2009, pp. 199-219.

Sampaio, Francisco, "Viana na 2.ª metade do século XIX", in *Cadernos Vianenses*, Tomo I, 1978, pp. 68-73.

Sánchez, José António, "Mujer y violencia: Violación, estupro, malos tratos y asesinatos a comienzos del siglo XIX", in Cateria, Cinta (coord.), *De la Ilustración al Romanticismo. Cádiz, América y Europa ante la modernidad. VII Encuentro. La mujer en los siglos XVIII y XIX*, Cádiz, Servicio de publicaciones. Universidad de Cadiz, 1993, pp. 347-352.

Sallman, Jean-Michel, "Feiticeira", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir.), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 516-533.

Santos, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães. Comunidade rural do Alto Minho. Sociedade e demografia (1640-1872)*, Porto, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1999.

Santos, Gizelda Maria Scalon Seixas, *Dicionário de Criminologia*, São Paulo, Ícone, 2007.

Santos, Maria José Moutinho dos, "O casamento na sociedade tradicional – algumas imagens da literatura de cordel", in *Revista da Faculdade de Letras - História*, série II, vol. 5, 1988, pp. 211-244.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Criminalidade e comportamentos marginais no Porto em meados do séc. XIX: apontamentos para um estudo", in *Revista de História*, n.º 11, 1991, pp. 173-184.

Santos, Maria José Moutinho dos, "O ensino nas prisões: o exemplo da cadeia da Relação do Porto no século XIX", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 10, 1993, pp. 289-300.

Santos, Maria José Moutinho dos, "O Tribunal e a cadeia da Relação do Porto: Percursos e espaços da justiça", in *Comemoração dos Quatrocentos anos da Casa da Relação do Porto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1995, pp. 53-70.

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimentos, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário", in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa casa da Misericórdia, 1998, pp. IX-XXII.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias, Portugueses e Brasileiros", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 117-133.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Subalternas ou Excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico", in Vaz, Maria João, Relvas, Eunice, Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Lisboa, Celta Editora, 2000, pp. 41-51.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Assistência", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 140-148.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Pobreza", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 456-461.

Sá, Isabel dos Guimarães, "As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno", in *Cadernos do Noroeste*, n.º 15 (1-2), 2001, pp. 337-358.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Justiça e Misericórdia(s): devoção, caridade e construção do estado ao tempo de D. Manuel I", in *Penélope*, n. º 29, 2003, pp. 7-31.

Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas. 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Ruff, Julius, R., *Violence in Early Modern Europe, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

Ruiz Rodriguez, Ignacio, "Evolución histórica de las penas privativas de liberdad", in García Valdés (dir.), Carlos, *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica,* Madrid, Edisofer, 1997, pp. 79-90.

Russell-Wood, A. J. R., "A emigração: fluxos e destinos", in Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 158-168.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas", in *Penélope: fazer de desfazer história*, n.º 8, 1992, pp. 76-89.

Sá, Isabel dos Guimarães; Cortes, Nuno Osório, "A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados", in *Cadernos de Noroeste*, vol. 5 (1-2), 1992, pp. 179-190.

Sá, Isabel dos Guimarães, *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas colónias: séculos XVI-XVIII", separata do Congresso Internacional da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *O rosto feminino da sociedade Portuguesa. Actas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. 2, pp. 329-337.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no Período Moderno", in *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*, 1996, pp. 87-103.

Romero Samper, Milagrosa, "Delito, Policía, y sociedad. Tendências actuales de la investigación y debate historiográfico", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 9, Madrid, Universidad Complutense, 1988, pp. 229-248.

Roque, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da "revolta" em Portugal no século XIX. Alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)", in *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 1985, pp. 248-280.

Roque, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX", in *Revista de História das Ideias. O Sagrado e o Profano*, vol. 9, 1987, pp. 631-665.

Roque, João Lourenço, "Epidemias no distrito de Coimbra no Século XIX", *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, 2000, pp. 1-152.

Roque, João Lourenço, "Marginalidades sociais – o caso da mendicidade em Coimbra no século XIX", in Ventura, Leontina (coord.), *Economia, Sociedade e poderes. Estudos de homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Braga, Faculdade de Letras de Coimbra, 2004, pp. 193-263.

Roth, Randolph, "Homicide in Early Modern England 1549-1800: The Need for a Quantitative Synthesis", in *Crime, Histoire et Sociétés/ Crime, History and Societies,* vol. 5, n.º 2, 2001, pp. 33-67.

Rousseaux, Xavier, "Crime, Justice and Society in Medieval and Early Modern Times: Thirty Years of Crime and Criminal Justice History: A Tribute to Herman Diedericks", in *Crime, histoire et sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 1, n.º 1, 1997, pp. 87-118.

Rousseaux, Xavier, "La violencia en las sociedades premodernas: Nivelles, una ciudad de Brabante a lo largo de cinco siglos", in Fortea, Jose, I.; Gelabert, Juan, E.; Mantecón, Tomás, A. (ed.), *Furor et Rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, pp. 129-156.

Rodrigues, Ana Maria, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

Rodrigues, José Damião, "Criminalidade e violência em Ponta Delgada no final do Antigo Regime (1706-1817). Para uma leitura das relações sociais", in *Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada. Actas*, Ponta Delgada, 1999, pp. 153-178.

Rodrigues, Henrique Fernandes, "Emigração clandestina de portugueses para Espanha no século XIX. (Análise dos livros de recenseamento militar, 1855-1856)", in Eiras Roel, Antonio; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900,* vol. II, Santiago de Compostela, Conselleria de Educación e Ordenación Universitária, 1994.

Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil,* Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

Rodrigues, Henrique, *Emigração e Emigrantes. Vale do Lima no século XIX*, Viana do Castelo, CER/Henrique Rodrigues, 2006.

Rodrigues, Henrique, "Escolarização e alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do século XIX", in *Revista de Demografia Histórica*, XXV, I, 2007, pp. 59-92.

Rodrigues, José Júlio, "Lisboa e a Cholera", in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 88, 1884.

Rodrigues, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém – Cinco séculos de história*, Santarém, Edição da Santa Casa de Santarém, 2004.

Róldan Barbero, Horacio, *História de la Prision en España*, Barcelona, Publicaciones del Instituto de Criminología de Barcelona, 1988.

Reis, António Matos, "Viana, a cidade através do tempo", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XVI, 1993, pp. 13-30.

Relvas, Eunice, *Esmola e degredo*. *Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

Rey Castelao, Ofelia, "Movimentos migratórios en Galicia, siglos XVI-XIX", in Eiras Roel, António; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica*, vol. II, Santiago de Compostela, Conselleria de Educación e Ordenación Universitária, 1994, pp. 85-139.

Ribeiro, Ana Isabel, "Um crime no feminino. O caso Clesse (1771-1772)", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001-2002, pp. 347-377.

Ribeiro, Ana Sofia Vieira*, Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos. (1750-1772)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de mestrado policopiada.

Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII),* 2 vols., Braga, Universidade do Minho, 2009. Tese de doutoramento policopiada.

Robert, Philippe, *Sociologia do Crime*, Prepólis, Editora Vozes, 2007.

Robertson, Stephen, *Crimes Against Children. Sexual Violence and Legal Culture in New York City, 1880-1960*, Chapel Hill and London, University of North Carolina Press, 2005.

Robles Jáen, Cristóbal, "España y la Crisis Portuguesa de 1846", in *Hispânia*, LX/3, n.º 206, 2000, pp. 1001-1046.

Rocha, Joaquim, *Tomaz das Quingostas. 2.º Centenário do seu nascimento*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 2008.

Polanah, Luís, "Mexerico e maldizer no mundo rural", in *Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993, pp. 111-128.

Porret, Michel, *Le crime et ses circonstances. De l'esprit de l'arbitraire au siècle des Lumières selon les rèquisitoires des procureurs généraux de Genève*, Genève, Librairie Droz S.A., 1995.

Porter, Roy, *Historia Social de la Loucura*, Editorial Crítica, Barcelona, 1989.

Portugal, D. João de Almeida, *As prisões da Junqueira*, Lisboa, Frenesi, 2005, [1857].

Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914,* London, Methuen, 1985.

Queirós, Isabel Maria de Moura Ribeiro de, *Theudas e Mantheudas. A criminalidade feminina no reinado de D. João II através da leitura das cartas de perdão (1481-1485)*, vol. I, Porto, 1999. Tese de mestrado policopiada.

Rabaté, Colette, *Eva o María? Ser Mujer en la Época Isabelina (1833-1868)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.

Rafter, Nicole Hahn, *Partial Justice. Women, Prisons, and Social Control*, Transaction Publishers, New Jersey, 2004.

Ramos, Anabela, *Violência e Justiça em Terras do Montemuro – 1708 -1820*, Viseu, Palimage Editores, 1998.

Ramos, Anabela, "O Purgatório dos Vivos: Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1.ª metade do século XIX", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 405-416.

Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.

Perrot, Michelle, *Les Ombres de l'histoire. Crime et châtiment au XIX siècle*, Paris, Flammarion, 2001.

Petit, Jacques-Guy, *Ces peines obscures. La prison pénale en France (1780-1875)*, Paris, fayard, 1990.

Petit, Jacques-Guy, "Los marginales en el centro de la historia", in Vaca Lorenzo, Ángel (Ed.), *Disidentes, Heterodoxos y Marginales en la História*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, pp. 269-280.

Philips, David, "Three "moral entrepreneurs" and the creation of "a criminal class" in England, c. 1790s-1840s", in *Crime, Histoire et Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 7, n.º 1, 2003, pp. 79-107.

Picca, Georges, *La Criminologie,* Paris, Presses Universitaires de France, 2007.

Pichot, P.; Fernandes, Barahona, *Um Século de Psiquiatria e a Psiquiatria em Portugal*, Lisboa, Roche, 1984.

Pinho, Isabel Maria Ribeiro T. de, "Os crúzios de Viana do Castelo e a sua expressão artística", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Série I, vol. V, VI, 2006-2007, pp. 467-487.

Polanah, Luís, "Do uso e significado das alcunhas na freguesia de Castro Laboreiro", in *Mínia*, Braga, 2.ª série, ano I, n.º 1, 1978, pp. 77-104.

Polanah, Luís, "O estudo antropológico das alcunhas", in *Revista Lusitana* (Nova Série), 7, 1986, pp. 125-145.

Pereira, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

Pereira, Pedro Teixeira; Gomes, Eva; Martins, Olga, "A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III série, vol. 6, 2005, pp. 99-128.

Pérez Álvarez, Maria José, *La Montaña Noroccidental leonesa en la Edad Moderna*, León, Universidad, Secretariado de publicaciones, 1996.

Pérez Álvarez, María José, "Insalubridad y respuesta institucional en la ciudad de León en el siglo XVIII", in Castellao, Ofelia; López, Roberto J. (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 357-370.

Pérez Álvarez, María José, "Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen", in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, Área de Publicaciones, 2009, pp. 97-135.

Peristiany, J. G., *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

Perrot, Michelle, "Dramas e conflitos familiares", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 263-285.

Perrot, Michelle, "Personagens e papéis", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 121-185.

Perrot, Michelle, "Maneiras de habitar", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 307-323.

Pedro, Joana Maria, "Aborto, infanticídio e abandono de crianças: controle público do corpo das mulheres em Florianópolis - séculos XIX e XX", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 1998, pp. 149-166.

Pellistrandi, Benôit, *As relações internacionais de 1800 a 1871*, Lisboa, Edições 70, 2000.

Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 63-78.

Penedo, Cristina, "Alto Minho: comunidades rurais em mutação. Que implicações ao nível das formas de controle social e na expressão da desviância", in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, tomo 18, 1995, pp. 53-64.

Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.

Pereira, Ana Leonor, "A institucionalização da loucura em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 21, Novembro de 1986, pp. 85-100.

Pereira, José Pacheco, "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve", in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 135-156.

Pereira, Maria das Dores de Sousa*, Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.

Pereira, Miriam Halpern, "«Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português", in *Análise Social*, vol. XIV, 1978, pp. 7-20.

Pereira, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983.

Ortego Gil, Pedro, "Algunas consideraciones sobre la pena de azotes durante los siglos XVI-XVIII", in *Hispania*, LXII/3, n.º 212, 2002, pp. 849-905.

Sánchez Ortega, Marái Helena, "La «pecadora» como disidente social", in Vaca Lorenzo, Ángel (Ed.), *Disidentes, Heterodoxos y Marginales en la História*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, pp. 143-179.

Pais, José Machado, *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX*, Lisboa, Âmbar, 2008.

Pais, Lúcia Maria de Sousa Gomes Gouveia, *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade dos analisadores,* Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004. Tese de doutoramento policopiada.

Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia (Coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Sob o signo da mudança: de D. José a 1834*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 65-104.

Palop Ramos, José Miguel, "Delitos e penas en la España del siglo XVIII", *Estudios. Revista de Historia Moderna*, n.º 22, 1996, pp. 65-104.

Paoli, Ugo Enrico, *La vida en la Roma Antigua*, Barcelona, Editorial Iberia, 2000.

Pardal, Rute, "A Criação dos filhos dos pobres e dos tinhosos: um aspecto esquecido da assistência da Misericórdia de Évora no século XVIII", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2007, pp. 757-766.

Pastoureau, Michel, *O tecido do diabo. Uma história das riscas e dos tecidos listrados*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Bortxazko lanak diktadura frankistan, s.l., Instituto Gerónimo de Uztáriz-Memoriam Bideak, 2007, pp. 18-29.

Oliveira, A. Lopes de, *Terras de Coura*, s.l., s. ed., 1976.

Oliveira, A. Lopes de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, Editora Poveira, 1978.

Oliveira, A. Lopes de, *Imprensa Vianense*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

Oliveira, Aurélio, "«As prosperidades» dos fins do antigo Regime. Duas ou três considerações.", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. I, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 485-503.

Oliveira, César, "Os municípios no liberalismo monárquico constitucional", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1996, pp. 179-241.

Oliveira, Fernando, *O Vestuário Português ao tempo da Expansão – séculos XV e XVI*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimentos Portugueses, 1991.

Oliveira, Luísa Tiago de, *A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822*, *vol. IV. A Saúde Pública no Vintismo*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1992.

Oliveira, Marta Tavares Escocard, "As Misericórdias e a assistência aos presos", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 65-81.

O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana*, *1870-1978*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

Ortega López, Margarita, "Violencia familiar en el pueblo de Madrid durante el siglo XVIII", in *Cuadernos de Historia Moderna*, 31, 2006, pp. 7-37.

Nardi, Alan, "Homicídios, furtos e penhoras: o crime na América Portuguesa do século XIX", in *Mneme-Revista de Humanidades*, vol. 7, n.º 16, Junho/Julho 2005, pp. 124-159.

Neves, António Amaro das, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães: séculos XVII-XVIII*, Viseu, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, 2000.

Neto, Margarida Sobral, "A violência em Portugal na Idade Moderna", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, pp. 9-27.

Netto, Nilson Berenchtein, *Suicídio: Uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialéctico*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Tese de mestrado policopiada.

Nielfa Cristóbal, Gloria, "A proposito de las migraciones en la historia", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 9, Madrid, 1988, pp. 217-227.

Nunes, António, "Banditismo e Criminalidade em meados do século XIX na região de Penafiel. (O processo de José do Telhado)", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 1998, pp. 49-85.

Nutz, Thomas, "Global Networks and Local Prison Reforms: Monarchs, Bureaucrats and Penelogical Experts in Early Nineteenth-Century Prussia", in *German History*, vol. 23, n.º 4, 2005, pp. 431-459.

O'brien, Patricia, "The Prison on the continent: Europe, 1865-1965", in Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 178-201

Oliver Olmo, Pedro, "El concepto de control social en la historia social: estructuración del orden y respuestas al desorden", in *História Social*, n.º 51, 2005, pp. 72-91.

Oliver Olmo, Pedro, "Historia y reinvención del utilitarismo punitivo", in Gastón Aguas, José Miguel; Mendiola Gonzalo, Fernando (coord.) *Los trabajos forzados en la dictadura franquista:*

Moreira, Manuel António Fernandes, "Do cisma clerical à Patuleia em Viana", in *Cadernos Vianenses*, tomo 24, 1998, pp. 43-56.

Moreno Castillo, María Asunción, "Estudio del pensamiento de Cesare Beccaria, en la evolición del aparato punitivo", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica,* Madrid, Edisofer, 1997, pp. 91-111.

Moreno, Humberto Baquero, *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editoral Presença, 1985.

Moreno, Humberto Baquero*, Exilados, marginais e contestatários na sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

Moreno, Humberto Baquero, "Conflitos fronteiriços hispano-portugueses nos finais da Idade Média", in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 2006, pp. 11-30.

Moreno, Manuel; Tortella, Jaime, *Bandoleros, Disidentes, Desafectos y Expatriados. Rebeldes*, Barcelona, Debolsillo, 2006.

Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998.

Myers, Martha A, "Female crime, History of", in Rafter, Nicole Hahn, *Encyclopedia of Women and Crime*, New York, Checkmark Books, 2003, pp. 71-72.

Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Complutense, 2001.

Muñoz Merino, Ana, *El delito del contrabando*, Pamplona, Editorial Aranzadi, 1992.

Muñoz Pereira, Javier G., "La recepción en Europa de los sistemas penitenciários norteamericanos", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 159-172.

Minois, Georges, *História do Suicídio*, Lisboa, Editorial Teorema, 1998.

Mónica, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo. Uma biografia*, 4.ª edição, Lisboa, Altheia Editores, 2009.

Mónica, Maria Filomena, "Um político. Fontes Pereira de Melo", in *Análise Social*, vol. XXXII, (143-144), 1997, pp. 731-745.

Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Midlle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996.

Monkkonen, Eric, "New Standars for historical homicide research" in *Crime, Histoire and Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, 2001, pp. 5-26.

Monteiro, Ana; Velhas, Edite, "Estados do tempo e suicídio – coincidência ou consequência?", in *Colóquio Ibérico de Geografia*, VI, Porto, 1992, pp. 851-870.

Monteiro, António Miguelote C., "A vila de Cerveira e o seu castelo", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XI, Dezembro de 1988, pp. 169-178.

Monteiro, Campos, *Entre-Douro e Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

Monteiro, Isilda Braga da Costa, "A litigiosidade e o "perdão" em Vila Nova de Gaia (séculos XVII e XVIII)", in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XI, Porto, 1996, pp. 101-112.

Monteiro, Nuno Gonçalo, "Conflitos e mobilizações na sociedade rural", in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 235-242.

Monteiro, Nuno Gonçalo, "Os poderes locais no Antigo Regime", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1996, pp. 17-77.

McConville, Sean, "The Victorian Prison. England, 1865-1965", in Morris, Norval; David J.Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 117-150.

Medina García, Eusebio, *Contrabando en la frontera de Portugal: orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2001. Tese de doutoramento policopiada.

Medina García, Eusebio, "Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura con Portugal", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios,* Lisboa, Edições Nélson de Matos, 2009, pp. 131-163.

Menéndez Navarro, Alfredo, *Un mundo sin sol. La salud de los trabajadores de las minas de Almadén, 1750-1900*, Granada, Servicio de Publicaciones de Universidad de Granada, 1996.

Mendes, J. Amado, "Comércio, transportes e comunicações", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 369-379.

Mendes, Jorge Amado, "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa", in Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 373-429.

Merinero Martín, María Jesus, *Amor, Rumor y Violência en Extremadura (1840-1960)*, Extremadura, Universidade de Extremadura, 1984.

Mesquita, José Carlos Vilhena, "O Remechido, glória e morte de um mito", in *Remexido*, Lagoa, Arquivo Municipal da Lagoa, 2005, pp. 12-28.

Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Guimarães, 2003.

Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Marston, Edward, *Prison*. *Five hundred years of live behind bars,* Surrey, National Archives, 2009.

Martín García, Alfredo, "Levas honradas y levas de maleantes: los trabajadores forzosos en un arsenal del antiguo régimen", in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 8, 1999, pp. 231-260.

Martins, Conceição Andrade, "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", in *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997, pp. 483-535.

Martins, Maria da Graça, "Segurança fronteiriça em Trás-os-Montes na correspondência do Governo Civil de Bragança (1870-1874)", in *População e Sociedade, III Encontro internacional relações Portugal - Espanha. O vale do Douro no âmbito das regiões europeias*, n.º 13, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, pp. 143-177.

Martins, Moisés; Gonçalves, Albertino; Pires, Helena, *A Romaria de Nossa Senhora da Agonia. Vida e Memória da cidade de Viana,* Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 2000.

Mata, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto", in Matos, Sérgio Campos, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.

Mata, Eugénia; Valério, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, 2.º edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.

Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Conflictividad y disciplinamiento rural del Antiguo Régimen*, Santander, Universidade da Cantábria, Fundação Marcelino Botín, 1997.

Mantecón Movellán, Tomas A., "Meaning and social context of crime in préindustrial times: rural society in the North of Spain, 17th and 18th centuries", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 2, n.º 1, 1998, pp. 49-73.

Mantecón Movellán, Tomás A., "Mujeres forzadas y abusos deshonestos en la Castilla Moderna", in *Manuscrits*, n.º 20, 2002, pp. 157-185.

Mantecón Movellán, Tomás A., "Proscritos y Proscripciones: Una Historia em Perspectiva", in Castillo, Santiago; Oliver, Pedro (coords.), *Figuras Del Desorden: Heterodoxos, proscritos e marginados*, Madrid, Siglo XXI, 2006, pp. 223-250.

Marcílio, Maria Luiza, "A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. IV, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009 pp. 331-355.

Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamento, la marginácion y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*, Badajoz, Gafisur, 1984.

Marques, Fernando Pereira, "Do vintismo ao cabralismo", in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 23-106.

Marques, José, "A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média", in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 697-712.

Marques, Mário Reis, "Estruturas jurídicas", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 167-181.

Loureiro, José Carlos de Magalhães, "A participação popular nas manifestações religiosas e o discurso das elites urbanas oitocentistas", in *Cadernos Vianenses*, tomo 32, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2002, pp. 143-170.

Loureiro, José Carlos Magalhães, "As confrarias vianenses no século XIX: da evolução dos ingressos à emergência de novas formas de sociabilidade religiosa", in *Cadernos Vianenses*, n.º 31, 2002, pp. 71-113.

Lousada, Maria Alexandra e Monteiro, Nuno, Nuno Gonçalo, "Revoltas Absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)", in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 169-181.

MacDonald, Michael, "The Secularization of Suicide in England 1660-1800", in *Past and Present*, n.º 111, 1986, pp. 158-170.

Machado, António do Canto; Cardoso, António Monteiro, *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1981.

Machado, Helena, "Bem-Comportadas, Mal-Comportadas – Imaginários do Feminino nos discursos Judiciários", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 187-210.

Machado, Helena, *Manual de Sociologia do Crime*, Porto, Edições Afrontamento, 2008.

MacNiell, Wiiliam H., "A onda crescente de violência urbana", in *Braudel Papers*, n.º 7, 1994, pp. 1-9.

Magalhães, António, "Crianças pobres e doentes: a população jovem como objecto das práticas de caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2008, pp. 111-133.

Lopes, A. Oliveira de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, s. ed, 1978.

Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e Violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996. Tese de mestrado policopiada.

Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.

Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, 2 vols., Viseu, Palimage Editores, 2000.

Lopes, Maria Antónia, "Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura 2*, 2002, pp. 155-184.

Lopes, Maria Antónia, "Intervenção da Coroa nas instituições de Protecção Social de 1750 a 1820", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, pp. 131-176.

Lopes, Maria Antónia, "Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 101-125.

Lopez Morán, Beatriz, *El bandoleirismo gallego*, Vigo, Edicions Xerais de Galicia, 1984.

López Taboada, José Antonio, "Emigracion gallega a Portugal en la primeira metad del siglo XIX", in Eiras Roel, Antonio; Rey Castelao, Ofelia (coord*.), Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica*, vol. II, Santiago de Compostela, Conselleria de Educación e Ordenación Universitária, 1994, pp. 417-425.

Llorca Ortega, José, *Cárceles, presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana*, Valencia, Editorial Tirant lo blanch, 1992.

Lage, Maria Otília Pereira, "Passagens ocultas: volfrâmio e contrabando – um negócio de fronteiras", in *Revista Campos Monteiro*, n.º 3, Coimbra, 2008, pp. 143-165.

Lagido, Emília; Durães, Margarida, "Mobilidade interna: migrações socioprofissionais dos Alto Minhotos (séculos XVIII e XIX)", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 59-78.

Lanero Taboás, Daniel; Míguez Macho, Antonio; Rodríguez Gallardo, Ángel, "La «raia» galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios,* Lisboa, Edições Nélson de Matos, 2009, pp. 57-87.

Leal, João*, Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

Lebigre, Arlette, "Sangrar e Purgar!", in Le Goff, Jacques, *As Doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 289-298.

Lemoine, Yves, *Crimes à Paris. Archives de la cour d'assises de la Seine (1817-1885)*, Paris, Èditions Michel de Maule, 2004.

Lemos, Miguel Roque dos Reys, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, Braga, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977.

Lima, José da Silva, "A festa da aldeia e os sentidos. O caso do Alto Minho", in Lima, José da Silva (coord.), *A Festa da Aldeia. Património Festivo Europeu. Actas do XX.º Atelier Eurethno*, Braga, Faculdade de Ciências Sociais, Alcalá, 2007, pp. 64-78.

Lima, José da Silva, "Festas", in Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 251-263.

Jackson, Louise, "The child's word in court: cases of sexual abuse in London, 1870-1914", in Arnot, Margaret L.; Usborne, Cornelie (ed.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 222-237.

Johnson, Eric, "Urban and Rural Crime in Germany, 1871-1914", in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Midlle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, pp. 217-257.

Johnston, Norman*, Forms of Constraint. A History of Prison Architecture*, Chicago, University of Illinois Press, 2000.

Jonnes, Joanne, "'She resisted with all her migt': sexual violence against women in late nineteenth-century Manchester and local press", in D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp.104-118.

Justino, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1989.

Jütte, Robert, "Syphilis and confinement. Hospitals in Early Modern Germany", in Junker, Detlef; Mattern, S. Daniel (eds.), *Institutions of confinement, hospitals, asylums and prisons in Western Europe and North America 1500-1950*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 97-115.

King, Peter, *Crime and Law in England, 1750-1840. Remaking justice from the margins*, Cambridge, University Press, 2006.

Klein, Herbert S., "A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX", in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 235-265.

Kuper, Adam, "Incest, cousin marriage, and the origin of the human sciences in the nineteenth-century England", in *Past and Present. Journal of historical studies*, n.º 174, 2002, pp. 158-183.

Henriques, U. R. Q., "The rise and decline of the separate system of prison discipline", in *Past and Present*, n.º 54, 1972, pp. 61-93.

Heras Santos, José Luis de las, "Los Galeotes de los Austrias: La penalidad al servicio de la armada", in *Historia Social*, n.º 6, invierno 1990, pp. 127-140.

Heras Santos, José Luis de las, *Justicia penal de los Austrias en la corona de Castilla*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

Herculano, Alexandre, *História de Portugal,* Tomo II, Editora Bertrand, 1980.

Hespanha, António Manuel, "A punição e a graça", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.239-271.

Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade. História e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Higgs, Michelle*, Prison Life in Victorian England*, Chalford, Tempus, 2007.

Hitchcock, Tim, *Down and Out in Eighteenth-Century London*, London, Hambledon Continuum, 2004.

Hobsbawn, Eric, *Bandidos*, Barcelona, Editorial Crítica, 2003.

Hoffer, Peter C; Hull, N. E. H, *Murdering Mothers: Infanticide in England and New England 1558-1803*, New York and London, New York University Press, 1984.

Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, Criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua província de Santiago entre 1700 y 1834*, Vigo, Ediciones Nigratrea, 2007.

Antonio (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 377-390.

Gonçalves, Iria, "Entre a Peneda e o Barroso", in *Revista da Faculdade de Letras: História,* série II, vol. 15, n.º 1, 1998, pp. 63-77.

Gonthier, Nicole, *Delinquance, Justice et Société dans le Lyonnais Mediéval*, Paris, éditions Arguments, 1993.

González Lopo, Domingo, "La emigracion a Portugal desde el suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XX", in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX,* Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, pp. 373-391.

González Parra, Ricardo, "Jeremy Bentham. El utilitarismo y su influencia en la reforma del sistema penitenciario", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica,* Madrid, Edisofer, 1997, pp. 133-147.

Grieco, Sara F. Matthews, "O corpo, aparência e sexualidade", in Duby, Georges; Perrot, Michel (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 71-120.

Grovier, Kelly, *The Goal. The Story of Newgate-London's Most Notorious Prison*, London, John Murray, 2008.

Hall, Catherine, "Lar, doce lar", Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 53-87.

Hatton, Jean Betsy, *The dramatic biography of prison reformer Elizabeth Fry*, Oxford, Monarch Books, 2005.

Heijden, Manon Van der, "Women as victims of sexual and domestic violence in seventeenthe-century Holland: criminal cases of rape, incest, and maltreatment in Rotterdam and Delft", in *Jounal of Social History*, Pittsburgh, volume 33, n.º 3, 2000, pp. 623-633.

Fullana Martorell, Jeroni F. *Crímines y criminales en la isla de la Calma (Mallorca 1884-1951),* Palma de Maiorca, Lleonard Muntaner, Editor, 2006.

Galeotti, Giulia, *História do Ab( )rto*, Lisboa, Edições 70, 2007.

Gailus, Manfred, "Food riots in Germany in the late 1840s", in *Past and Present*, n.º 145, Oxford, 1994, pp. 157-193.

Garland, David, *La cultura del control. Crimen y orden social en la sociedad contemporânea*, Barcelona, Editorial Gedisa, 2005.

Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005. Tese de doutoramento policopiada.

Garnot, Benoît, *Crime et Justice aux XVII et XVIII siècles*, Paris, Éditions Imago, 2000.

Garrioch, David, "Verbal insults in eighteenth-century Paris", in Peter Burke; Porter, Roy, The Social History of language, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 104-119.

Gómez Bravo, Gutmaro, *Crime y Castigo: cárceles, delito y violência en la España del siglo XIX,* Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2004.

Gómez Bravo, Gutmaro, "Urbanismo y violência en el siglo XIX: el caso de Alcalá de Henares", *Actas. VII Congreso Asociación de História Contemporânea: memoria e identidades",* Universidad de Santiago de Compostela, 2004, pp. 1728-1746.

Gómez Bravo, Gutmaro, "El delito y la enfermedad en la España del cambio de siglo", in *Cuadernos de Historia Contemporanéa*, vol. Extraordinario, 2007, pp. 113-120.

Gómez Vozmediano, Miguel Fernando, "Devociones, mujeres y desordenes urbanos en Ciudad real (1780)", in Fernández Cortizo, Camilo J.; Migués Rodríguez, Vítor Manuel; Presedo Garazo,

Filho, Walter Fraga, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

Finnane, Mark, "A decline in violence in Ireland? Crime, policing and social relations, 1860/1914", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 1, n.º 1, 1997, pp. 51-70.

Fonseca, Fernando, Taveira da, "Flutuações e crises económicas", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 393-415.

Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996.

Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Àncora, Ancorensis e Neps, 2005.

Fonte, Teodoro Afonso da, "Rituais, encenações e estratégias familiares no Alto Minho. As crianças expostas nas Rodas/Hospícios ao longo do século XIX", in *IV Congresso Histórico de Guimarães*. *Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. IV, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 165-191.

Foucault, Michel, *Os anormais*, São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Foucault, Michel, *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*, Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

Foucault, Michel, *Segurança, Território, População. Curso dado no Collége de France (1877-1978)*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

Fraile, Pedro, *Un espacio para castigar. La cárcel e la ciencia penitenciaria en España (siglos XVIII-XIX)*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1987.

Ferraz, Maria de Lourdes de Freitas, "Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII", in *Islenha*, n.º 2, Funchal, 1988, pp. 88-101.

Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., "«O Magnífico Aparato»: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII" in *Revista de História*, vol. 12, 1993, pp. 155-220.

Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., "A Festa Barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 5, 1988, pp. 9-68.

Ferreira, Jaime, "Proteccionismo e contrabando cerealífero, 1821-1822", in *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, pp. 489-511.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, "Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)", in *Ler História*, n.º 36, 1999, pp. 125-175.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844),* Lisboa, Edições Afrontamento, 2002.

Ferreira, Fátima Sá e Melo, "Modernização e conflito no mundo rural do século XIX: politização e "política popular" na Maria da Fonte", in *Revista da Faculdade de Letras*, História, Porto, III Série, vol. 5, 2004, pp. 24-43.

Ferreira, Paula Alexandra de Faria, *A Oficina de São José na cidade do Porto, 1880-1909*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2009. Tese de mestrado policopiada.

Ferreras, Noberto, O. "Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. Social Banditism historiography in Latin America reviewed", in *História,* São Paulo, vol. 22, n.º 2, 2003, pp. 211-226.

Fiestas Loza, Alicia, "Las Carceles de Mujeres", in *Historia 16*, Extra VII, Octubre 1978, pp. 89-100.

Fahrmeir, Andreas, "Governments and Forgers: Passports in Nineteenth-Century Europe", in Caplan, Jane; Torpey, John, *Documenting individual identity: the development of state practices, Oxfordshire*, Princeton University Press, 2001.

Fabre, Daniel, "Famílias. O privado contra o costume", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Do Renascimento às Luze*s, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 543-579.

Fatela, João, *O Sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

Fatela, João, "«Para se lhes dar destino... » Modos de repressão dos vadios em Portugal na segunda metade do século XIX" in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social,* Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 149-168.

Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*, Lisboa, Fragmentos, 1992.

Fernandes, Francisco José Carneiro, *Geografia e Memórias da Baixa Vianense*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1995.

Fernandes, Paula Guilhermina de Carvalho, "Os vadios no Porto de início do século (1901-1906)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 11, 1994, pp. 333-351.

Fernández Cortizo, Camilo, "La Emigración gallega a las províncias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Duero durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 39-58.

Ferrão, J. M. Dias, *João Brandão*, Lisboa, Livraria Morais, 1931.

Esteves, Alexandra, "Espanha de Partida, Portugal de chegada: A imigração ilegal no Alto Minho do século XIX", in *Boletim Cultural*, n.º 8, Câmara Municipal de Melgaço, 2009, pp. 49-74.

Esteves, Alexandra, "Violência e conflitualidade em Ponte de Lima, na primeira metade do século XIX" in I*V Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo,* vol. 1, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 294-319.

Esteves, Alexandra, "A Confraria da Nossa Senhora da Penha: formas de sociabilidade e assistência, em Ponte de Lima, do século XIX", in Martins, Cândido, *Ponte de Lima. Estudos de História Local*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2009, pp. 89-98.

Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, "Delito e Punição: o discurso médico, o crime e os criminosos em Portugal na segunda metade do século XIX", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça,* Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 123-142.

Esteves, Alexandra, "A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", 2010, pp. 127-145.

Esteves, Alexandra, "Assistência às vítimas da cólera no Alto Minho na primeira metade do século XIX." (no prelo).

Esteves, Alexandra, "Conflitualidade e resistência popular contra as elites locais no século XIX: um estudo de caso." (no prelo).

Estévez, Rosa Maria Pérez, "Delincuencia en la España del siglo XVIII: los presidiarios de Marina", in *Cuadernos de investigación histórica,* 3, Madrid, 1979, pp. 259-273.

(eds.), *Mujer y emigración: una perspectiva plural: Actas del Colóquio Internacional Cátedra Unesco 226 sobre Migracións*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, pp. 133-150.

Durkheim, Émile, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 2007.

Elias, Norbert, *O Processo Civilizador: Uma História dos Costume*s, volume I, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

Emsley, Clive, *Crime and Society in England, 1750-1900*, London and New York, Longman, 1996.

Emsley, Clive, *Hard Man. The English and Violence since 1750*, Hambledon and London, London, 2005.

Escaleira, José; Loureiro, José Carlos, *Feiras e mercados de Viana. Cem anos de trocas, memórias e afectos*. Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos trabalhadores dos estaleiros navais de Viana do Castelo, 2001.

Ferreira, Maria Emília Cordeiro, "Estatística", in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 456-462.

Esteves, Alexandra*, A Morada Indesejada. Os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739),* Ponte de Lima, Liga dos Amigos do Hospital, 2005.

Esteves, Alexandra "A cadeia de Ponte de Lima: o espaço carcerário e os seus protagonistas (1840-1880)", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 335-348.

Esteves, Alexandra Patrícia Lopes; Araújo, Maria Marta Lobo, "Pasaportes de caridad: Las «cartas de guia» de las Misericórdias portuguesas (siglos XVII-XI)", in *Estudios Humanísticos*. *Historia*, n.º 6, 2007, pp. 207-225.

Dubert, Isidro, "Transformacións económicas, coxuntura pesqueira e conflitividade social na Galicia costeira durante a idade moderna", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, Braga, 2006, pp. 189-205.

Dubied, Christophe, "«La lie de la canaille» Larrons, brigands et filous de profession: la répression du banditisme à Genève (1682-1792)", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies,* vol. 5, n.º 2, pp. 107-131.

Duby, Georges, *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Lisboa, Terramar, 1998.

Durães, Margarida, "O Minho, no pensamento geo-histórico do Portugal moderno e contemporâneo", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 7(2), 1994, pp. 93-113.

Durães, Margarida, "Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX), in *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXXXVI, 2000, pp. 155-186.

Durães, Margarida, "Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre mulheres*, vol. 17 (2), Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 125-144.

Durães, Margarida; Lagido, Emília, Caridade, Cristina, "Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonniéres à partir de Viana do Castelo (XVIIIe –XIXe siécles)", in *Obradoiro de la historia moderna*, n.º 15, 2006, pp. 29-76.

Durães, Margarida; Emília, Lagido, "A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII e XIX)", in Meneses, Avelino de Freitas de: Costa, João Paulo e, (coords.), *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-mar, 2007, pp. 237-263.

Durães, Margarida, "As mulheres estrangeiras no Noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (sécs. XIX-XX)", in Hérnandez Borge, Julio; González Lopo L.

Davis, Andrew, "Youth gangs, Gender and violence, 1870-199", in D'Cruze, Shani, *Everyday violence in Britain, 1850-1950,* London, Pearson Education Limited, 2000, pp. 70-85.

Delgado, Maria Filomena, "O perdão das penas em Portugal", in *Lusíada. História*, n.º 3, 2006, pp. 17-42.

Dias, Jorge de Figueiredo; Andrade, Manuel da Costa, *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*, 2.ª reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 1997.

Dinges, Martin, "El uso de la justicia como forma de control social en la Edad Moderna", in Fortea, José I.; Gelabert, E. Juan; Mantecón, Tomán A. (eds.), *Furor et rabies: violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, pp. 47-68.

Donovan, M. Bill, "Crime, policing, and the absolutist state in early modern Lisbon", in *Portuguese Studies Review*, vol. V. n.º 2, Durhan, Outono-Inverno de 1996-1997, pp. 52-71.

Duarte, Luís Miguel, "Bandos, Bandidos e Crimes no Portugal das caravelas", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, II série, vol. XIII, 1996, pp. 231-248.

Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo: 1459 -1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

Duarte, Luís Miguel, "Sarilhos no Campo", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam,* vol. 1, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 299-314.

Duarte, Luís Miguel, "Crimes na Serra", *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 81-102.

Duarte, Marco Daniel, "«Sacrum convivium». Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir de figurações icónicas", in *De Arte*, 4, 2005, pp. 89-120.

Costa, Fernando Dores, "Milícia e Sociedade", in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano, *Nova História Militar*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 68-111.

Costa, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1992.

Crespo, Jorge, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990.

Cruz, Guilherme Braga da, "O movimento abolicionista e a abolição da pena de morte em Portugal", in *Obras Esparsas, vol. II. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*. 2.ª parte, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, pp. 27-243.

Cruz, Maria Antonieta, "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil", in *Revista de História*, Porto, vol. 7, 1986/1987, pp. 7-134.

Cruz, Maria Antonieta, "Do Porto para o Brasil: A outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense", *Revista de História*, Porto, vol. XI, 1991, pp. 185-192.

Cruz Valenciano, Jesús, "Aspectos de la delincuencia en el siglo XVIII. Las Bandas de falsificadores de moneda", in *Cuardernos de Historia Moderna y Contemporánea*, vol. 7, Universidade Complutense, 1986, pp. 33-50.

Curto, Diogo Ramada, *As Múltiplas Faces da História*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

Cusson, Maurice, *Criminologia*, Lisboa, Casa das Letras, 2006.

Darmon, Pierre, "A cruzada antivariólica", in Le Goff, Jacques, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 305-321.

D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000.

Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Cockburn, J. S., "Patterns of Violence in English Society: homicide in Kent 1560-1985", in *Past and Present. A journal of historical studies*, n.º 130, 1991, pp. 70-106.

Coelho, Adolfo, *Os ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

Corbin, Alain, "Os Bastidores", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 413-611.

Cordeiro, Bruno, "A iluminação: para lá da electricidade", in Madureira, Nuno (coord.), *A História da Energia, Portugal 1890-1980*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 171-190.

Correia, Eduardo, "A evolução histórica das penas", in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LIII, 1977, pp. 51-150.

Cosme, João, "A preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 07, 2006, pp. 181-196.

Cosme, João, "As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)" in *Noroeste. Revista de História. Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2007, pp. 707-722.

Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

Casey, James, *História da Família*, Lisboa, Editorial Teorema, 1990.

Castro, Francisco Cyrne de, "Notícias do Tomás das Quingostas", in *Arquivo do Alto Minho*, 10.º vol, Tomo II, 1960, pp. 89-102.

Castro, Francisco Cyrne, *A Patuleia no Alto Minho. Alguns pormenores da sua história,* Viana do Castelo, S/ local de ed., 1964.

Castro, Luís Cyrne, "Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo", in *Roteiro de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, 1977, não paginado.

Castro, Maria de Fátima, "Assistência no Hospital de S. Marcos na 2.ª metade do século XVII a cerca de 1710" in *Revista Cultural Bracara Augusta*, n.º 44, 1993, pp. 45-73.

Castro, Maria de Fátima, "Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 373-404.

Catroga, Fernando, "O poder paroquial como "polícia" no século XIX português", in Almeida, Pedro Tavares; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XIX.XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 124-127.

Chesnais, Jean-Claude, *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1981.

Chevalier, Louis*, Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Éditions Perrin, 2007.

Clark, Anna, *Women's Silence, Men's Violence: Sexual Assault in England 1770-1845*, London, Pandora Press, 1987.

Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, "A cadeia da Relação do Porto e a assistência prestada aos presos pela Misericórdia do Porto (1735-1740)", *Noroeste. Revista de História*, 2, 2006, pp. 349-371.

Carpio, Elias, "Las pescarias del Guadalquivir en el siglo XVI", in Dubert, Isidro; Sobrado Correa, Hortensio (eds.), *El mar en los siglos modernos*, Tomo I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 294-318.

Carneiro, Deivy Ferreira, "Calúnia e injúria: uma análise historiográfica dos usos das ofensas verbais na pesquisa histórica brasileira e internacional", in *XII Encontro Regional de História da Anpuh-RJ: Livro de Resumos do XII Encontro Regional de História da Anpuh-RJ,* 2006, pp. 2-11.

Carvalho, António, *Acontecimentos que Viana Sentiu II*, Viana do Castelo, Junta de freguesia de Viana do Castelo, 2005.

Carvalho, Jorge Brandão, *Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho. Adaúfe e o seu Juízo de Paz (1835-1880)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, centro de Ciências Históricas e Sociais, 1999.

Cascão, Rui, "Vida Quotidiana e Sociabilidade", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 517-541.

Casimiro, Cláudia "Representações sociais da violência conjugal", in Análise *Social*, vol. XXXVII (163), 2002, pp. 603-630.

Castan, Nicole, *Les Criminels de Languedoc: les exiences d'ordre et les voies du ressentiment dans une* société *pré-revolutionnaire (1750-1790)*, Toulouse, Association des Publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 1980.

Castan, Nicole "A Criminosa", in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Média*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 534-551.

Capela, José Viriato Capela, "Gado bravo, fojos e montarias" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 631-632.

Capela, José Viriato, "Linho", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 660-661.

Capela, José Viriato, "Rio Lima: Perfil e navegação", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património,* Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 660-661.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção; Universidade do Minho, 2008.

Carasa Soto, Pedro, "Cambios en la tipología del pauperismo en la crisis el antiguo régimen", in *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 7, 1987, pp. 131-150.

Carasa Soto, Pedro, "Beneficencia y «cuestión social»: una contaminación arcaizante", in *Historia Contemporánea*, n.º 29, 2004, pp. 625-670.

Cardoso, Júlio Arthur Lopes, "Micróbios e doenças", in *Biblioteca do Povo e das Escola*s, n.º 152, pp. 1-64.

Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005. Tese de mestrado policopiada.

Capela, José Viriato (coord.), *Vila Nova de Cerveira. Elites, poder e governo municipal (1753-1834)*, Braga, Praxis XXI, 2000.

Capela, José Viriato, "Feiras e a actividade mercantil", in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758,* Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2003, pp. 73-80.

Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério, *A Feira da Ladra. Festas do Concelho de Vieira do Minho*, Braga, Edição da Câmara Municipal de Vieira do Minho, 2004.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique, "Ausentes e migrantes", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 529-531.

Capela, José Viriato, "Economia agrária e subsistências" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 605-610.

Capela, José Viriato, "Comarcas", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 593-594.

Capela, José Viriato, "Economia agrária e descrição das serras" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, p. 610.

Capela, José Viriato, "Feiras e mercados", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 617-622.

Cabral, João de Pina*, Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*, s.l., Verbo, 1994.

Campos, Ana*, Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto*, Coimbra, Almedina, 2007.

Canal, Jordi, "Guerra Civil e Contrarrevolución en España y en la Europa del Sur en el siglo XIX", in *Ler História*, n.º 51, 2006, pp. 37-50.

Capela, José Viriato Eiras, "O porto de Viana no contexto do comércio externo português (análise à balança comercial de 1783)", in *Viana – O Mar e o Porto, Viana do Castelo*, Junta Autónoma dos Portos do Norte, 1987, pp. 93-112.

Capela, José Viriato Eiras, "O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos séculos XVIII-XIX", in *Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993, pp. 225-296.

Capela, José Viriato Eiras, *O Minho e os seus Municípios*. *Estudos económico-aministrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal,* Braga, Universidade do Minho. Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1995.

Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834),* Braga, Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Ciências Históricas e Sociais e Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1997.

Capela, José Viriato, *A revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

Braga, Paulo Drumond, "Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 187-200.

Braga, Paulo Drumond, "Mulheres criminosas, mulheres perdoadas (Cabo Verde e São Tomé. Século XVI)", in *Islenha*, n.º 38, Funchal, Janeiro-Junho de 2003, pp. 98-105.

Braga, Paulo Drumond*, Torres Vedras no reinado de Filipe II. Crime, castigo e perdão*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2009.

Brettell, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

Brito, Joaquim Pais, "A Taberna: lugar e revelador da aldeia", in O'Neill, Brian Juan; Brito, Joaquim Pais (org. e prefácio), *Lugares de Aqui. Actas do Seminário "Terrenos Portugueses"*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

Brochado, Cláudio Laranjeira, "Monção nos séculos XVII e XVIII: elementos para um perfil urbano", in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758, Casa Museu de Monção*, Universidade do Minho, 2003, pp. 21-40.

Burke, Peter, "Violência urbana e civilização", in *Braudel Papers*, n.º 12, 1995, pp. 03-12.

Burke, Peter, *La cultura popular em la Europa moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1996.

Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho", in Análise *Social*, vol. XX (80), 1984-1, pp. 97-112.

Cabral, João de Pina, "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural", in *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984 – 2.º e 3.º, pp. 263-284.

Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, Lisboa, Texto Editores, 2010.

Borralheiro, Rogério, "O ensino das primeiras letras em Braga", in *Revista Cultural Bracara Augusta*, vol. XLIV, 1993, pp. 167-195.

Boullant, François, *Michel Foucault et les prisons*, Paris, Presses Universitaires de France, 2003.

Bourke, Joanna, *Rape a History from 1860 to the Present Day*, London, Virago Press, 2007.

Braga, Isabel Drumond, "A Criminalidade em Portalegre no reinado de D. João III: delitos e perdões", in *A Cidade*, nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, pp. 65-81.

Braga, Isabel Drumond, "Para o estudo da criminalidade dos mouriscos no séc. XVI", in *Gil Vicente*, n.º 28, Guimarães, 1993, pp. 53-62.

Braga, Isabel Drumond; Braga, Paulo Drumond, "A criminalidade nos Açores no reinado de D. Sebastião: delitos e perdões", in *Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX. Actas de Colóquio*, Horta, 1995, pp. 523-543.

Braga, Isabel Drumond, "Violência verbal e violência física numa sociedade em mudança: Portugal séculos XV-XVI", in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época. Actas*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 495-508.

Braga, Isabel Drumond, *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005.

Braga, Isabel Drumond, "Violência no feminino, violência sobre o feminino", in *Vivências no Feminino. Poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia séculos XIX-XX, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 67-88.

Becker, Peter; Wetzell, Richard F, (eds.), *Criminals and Their Scientists. The History of Crime in International Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

Bejerano Guerra, Fernando, "John Howard: Inicio y bases de la reforma penitenciaria", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica,* Madrid, Edisofer, 1997, pp. 113-132.

Bejerano Pellicer, Clara, "Sociabilidad, música y danza en el siglo XVIII", in Fernández Cortizo, Camilo J.; Migués Rodríguez, Vítor Manuel; Presedo Garazo, Antonio (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 293-305.

Bertrand, Céline, "Empoisonneuses malgré elles: les femmes victimes de la rumeur", in Cauvaud, Frédéric; Malandain, Gille (Dir.), *Impossibles victimes, impossibles coupables. Les femmes devant la justice (XIX-XX siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009, pp. 45-55.

Borriguero Beltrán, Cristina, "Los motines de quintas", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 10, Madrid, Ed. Universidad Complutense, 1989-1990, pp. 147-159.

Boschi, Daniele, "Homicide and Knife Fighting in Rome, 1845-1914", in Spierenburg, Pieter (edi.), *Men and Violence: Gender, Honor and Rituals in Modern Europe and America*, Columbus, Ohio State University Press, 1996, pp. 128-158.

Bonifácio, Maria de Fátima, "A guerra de todos contra todos "ensaio sobre instabilidade política antes da Regeneração", in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992, (1.º), pp. 91-134.

Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

Arnot, Margaret L.; Usborne, Cornelie, "Why gender and crime? Aspects of na internacional debate", in Arnot, Margaret L.; Usborne, Cornelie (Edi.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003.

Arnot, Margaret T., "Understanding women committing newborn child murder in Victorian England", in D'Cruze, Shani (edit.), *Everyday Violence in Britain, 1850-1950. Gender and Class*, London, Pearson Education, 2000, pp. 55-69.

Astray, Manuel Recuero; Mallón, Baudillo, Barreiro*, História da Galiza*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008.

Barreira, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2002. Dissertação de doutoramento policopiada.

Barreiros, José António, "As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história", in *Análise Social*, vol XVI; (63), 1980, pp. 587-612.

Beattie, J. M., "The Criminality of women in Eighteenth-century England", in *Journal of Social History*, 8, 1975, pp. 80-116.

Bebiano, Rui, "Organização e papel do Exército", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 253-163.

Bebiano, Rui, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Minerva História, 2000.

Beccaria, Cesare, *Dos Delitos e das Penas*, Lisboa, Serviço da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.

Becker, Peter, "O criminoso: entre a diabolização e a normalização. Reflexões sobre a história da criminalidade oitocentista", in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coord.), *Lei e*

Araújo, Maria Marta Lobo de "As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII", in *História: Questões e Debates*, 2006, pp. 155-176.

Araújo, Maria Marta Lobo; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, "Pasaportes de caridad: Las «cartas de guia» de las Misericórdias portuguesas (siglos XVII-XI), in *Estudios Humanísticos*. *Historia*, n.º 6, 2007, pp. 207-225.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Misericórdia de Monção, 2008.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Meninos de ninguém: as crianças abandonadas no Pico de Regalados (séculos XVII-XX)", in *Boletim Cultural*, n.º 2, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2008, pp. 25-38.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Pequenos e pobres: a assistência nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2008, pp. 135-149.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça,* Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 109-121.

Archer, John E., "Men behaving badly'? masculinity and the uses of violence, 1850-1900", in D'Cruze,Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp.41-69.

Ariés, Philippe, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna", in *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, 20, (1-2), 2003, pp. 341-409.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

Araújo, Maria Marta Lobo, "Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII-XVIII)", in *Diálogos*, n.º 9:2, 2005, pp. 121-142.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Confrarias", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 575-579.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial", Separata do livro *Actas do século XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Riscos e Desafios*, Braga, ICS, 2006, pp. 481-492.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)", *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, Braga, 2006, pp. 303-318.

Anica, Aurízia, *A transformação da violência no século XIX: o caso da comarca de Tavira*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

Anica, Aurízia, *As mulheres, a violência e a justiça no Algarve de Oitocentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

Andrade, Amélia Aguiar, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Antonio Escudero, José, "Cinco siglos de carceles", in *Historia 16*, Extra VII, Octubre 1978, pp. 5-30.

Araújo, Ana Cristina, "Cerimónias de execução pública no Antigo Regime - escatologia e justiça", in *Revista de História Sociedade e Cultura*, n.º 1, 2001, 169-211.

Araújo, José Rosa, *Limiana - Página Regional de Arqueologia, Artística e Etnografia*, Ponte de Lima, Associação para a defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima, 1993.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*, separata do livro de "Actas do Congresso do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora", Évora, 1996, pp. 149-164.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 83-114.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Festas e rituais de caridade nas Misericórdias", in *Piedade Popular: Sociabilidades, representações e espiritualidades: actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999, pp. 501-516.

Alves, Jorge Fernandes, "Atalhos batidos. A emigração nortenha para o Brasil", in *Atalaia-Intermundos*, n.º 6/7, Lisboa, 2000, pp. 297-308.

Alves, Jorge Fernandes, "Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900)", in Eiras Roel, Antonio; González Lopo, Domingo (coord.), *Movilidad e migrácions internas na Europa latina,* Santiago de Compostela, Unesco, 2002, pp. 117-126.

Alves, Lourenço, *Caminha e o seu concelho. Monografia*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985.

Amado, Janaína, "Crimes Domésticos. Criminalidade e degredo feminino em Portugal no século XVIII", in *Mare Liberum*, n.º 17, Lisboa, Junho de 1999, pp. 73-96.

Amaral, José Luís Mendes d', *Quem Não se sente não é filho de boa gente. A Ofensa em Portugal no Primeiro Terço do século XX*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997.

Amorim, Inês, "A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa do Varzim", in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2001, pp. 113-134.

Amorim, Inês, "A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal – entre a Ilustração e o Liberalismo", in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 155-164.

Amorim, Maria Norberta, "Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580- 1820)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1983, pp. 214-278.

Amorim, Maria Norberta, "Demografia", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 592-587.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

Almeida, Luís Ferrand, "Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos", in *Revista de História das Ideias*, vol. 5, 1984, pp. 321-344.

Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890*), Lisboa, Difel, 1991.

Alvarez-Uría, Fernando, *Miserables y locos. Medicina mental y orden social en la España del siglo XIX*, Barcelona, Tusquets editores, Cuadernos Ínfimos, 1983.

Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003.

Alves, Jorge Fernandes, *Os "Brasileiros". Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993. Tese de doutoramento policopiada.

Alves, Jorge Fernandes, "A pesca e os pescadores no litoral portuense", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol 8, 1991, pp. 151-184.

Alves, Jorge Fernandes; Ferreira, M. Fernanda; Monteiro, Maria do Rosário, "Imigração galega na cidade do Porto. (2.ª metade do século XIX)", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 9, 1992, pp. 215-236.

Alves, Jorge Fernandes, "Peregrinos de trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto", *Estudios Migratorios*, n.º 4, December de 1997, pp. 68-81.

Alves, Jorge Fernandes, "Perspectivas sobre a emigração oitocentista – estudos locais e regionais", in *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, pp. 413-424.

BIBLIOGRAFIA

Abrams, Lynn, "Crime against marriage? Wife-bating, divorce and the law in ninneteenth century Hamburg", in Arnot, Margaret L.; Usborne, Cornelie (ed.) *Gender and Crime in Modern Europe,* London, Routledge, 1999, pp. 118-136.

Abreu, Alberto A., *História de Viana do Castelo*, 2.º vol., 2.º tomo, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2009.

Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia, 1990.

Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage, 1999.

Abreu, Laurinda "Reclusão e controle de pobres: o lado desconhecido da assistência em Portugal", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1, 2002/2002, pp. 527-540.

Albuquerque, Rui de; Albuquerque, Martim, *História do Direito Português*, Vol. II, Lisboa, s./ed., 1983.

Alloza Aparicio, Ángel, "En busca de las causas del crimen. Teorías y estúdios sobre delincuencia y justicia penal en la España Moderna", in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna*, t. 14, 2001, pp. 473-489.

Almeida, Ana Catarina Entrudo Pires de, *Abuso Sexual de crianças: Crenças Sociais e discursos da Psicologia*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2003. Tese de mestrado policopiada.

Almeida, Ana Nunes de, "Crianças e maus tratos na família – uma abordagem sociológica", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, pp. 231-254.

DICIONÁRIOS

Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728.

Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão, *Diccionário de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das famílias*, 2 vols, Paris, A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora, 6.ª edição, sem data de edição.

Figueiredo, Cândido*, Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

Lapa, Albino, *Dicionário de Calão*, Lisboa, Sociedade Gráfica Nacional, 1859.

Machado, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*, 2.ª edição, vol. III, Lisboa, Livros Horizonte, 1967.

Mello, Bernardo de Lima Bacellar, *Diccionario da Lingua Portugueza*, Lisboa, Officina de Jozé Joaquim Aquino Bulhoens, 1783.

Novo Diccionario da Lingua Portuguesa, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1806.

Serrão, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

Sousa, José Roberto Monteiro Campos Coelho, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785.

Ribeiro, João Pedro, *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portugueza Posterior à Publicação do Código Filippino com hum Appendice- Parte V*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1818.

Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertório Geral ou Índice Alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Tomo I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1815.

Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Tomo II, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819.

Silva, António, Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, Lisboa, Tipographia Maygrense, 1826-30.

Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordenações*, Lisboa, Typografia Maigrense, 1828.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza, 1641-1683 e suplemento à segunda série 1641-1685*, Lisboa, Imprensa F. X. de Souza, 1857.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portugueza, 1683-1700*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, 2.ª edição, Lisboa, Oficina de J.F.M. de Campos, 1816.

Sousa, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1869, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1872, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

Constituição de 1822, em
http://www.arqnet.pt/portal/liberalismo/c1822t5.html

Carta Constitucional de 1826, em http://www.arqnet.pt/portal/liberalismo/c1826t8.html

Ordenações Afonsinas, http://ww1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/

Ordenações Manuelinas, http://ww1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/

Ordenaçes Filipinas, vol. 1, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870.

Ordenações Filipinas, Livro 5, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870.

Reforma Judiciária aprovada pelos decretos de 29 de Novembro de 1836 e 13 de Janeiro de 1837, segunda edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Ribeiro, João Pedro, *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portugueza Posterior à Publicação do Codigo Filipino com hum Appendice- Parte III. Desde o Principio do Reinado do Senhor D. José até o fim do Anno de 1805,* Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1806.

Collecção official da Legilação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, *anno de 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1852.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1855, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1857, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, *Anno de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1863, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Colleção de Leis e outros documentos officiais publicados no 2.º semestre de 1837, Segunda Parte, Sétima Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1838, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1839, 9.ª série, Imprensa Nacional, Lisboa, 1839.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até À instalação das Câmaras Legislativas, terceira série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1840, 10.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845, Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.

Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.

Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1848, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

LEGISLAÇÃO

Código Administrativo de 1836, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.

Código Administrativo de 1842, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849.

Código *Civil Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Código Penal. *Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia oficina tipográfica (II semestre de 1824), Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica (II semestre de 1826) – Parte I – Folheto VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc na regia officina tipográfica (I semestre de 1828) – Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, s/d.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial desde que assumiu a regência em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833, Segunda Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 e Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Relatório apresentado a Juncta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1869.

Rolland, Francisco, *Adágios, provérbios e anexins da lingua portugueza tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alfabética*, Lisboa, typ. Rollandiana, 1780.

Santos, Ary dos*, O Crime de Aborto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1935.

Santos, António Ribeiro dos, "Discurso sobre a Pena de Morte e Reflexões sobre alguns Crimes", in *Jornal de Coimbra*, n.º XXXIII, parte II, s./d.

Secco, António Luís de Sousa Henriques, "Da História do Direito Criminal Portuguez desde os mais remotos tempos", in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 1871.

Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, Livraria António Maria Editor, 1886.

Villasboas, Custódio José Gomes de, "Descripção Topographica das Commarcas Fronteiras da Província do Minho", in Alves, Jorge Fernandes; Sousa, Fernando de, *Alto Minho. População e economia nos finais de setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Mendes, Corrêa, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1914.

Moreira, Henrique, *A Sociedade e a família*, Porto, Typographia Manuel José Pereira, 1867.

Ortigão, Ramalho; Queirós, Eça, *As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, 1872.

Pereira, João António, *As Prisões*. *Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto,* Porto, Typogrphia de V. Gandra, 1881.

Pimentel, Alberto, *As alegres canções do norte*, Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso, 1905.

Pina, Luís, "A antrophologia criminal em Portugal. Síntese histórica", in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940.

Pinto, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Lições do Direito Criminal Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861.

Niny, Henrique Jorge, "Combate à sífilis", in *Boletim do Instituto de Criminologia*, vol. XVI, Lisboa, typ. Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1932.

Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857.

Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes em 1857, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Relatório apresentado a Juncta Geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1866.

Jordão, Levy Maria, *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, tomo I, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1853.

Jordão, Levy Maria, *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, tomo IV, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1854.

Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Diccionário Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vols. 1 a 10, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1882.

Lopes, Alfredo Luís, *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

Lopes, João Batista da Silva, *História do cativeiro dos prezos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastroza epoca da uzurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833.

Macedo, Francisco Ferraz, *Os criminosos evadidos da Cadeia central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847*, Lisboa, Typ. da Papelaria Palhares, 1901.

Maldonado, Mário Artur da Silva, *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal*, s. l., s.e., 1960.

Martins, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

Matta, José Caeiro, *Direito Criminal Português*, vol. 1, Coimbra, F. França Amado Editor, 1911.

Matos, Júlio de, *A Loucura*, S. Paulo, Teixeira e Irmão - Editores, 1889.

Mattos, João da Silva, *Reforma Penitenciaria*, Lisboa, Typographia da Viuva Sousa Neves, 1885.

Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do direito penal applicada ao código penal portuguez,* vol 2, Lisboa, Typographia Universal, 1856.

Ferreira-Deusdado, Manuel António, *Estudos sobre Criminalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa Evangelista Lucas Torres, 1889.

Ferreira-Deusdado, Manuel António, *A Onda do Crime. Etiologia e profilaxia*, Lisboa, João d'Araújo Moraes L.da, 1931.

Fidalgo, Domingos Lopes, *Impressões de uma visita ás cadeas do Aljube e relação do Porto. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Papelaria e Typographia Morgado, 1899.

Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro*, Lisboa, Deposito-Livraria Bordalo, 1896.

Freire, Basílio, *Esthudos de anthropologia pathologica. Os criminosos,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889.

Freire, Paschoal José de Mello, *Codigo Criminal intentado pela rainha D. Maria I, com as provas*, 3.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844.

Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade*), Porto, typ. Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1880.

Gomes, José Cândido, *As terras de Valdovês: memórias históricas e descriptivas do concelho dos Arcos de Val de Vez,* vol. II, Arcos de Valdevez, Typographia Lusitana, 1899.

Gouveia, A. Aires, *A Reforma das Cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1860.

Guerra, L. de Figueiredo*, Guia de Vianna do Castello,* s.l., Typographia Comercial "Aurora do Lima", 1923.

Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma,* Coimbra, s./ed., 1860.

Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingoa portugueza*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1848.

Carvalho, J. I. Delgado de, *Manuel do Processo Criminal Moderno*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897.

Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do districto de Viana do Castelo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

Contrato de Iluminação a gaz e electricidade (23 de Setembro de 1914), Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1915.

Costa, Afonso, *Comentário ao Código Penal Portuguê, Introdução – Escolas e princípios da criminologia moderna*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895.

Cunha, Narcizo C. Alves, *No Alto Minho. Paredes de Coura*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1879.

D'Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, Paris, Oficina Typografica de Casimir, 1834.

Dinis, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Porto Editora, 1993.

Dixon, Hepworth William, *John Howard, and the prison-world of Europe*, New York, Robert Carter & Brothers, 1850.

Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do Direito Penal aplicado ao Código Penal Portuguê*s, vol. I, Lisboa, Typographia Universal, 1856.

FONTES IMPRESSAS

Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado, vol. I, 1857-1858, Lisboa, Typ. De Castro & irmão, 1858.

Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado, vol. V, Lisboa, Typ. De Castro & irmão, 1862.

Azevedo, Manuel Thomaz de Sousa, *Relatório apresentado ao Ministério da Justiça em 20 de Outubro de 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Berchtold, Leopoldo, *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos mesmos animais*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1793.

Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 1, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1785.

Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791.

Bowring, John, *Some Account of the State of Prisons in Spain and Portugal*, London, 1824.

Branco, Camilo Castelo*, Novelas do Minho – I*, 3.ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1999.

Branco, Camilo Castelo, *Memórias do Cárcere*, Porto, Porto Editora, 2004.

Branco, Camilo Castelo, *Novelas do Minho*, Lisboa, Bertrand Editora, 2009.

Caldas, José, *História de Um Fogo-Morto. (Subsídios para uma História Nacional)*, facsimile da 2.ª edição, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana, 1990.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Ministério do Reino

Cadeias – 1839-1843

Correspondência expedida para o governo civil de Viana do Castelo

Ofícios

Ofícios recebidos

Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte

Livro 1, Livro 2, Livro 3, Livro 4

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça

Assuntos de Justiça

Comissão encarregada do melhoramento das cadeias

Estatística Criminal do Continente do Reino e Ilhas adjacentes no ano de 1851

Maço 714

Jornais

A Aurora do Lima

O Vianense

O Correio do Norte

A Razão

O Lethes

Diários do Governo

Diário do Governo 19.01.1838, n.º 37.

Diário do Governo de 20.02.1840, n.º 44.

Diário do Governo de 7.09.1843, n.º 210.

Diário do Governo de 1.05.1844, n.º 102.

Diário do Governo de 16.04.1845, n.º 88.

Câmara Municipal de Valença

Actas de Sessões

1795-1800; 1801-1803; 1851-1855; 1855-1859; 1859-1866; 1866-1862.

Posturas Municipais de Valença

AMVC - Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Actas de Vereação

1758-1760; 1760-1766; 1770-1776; 1776-1780; 1781-1788; 1793; 1798; 1816; 1822; 1827; 1827-1832; 1834-1835; 1838-1839; 1842-1844; 1845-1847; 1851-1852; 1853-1854; 1854-1855; 1855-1857; 1864-1865; 1865-1867; 1870-1874.

Carta Régia – século XVI

Estatísticas – 1841

História da cidade de Viana – 1850

Oficios do Governo Civil – 1835

AMVNC - Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira

Autos de devassas, querelas e precatórias – 1788

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Actas de Sessões da Câmara

1801-1808; 1816-1821; 1821-1824; 1834-1840; 1842-1846; 1848-1850; 1850-1852; 1852-1855.

Administração do Concelho

Assentos de Prisão e soltura de presos, 1857-1871.

Escrituração Pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857.

Couto da Facha

Livro dos registos das sentenças dos concelhos de Santo Estêvão e Geraz do Lima 1814-1827

Registo geral dos culpados pronunciados à prisão e sem seguro e dos que vão tendo baixa – 1825-1834

Delegado do Procurador Régio de Ponte de Lima

Livro de correspondência expedida para a Procuradoria Régia - 1858-1813

Livro para os autos de visita às cadeias desta comarca - 1840-1913

Livro para os autos de visita às cadeias desta comarca – 1840-1858

Livro de registo da Correspondência expedida para a Procuradoria Régia – 1858-1913.

Juízo da Correição de Ponte de Lima

Correições da Câmara

1751-1761; 1781-1792; 1792-1832; 1802-1826.

Correspondencia recebida do corregedor da comarca

AMV - Arquivo Municipal de Valença

Administração do Concelho

Relação dos presos pobres socorridos

1851-1855

1855-1880

Correspondência diversa

Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil

1836-1839; 1840-1842; 1843-1849; 1850-1852; 1853-1855; 1856-1859; 1860-1861; 1862; 1863; 1864; 1865-1866; 1866; 1867; 1868; 1869-1870.

Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades

1838-1841; 1841-1845; 1846-1849; 1850-1854; 1855-1859; 1860-1862; 1863; 1864; 1865-1866; 1867; 1868; 1869-1870.

1867; 1867-1869; 1869-1871.

Registo da correspondencia para diversas autoridades

1836-1837; 1837; 1839; 1840-1841; 1841-1845; 1845-1859; 1856-1872.

Registo de Editais

1836-1848.

Cadeia de Ponte de Lima

Livro de registo de entradas e saídas dos presos (1732-1739)

Câmara Municipal de Ponte de Lima

Apontamentos para as memórias das antiguidades de Ponte de Lima

D. Filipe III de Portugal confirma alvará de D. Henrique apresentado pela vila de D. de Lima nas Cortes de Lisboa de 1579

Livro de actas da Câmara Municipal

1825-1834; 1834-1836; 1839-1841; 1841-1842; 1842-1848; 1848-1852; 1852-1856; 1855-1860.

Livro de condenações da Câmara 1762-1825

Livro de Contas da Câmara

1832-1850

1850-1851

Livro dos ofícios e impresos vindos directamente da Intedendencia Geral da Policia da Corte e do Reino

Sessões dos Juízes da Comarca – 1765-1775

Couto da Correlhã

Ordens de Polícia

Circulares recebidas do Governo Civil

Circulares recebidas de diversas autoridades

Livro de Jurados

Recenseamento de Mendigos – 1869

Câmara Municipal

Actas da Câmara Municipal - 1842 a 1870

Código das Posturas da Câmara Municipal do Concelho de Coura

AMPL - Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Administração do Concelho

Autos de Investigação

1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848.

Copiador dos Oficios dirigidos à Câmara Municipal - 1840-1862

Copiador da Correspondência para a Administração Geral

1839; 1840-1841; 1841-1843.

Copiador dos ofícios dirigidos aos Regedores das Paróquias

1836-1837; 1836-1841; 1842-1874.

Correspondência recebida

1837-1920

1807-1886

1864-1937

1864-1879

Livro de registo da correspondência para o Governo Civil

1836-1837; 1843-1848; 1844-1850; 1845-1849; 1849-1850; 1854-1854; 1854-1860.

Projecto de reforma das posturas do munícipio da vila e concelho de Ponte de Lima

Registo de correpondência

Câmara Municipal de Melgaço

Actas de Sessões da Câmara Municipal

1799/03/30-1800/01/04

1810/06/20-1811/02/15

1813/09/01-1814/03/09

1814/03/12-1814/09/21

1816/08/29-1817/02/05

1817/09/10-1818/02/28

1819/01/10-1818/06/12

1825/09/24-1826/10/21

1840/02/12-1842/07/07

1843/09/09-1844/05/28

1844/05/04-1844/12/31

1845/01/02-1845/07/15

1845/07/22-1845/08/10

AMM – Arquivo Municipal de Monção

Câmara Municipal de Monção

Actas de Sessões

1798-1803; 1803-1808; 1808-1814; 1815-1821; 1821-1825; 1825-1832; 1832-1837; 1837-1840; 1840-1842; 1842-1848; 1848-1852.

Capítulos de correição do corregedor de Viana

Munícipio de Valadares

Registo da correspondência expedida

Registo de ordens reais

AMPC - Arquivo Municipal de Paredes de Coura

Administração do Concelho

Correspondência expedida para várias autoridades

Correspondência recebida de diversas autoridades

Correspondência da Comissão do Recenseamento de Jurados

Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades

AMMço - Arquivo Municipal de Melgaço

Administração do Concelho

Auto de investigação em que é acusado o Morgado de Soengas por ter atingido com um chumbo uma pessoa – 1865

Registo da Correspondência para o Governo Civil

1862-1866

1866-1873

Ofícios e circulares remetidos pelo Governo Civil

1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870.

Ofícios e circulares recebidas de diversas autoridades

1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870.

Registo dos cabos de polícia – 1860-1895

Administração do Concelho de Castro Laboreiro

Ofícios e circulares remetidos a diversas autoridades

1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854.

Câmara Municipal de Castro Laboreiro

Actas das Sessões da Câmara Municipal

1839-1842

1842-1849

Livro de receita e despesa

1839-1842; 1847-1856; 1862-1870

Livro dos assentos da Mesa, n.º 9

Provisão do Senhor Arcebispo para se dizer Missa na Capela

AMAV - Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez

Câmara Municipal

Actas de Sessões

1841-1842; 1842-1848; 1857-1860; 1851-1857; 1848-1851; 1860-1864; 1864-1866; 1866-1869; 1869-1872.

Caderno de Escrituração do Tesoureiro do Município José Pereira Gomes

Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho, relativo à receita e despesa do município em cada ano económico.

Caderno de escrituração do tesoureiro do município.

Legislação

Administração do Concelho do Soajo

Registo da Correspondência recebida do Governo Civil de Viana do Castelo

AMC - Arquivo Municipal de Caminha

Administração do Concelho

Registo da Circular do Governo Civil do distrito

Copiador da Correspondência

Câmara Municipal de Caminha

Actas das sessões

1828-1833; 1834-1837; 1841-1842; 1842-1846; 1846-1850; 1851-1854; 1854-1860; 1860-1864.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida relativa a Tabaco, Sabão e Pólvora.

Governo Civil/Portarias do Ministério do Reino

1837, 1839; 1840; 1841; 1843; 1845; 1846; 1849; 1852-1853; 1855; 1856; 1857; 1858; 1860; 1862-1863; 1864; 1865; 1866; 1869; 1870.

Governo Civil/Portarias e ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e Justiça

1837; 1839; 1841; 1843; 1844; 1845; 1846; 1856; 1858; 1860; 1862; 1863; 1854; 1866; 1870.

Governo Civil/Portarias e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros

1839-1841; 1845; 1858; 1860; 1864; 1868.

Sub- Prefeitura de Monção

Registo da correspondência expedida ao Prefeito

Registo da correspondência expedida aos provedores da comarca

Ordens remetidas pela Perfeitura ao corregedor da Comarca

Sub-Prefeitura da Comarca de Ponte de Lima

Correspondência recebida da Prefeitura Geral de Braga (1834-1835)

AHSCMPL - Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima

Copiador da Correspondência

Livros de despesa

1806-1811; 1812-1821; 1821-1827; 1827-1831, 1832-1839.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Monção

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1862; 1863; 1865; 1866.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Paredes de Coura

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1861; 1862; 1866; 1870.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Ponte da Barca

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1865; 1866.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Ponte de Lima

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1851; 1853; 1856; 1857; 1858; 1860; 1861; 1862; 1863; 1866; 1867; 1868; 1869.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Soajo

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1848; 1849; 1851.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Valadares

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Valença

1835; 1836; 1838; 1840; 1841; 1843; 1847; 1857; 1858; 1862; 1865

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Viana do Castelo

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1843; 1844; 1846; 1860; 1861; 1863; 1864; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Valadares

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1850; 1855

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Valença

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1848; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Viana do Castelo

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Vila Nova de Cerveira

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1842; 1844; 1845; 1846; 1850; 1852; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho sobre crimes e acontecimentos desastrosos – Paredes de Coura

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1843; 1844; 1849; 1850; 1852; 1853; 1855; 1856; 1857; 1859; 1861; 1862; 1863; 1869.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Caminha

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1852; 1856; 1859; 1860; 1861; 1862; 1864; 1866; 1867; 1869; 1870.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Castro Laboreiro

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854.

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Melgaço

1851; 1852; 1853; 1855; 1856; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1866; 1867; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Castro Laboreiro

1838; 1839; 1843; 1844; 1846; 1850; 1854; 1855

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Melgaço

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Paredes de Coura

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1854; 1855; 1857; 1858; 1859; 1860; 1862; 1865; 1866; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Ponte da Barca

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Monção

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Ponte de Lima

1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Sanfins – 1836

Correspondência recebida dos administradores do concelho do Soajo

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851

Governo Civil/Correspondência recebida

Registo da correspondência confidencial recebida

Registo Geral (1835-1870)

Correspondência recebida do Governo Civil de Aveiro

1835-1856; 1860-1872

Correspondência recebida do Governo Civil de Braga

1835; 1836; 1837; 1838; 1839-1843; 1844-1846; 1847-1849; 1850-1867; 1868-1881.

Correspondência recebida do governo civil do distrito de Bragança

1836-1867

Correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa

1836-1866.

Correspondência do Governo Civil do Porto

1835-1836; 1837; 1838; 1839-1845; 1846-1847; 1848; 1849; 1850-1867; 1869-1878.

Correpondência recebida do Governo Civil de Vila Real

1835-1837; 1838; 1839-1845; 1846-1850; 1851-1859; 1860-1871.

Correspondência recebida de diversas autoridades

1835; 1836; 1837; 1839; 1840; 1842; 1843; 1845; 1847; 1848; 1849; 1851; 1853; 1858; 1859; 1860; 1863; 1864; 1866; 1867; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Arcos de Valdevez

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Correspondência recebida dos administradores do concelho de Caminha

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1854; 1855; 1857; 1858; 1860; 1861; 1862; 1863; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

Registo de circulares expedidas às câmaras – 1839-1844

Registo da correspondência expedida a diversas autoridades – 1.ª e 2.ª Repartição
1838-1839; 1839-1840; 1840-1842; 1842-1844; 1844-1846; 1846; 1847; 1847-1849; 1849-1851; 1851-1852; 1852-1854; 1854-1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1868-1870.

Registo da correspondência expedida aos Administradores dos Concelhos – 1.ª e 2.ª Repartição
1838-1839; 1839-1840; 1840-1841; 1841; 1841-1842; 1842-1843; 1843-1844; 1844-1845; 1845-1846; 1846; 1847-1848; 1848-1849; 1850; 1851-1852; 1852; 1853-1854; 1854-1855; 1855-1856; 1868-1869; 1870.

Registo da correspondência expedida aos Administradores dos Concelhos e Câmaras, ao Governo e diversas autoridades e das circulares expedidas às Câmaras e Administradores – 1842

Registo da Correspondência expedida às Câmaras Municipais
1838-1841; 1841-1842; 1843-1844; 1844-1846; 1847-1849; 1850-1851; 1852-1855; 1855-1856; 1868-1870.

Registo da Correspondência com os diversos Ministérios e tribunais 1868-1870

Registo da Correspondência expedida para diversos ministérios
1835-1837; 1838-1844; 1844-1845; 1846; 1848-1849; 1849-1850; 1851; 1852-1853; 1853-1854; 1854; 1855

Registo da Correspondência expedida ao Ministério do Reino

Registo das Circulares expedidas aos Administradores dos Concelhos

Registo dos ofícios expedidos aos Administradores dos Concelhos

Registo da Correspondência confidencial expedida
1835-1838; 1847-1848; 1848-1855.

Crimes políticos e emigração

Eleições municipais no Soajo

Ofícios das diversas autoridades relatando os acontecimentos ocorridos durante as eleições municipais em Soajo – 1851-1852.

Ofícios dos Administradores do concelho de Coura, informando sobre crimes e tumultos – 1837, 1840, 1846-1847, 1851.

Ofícios sobre "tumultos em Soajo", ocorridos na noite de 3 para 4 de Janeiro, em sequencia da extinção do concelho – 1851-1852.

Paredes de Coura – clérigo apoiante de D. Miguel

Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836

Segurança Pública - Providencias contra as maquinações miguelistas

Tumultos no Soajo

Agentes de Emigração

Brigue Estrela do Norte

Emigração Clandestina – 1844, 1852-1858, 1872.

Emigração 1844 - circular aos Administradores do Concelho em 16 de Março - Portaria do Ministério do Reino de 29 de Fevereiro

Governo Civil/Correspondência expedida

Correspondência diversa – 1870

Registo de circulares expedidas para diversas autoridades (1.ª, 2.ª e 3.ª Repartições)
1835-1837; 1837; 1838-1844; 1844-1846; 1847-1849; 1849-1850; 1851-1852; 1853-1855; 1868-1872

Governo Civil/Correspondência/Registo Geral da Correspondência expedida a diversas autoridades

1835; 1836; 1837.

Governo Civil/Crimes políticos e emigração

Authoridades Hespanholas (1835-1854)

Autoridades Espanholas e outras que têm relação com negócios de Espanha – 1850

Desarmamento e internamento de espanhóis – 1846

Negócios Especiais com Espanha – 1853

Ofícios recebidos das autoridades espanholas e outras relativas a assuntos espanhóis

1835, 1836, 1837, 1839, 1844, 1847, 1850, 1852, 1853, 1854, 1855.

Prezos hespanhois entregues às authoridades hespanholas

Relação dos emigrados espanhois entrados no Distrito, aos quais se não passaram guias no Governo Civil, nem na administração do concelho de Viana para sairem, mas que efectivamente sairam, visto que não existem no mesmo distrito, segundo as participações recebidas dos Administradores dos concelhos.- 1846.

Relação dos espanhóis refugiados no concelho de Viana, em consequência dos últimos acontecimentos em Leão e Galiza - até 23 de julho de 1846.

Ofícios dos Administradores do concelho, informando acerca dos factos publicados no nº 50 do jornal "A Razão" relativamente ao estado do Alto-Minho, à intranquilidade e falta de segurança das pessoas – 1855 Abril a Maio de 1855.

Ofícios do comandante da 4ª Divisão Militar e administradores dos concelhos relativos à destruição dos barcos denominados "ladrões" que navegam o rio Minho -1847.

Ofícios dos Administradores de concelho, em resposta aos ofícios de 5 de Agosto e 13 de Setembro, acerca das acusações feitas ao Director do Circulo das Alfandegas de Valença -1853.

Governo Civil/Introdução de vinho espanhol

1857

Governo Civil/Portarias e Ofícios que têm relação com portarias de diferentes ministérios

Concelho dos Arcos (1837-1859)

Concelho de Caminha (1837-1851)

Governo Civil/Correspondência recebida das autoridades espanholas e outras relativas a assuntos espanhóis

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1844; 1845; 1846; 1847; 1852; 1853; 1854; 1850; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861.

Governo Civil/ 1ª repartição/1.ª Secção

Contrabando de Pólvora

Ofícios dos administradores dos concelhos, em resposta à circular 134, de 17 de Junho de 1837, informando sobre as providências que irão tomar contra o tráfego de pólvora – 1837

Ofícios dos administradores dos concelhos em resposta à circular n.º 30, de 7 de Setembro de 1839, informando sobre a eventual existência no concelho de venda de pólvora – 1839.

Ofícios dos administradores dos concelhos em resposta à circular, de 27 de Setembro de 1839, informando sobre as medidas tomadas contra o contrabando de pólvora.

Ofícios dos administradores dos concelho, em resposta à circular de 1 de Julho e portaria do Ministério do Reino de 19 de Junho, informando sobre as medidas tomadas contra o contrabando de pólvora – 1840.

Governo Civil/1ª Repartição/Relação dos culpados

Ofícios dos Administradores de concelho, em resposta à circular confidencial de 18 de Março de 1840, remetendo a relação dos culpados – 1840.

Processo relativo ao preso espanhol Manuel José Alonso – 1846

Sinopse comparativa dos crimes cometidos e anos diversos

Governo Civil/1ª repartição/Policia e Criminalidade/Tranquilidade Pública

Concelho de Arcos de Valdevez

1850; 1862

Caminha

1850

Castro Laboreiro

1850

Monção

1850

Viana do Castelo

1850

Vila Nova de Cerveira

1850

Segurança pública

1836, 1837, 1849-1850, 1857.

Segurança pública - Violências praticadas por um oficial na freguesia de Paderne, Melgaço - 1839.

Governo Civil/1ª repartição/Presos pobres e polícia de cadeias

Recibos de quantias destinadas à manutenção dos presos - 1845.

Governo Civil/Alfândegas

Reforma das Alfândegas – 1857

Excessiva diminuição dos rendimentos das alfândegas. Officios dos respectivos directores em 13 de Outubro de 1844, perguntando quais as causas d'onde procede tal diminuição.

Rellação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prizão, e *não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*

Rellação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prizão e *não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Ponte de Lima*

Rellação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prizão e *não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*

Rellação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prizão e *não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Monção*

Registo Geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos 1841-1873

Autos de averiguação para procedimento criminal contra o Administrador do Concelho dos Arcos, António Pereira de Sá Sotomaior.

Processo relativo ao réu Bernardo Teixeira, natural da freguesia de Basto de Caves, de Guimarães, ex-soldado da 7ª Companhia do regimento de Infantaria, n.º 3, condenado a trabalhos públicos por toda a sua vida e mais documentos relativos a presos detidos nas cadeias de Valença – 1864-1870

Correspondência recebida das autoridades espanholas. Prisão de salteadores – 1845.

Correspondência recebida das autoridades, recebida relativamente a presos espanhóis entregues a Espanha.
1835, 1836, 1838.

Processo relativo ao preso, condenado a 10 anos de trabalhos públicos, Manuel José Cardoso, natural de Vila Muia de Ponte da Barca, em virtude de roubo da Igrejas 1862-1869.

Processo relativo a assuntos de Espanha no sentido de serem adoptadas - medidas para obstar a passagem de salteadores e revoltosos – 1844.
Processo relativo à captura do espanhol António Porto, preso na freguesia de São Gregório, Melgaço, em 1843-1845.

Crimes e participações dos administradores dos concelhos – 1869.

Operações de combinação com as autoridades da Galiza para a perseguição de malfeitores – 1850.

Relações dos culpados

Arcos de Valdevez

1838; 1839; 1840; 1841.

Castro Laboreiro

1840-1841

Melgaço

1841-1845

Monção

1845

Paredes de Coura

1839-1841

Ponte da Barca

1839-1841

Ponte de Lima

1839-1840

Soajo

1839-1840

Viana do Castelo

1839-1840

Vila Nova de Cerveira

1839-1841

Rellação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prizão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez

Rellação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha

Monção (1854)

Valença (1853; 1854-1855)

Viana do Castelo (1849-1857)

Vila Nova de Cerveira (1854)

Ponte da Barca (1854)

Ponte de Lima (1857)

Governo Civil/Assistência Social e Saúde Pública/Estabelecimentos de saúde

Correspondência recebida relativa a despesas do hospital de S. José com doentes do distrito de Viana (1869-1879)

Correspondência recebida relativa a hospitais, recolhimentos, lazaretos, casas de asilo e estabelecimentos insalubres – 1837.

Governo Civil/Assistência Social e Saúde Pública/Epidemias

Papéis relativos à cólera (1854-1855)

Governo Civil/1.ª Repartição/Guarda da segurança pública

Partes diárias da guarda municipal de segurança pública de Viana e do seu distrito – 1839-1840

Governo civil/ 1.ª Repartição/Polícia e criminalidade

Processo relativo à quadrilha do presbítero Padre Manuel Gonçalves do Gabriel – 1848-1849.

Correspondência relativa a assuntos de polícia
1861-1862; 1868; 1870-1872

Correspondência relativa a assuntos de polícia de Arcos de Valdevez (1835-1856)

Correspondência relativa a assuntos de polícia do concelho de Caminha (1835-1859)

Crimes e participações dos administradores dos concelhos – Monção – 1865.

Governo Civil

Ofícios dos Administradores de concelho, enviando requerimentos de vários indivíduos que solicitam a entrega e uso de armas caçadeiras que lhes haviam sido tiradas - 1847-1848.

Representações pedindo se lhes entreguem as armas caçadeiras que se lhes tinham tirado, e seu uso.

Ofícios dos juízes de direito, juízes ordinários e sub-delegados do procurador régio, em resposta à circular de 19 de Dezembro de 1849, exigindo que prestassem auxilio às autoridades administrativas na perseguição dos criminosos - 1849-1850.

Ofícios dos Admiradores e Provedor do concelho, informando sobre a captura de alguns desordeiros e salteadores entre os quais (....) sobre a perseguição politica ao abade de Fontão e outro sobre aboletamento de destacamentos militares, a captura de emigrantes clandestinos, de passaportes falsos etc. – Janeiro de 1836 – Novembro de 1836.

Ofícios dos Administradores de concelhos, em resposta à circular de 22 de Outubro, que exigia a "apreensão de livros, papéis e mais objectos pertencentes aos corpos que entraram na última revolta" - 1847.

Ofícios dos Administradores de concelho, participando a morte de Tomás das Quingostas, a captura de salteadores e guerrilhas, de mancebos sorteados, etc. – 1839 Janeiro a 1839 Fevereiro.

Governo Civil/Assistência social e saúde pública/Correspondência recebida relativa a mendigos e vadios

1840-1859; 1866; 1869.

Governo Civil/Assistência Social e Saúde Pública/Correspondência relativa a moléstias nos concelhos

Arcos de Valdevez (1835-1857)

Caminha (1840-1849; 1854; 1855)

Melgaço (1854)

Juízo de direito da comarca de Valença

Autos de querela (1826-1836)

Rol dos culpados (1826-1835)

Juízo ordinário do Lindoso

Sumários de querela (1812-1824)

Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura

Autos de queixas e querela

Juízo ordinário do Couto de São Fins

Registo de autos de queixas e querelas

Tribunal Judicial de Monção

Documentos avulsos

Autos de corpo de delito

Tribunal Judicial de Viana do Castelo

Autos de querela

Procuradoria Régia

AHGCVC - Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo

Junta Geral

Relatório da Junta Geral de Distrito de 1853

Relatório da Junta Geral de Distrito de 1854

Relatório da Junta Geral de Distrito de 1857

Relatório da Junta Geral de Distrito de 1854

Relatório da Junta Geral de Distrito de 1866

1846-1847

1847-1848

Borrão das Contas de Receita e Despesa

Documento das despesas feitas com as presas Micaela Sousa e sua filha (XVIII)

Documentos relativos à aquisição de alimentos

1836

1837-1838

Escritura da instituição de 24 jantares por ano aos presos da cadeia, feito por Francisco Torres

Processos relativos à despesa mensal com as dietas dos doentes do hospital, jantares dos presos e recolhidas

Livros de receita e despesa

1800-1801; 1801-1802; 1802-1803; 1803-1804; 1804-1805; 1805-1806; 1806-1807; 1807-1808; 1808-1809; 1809-1811; 1811-1812; 1812-1813; 1813-1814; 1815-1816; 1816-1817; 1817-1818; 1819; 1819-1820; 1820-1821; 1821-1822; 1822-1823; 1823-1824; 1824-1825; 1825-1828; 1831-1835; 1838-1839; 1839-1840; 1840-1841; 1841-1842; 1842-1843; 1843-1844; 1844-1845; 1845-1846; 1846-1847; 1847; 1848-1849; 1854-1855; 1855-1856; 1856-1858; 1858-1859; 1859-1860; 1860; 1860-1861; 1861-1862; 1862-1863; 1863-1864; 1864-1865; 1865-1866; 1866-1867; 1867-1868.

Registo das despesas feitas pelo enfermeiro-mor (1848-1867)

Registo de entradas e saídas dos enfermos - 1863-1873

Juizo de direito da comarca dos Arcos de de Valdevez

Juízo de fora de Arcos de Valdevez

Autos de querela (1827-1835)

FONTES MANUSCRITAS

ADVC- Arquivo Distrital de Viana do Castelo

Administração do Concelho

Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil

1835-1837

1839-1840

1845-1849

1860-1861

1863-1864

1868-1870

Registo de correspondência expedida para várias autoridades

1837-1839

1839-1841

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha

Livro de acordãos

1750-1769

1769-1822

1822-1849

Processos de doentes 1860-1870

Livros de receita e despesa

1762-1763; 1777-1778; 1798-1799; 1804-1805; 1815; 1816-1817; 1817-1818; 1825-1826.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo

Livros de actas de Sessões

Assento da casa da suplicação, requerido pelos mordomos dos presos

Conta de toda a Receita e Despesa

FONTES E BIBLIOGRAFIA

receberam os melhoramentos que se impunham. O sistema demonstrou a sua total incoerência ao investir todos os esforços na construção de uma penitenciária, com base num modelo que, à luz das experiências internacionais, já se encontrava ultrapassado. O certo é que, até 1870, a situação dos cárceres do Alto Minho permaneceu inalterada, o mesmo sucedendo nos anos vindouros. Tal facto revela a persistência de uma visão essencialmente punitiva da cadeia, ficando arredada a sua função reabilitadora.

Mesmo que uma ou outra autoridade ambicionasse investir na moralização dos hábitos dos encarcerados, esse objectivo seria difícil de concretizar devido à total ausência de meios. A tentativa de, por exemplo, incutir práticas de higiene pessoal na população encarcerada seria extremamente difícil, dada a inexistência de estruturas próprias de abastecimento de água. A introdução de hábitos de trabalho esbarrava em constrangimentos de natureza similar e até o cumprimento dos deveres religiosos era dificultado pela ausência de oratórios dentro das cadeias.

Assim, a prisão continuava a ser considerada como um prolongamento da realidade do quotidiano, marcado pela fome, pela doença, pelo frio, pelo desespero e pelo abandono, onde aos padecimentos do corpo se juntavam as dores da alma.

Aproveitando a ideia de isolamento associada ao espaço carcerário, representada pelas grades, símbolo de exclusão e ausência de liberdade, nele eram encerrados os alienados. Perante a inexistência de estruturas próprias e da recusa dos hospitais em recebê-los, eram enviados para as cadeias, onde permaneciam longos períodos até ver concretizada a sua transferência para hospital de São José e, a partir de 1848, para o de Rilhafoles, ambos situados em Lisboa.

Assim, a prisão era encarada como um lugar de espera. Nela aguardava-se a partida para o hospital, para o degredo, para os trabalhos públicos ou pela aplicação da pena capital. Viver nestas prisões era viver em comunidade, partilhar todos os momentos do dia, as aventuras e desventuras, espreitar e conversar por entre as grades com conhecidos e passantes, e esperar pelo alimento e pela bebida transportados por familiares ou amigos, ou distribuídos pelo carcereiro. Mas a própria prisão era também um espaço de transgressão e corrupção. Aqui planeavam-se fugas e crimes, entrava o produto de roubos e furtos, fabricava-se moeda falsa e corrompiam-se parceiros, guardas e carcereiros.

Não queremos desmerecer totalmente as medidas que foram adoptadas, como a *Reforma Provisória da Polícia das Cadeias* em 1843, embora muitas das suas disposições não fossem cumpridas nas cadeias do Alto Minho, nem a legislação promulgada, através do Código Penal de 1852 ou da lei de um de Julho de 1867. No entanto, esta parecia demasiado ambiciosa para o país e de difícil concretização, na medida em que a aplicação das penas previstas passaria pela construção de novos cárceres, pois os existentes não tinham condições para se adaptarem a uma nova realidade penal. Instalou-se o impasse, pois não foram edificados novos estabelecimentos prisionais, nem as cadeias comarcãs e as dos julgados

delinquentes, nem tão-pouco evitar a promiscuidade, a violência e a indisciplina que grassavam nestes estabelecimentos, transformando-os em autênticas escolas de criminalidade.

A estas limitações acrescia a falta de segurança das instalações prisionais, o que dava azo a evasões sucessivas, por vezes com a conivência de carcereiros e guardas, ou de elementos externos à cadeia. Perante este quadro, a intervenção das autoridades não ia além de medidas que apenas procuravam remediar a situação e não de a corrigir. É assim que entendemos as reparações que, pontualmente, eram efectuadas nos edifícios prisionais, a transferência de presos e o reforço provisório da vigilância. Para esta inépcia contribuiu, certamente, o facto de, na região alto minhota, a criminalidade nunca ter sido encarada como um verdadeiro problema social, que implicasse a tomada de medidas adequadas, incluindo o devido acautelamento da segurança de pessoas, bens e lugares, incluindo as cadeias.

Todos estes problemas e limitações eram do conhecimento das autoridades distritais e do poder central, que nem sempre exerciam convenientemente as suas competências, nem mostravam o necessário empenho na resolução dessas dificuldades. Os testemunhos dos magistrados, após as suas *Visitas* aos cárceres, são bem reveladores da ligeireza com que encaravam as carências da realidade prisional, que procuravam camuflar com fórmulas estereotipadas. Julgamos que o problema carcerário não era uma questão prioritária no distrito, como também não o era para o país.

Ainda que o Estado tivesse redimensionado o seu papel no auxílio aos homens e mulheres pobres encerrados nos cárceres, essa mudança ocorreu dentro de um processo mais lato, que passou pelo modo como este preconizava a sua intervenção no domínio da assistência. Até à década de sessenta do século XIX, a ajuda prestada pelas Misericórdias continuou a ser crucial, dada a insuficiência das verbas estatais para custear a despesa com o vestuário e a alimentação dos presos pobres. A agravar este cenário, a prisão continuava a ser a morada por excelência de gente de parcos recursos, de homens, mulheres e crianças que, carregando já histórias de vida difíceis, tomavam contacto com uma realidade que pouco mais dura poderia ser do que a que enfrentavam quotidianamente. Assim sendo, as autoridades colocariam a si próprias a seguinte questão: para quê melhorar o espaço prisional, quando ele é habitado essencialmente por gente pobre, sem hábitos de higiene, habituada a pouco alimento e a viver em casas degradadas? Muito provavelmente, concluiriam que se apostassem na melhoria das condições de acolhimento das cadeias estariam a pôr em causa a sua função punitiva e dissuasora.

entre outros, unidos por fortes laços de solidariedade, compunham estes bandos que aterrorizavam e pilhavam casas e povoações inteiras e abalavam a ordem e a tranquilidade pública. Sobretudo a partir de finais da década de quarenta do século XIX, a posição da sociedade face a estes bandidos foi-se alterando e a conivência foi dando lugar à rejeição, o que contribuiu para o seu progressivo desaparecimento.

É interessante constatar que, em oitocentos, assistimos ao aumento do interesse da sociedade pelo crime, que se traduz no aumento de obras de carácter científico publicadas por homens do Direito e da Medicina, bem como o crescente destaque que este assunto passou a ter nas páginas da imprensa. A este relevo não foi alheio um certo exagero no tratamento de algumas acções criminosas, que, na realidade, não se justificava, mas que serviu para alimentar a curiosidade popular e, ao mesmo tempo, criar um clima de medo e insegurança. Era raro o número dos jornais *O Vianense* ou *A Aurora do Lima* que, no seu bloco noticioso, não concedessem um tratamento de relevo à violência e ao crime.

A mesma atenção era dispensada pelos periódicos da época às cadeias do distrito de Viana do Castelo. Face ao estado desolador em que se encontravam os estabelecimentos prisionais, denunciavam o estado de degradação, a promiscuidade e insalubridade que as caracterizava, a aniquilação física e moral a que os encarcerados estavam sujeitos e não hesitavam em zurzir o comportamento negligente e a inépcia das autoridades. Se muitos Estados iniciaram a reforma dos seus cárceres entre a segunda metade do século XVIII e os primórdios do século seguinte, Portugal não fazia parte desse lote. Obviamente, a instabilidade política sentida no país ao longo de toda a primeira metade de oitocentos, bem como as suas limitações financeiras, não ajudaram à sua concretização. Algumas das tentativas reformistas surgidas no período vintista ruíram nos anos seguintes, dado que, durante o período de governação miguelista, as reformas preconizadas foram travadas, adiando-se a reestruturação de um sector cujo estado de deterioração se foi tornando cada vez mais evidente.

Se no plano teórico e legislativo a década de trinta da mesma centúria trouxe algumas novidades, estas não se reflectiram nas prisões do Alto Minho. As cadeias comarcãs e dos julgados continuaram, durante muitos anos, a funcionar como masmorras pútridas e insalubres, algumas próximas da ruína, num quadro idêntico ao existente nos cárceres do Antigo Regime. Os presos mais do que passarem por um processo de regeneração ou reabilitação, eram obrigados a lutar pela sobrevivência. Em todas elas, além da separação dos reclusos consoante o sexo, não havia condições físicas que impedissem a convivência entre todo o tipo de

Os delitos de resistência, assuada e sedição não eram mais do que sintomas da dificuldade da população em aceitar algumas das opções tomadas pelas instituições e pelas entidades que as representavam, sobretudo quando punham em causa usos e costumes ancestrais. O recrutamento militar e as fraudes que falseavam os sorteios eram dos principais motivos que levavam as pessoas a agrupar-se e a rebelar-se contra as autoridades. E mais uma vez o crime leva-nos para a necessidade de compreender o contexto económico da região. Esta repulsa das gentes do Minho contra o serviço militar, que Camilo Castelo Branco tão bem retratou na sua obra *O Comendador*, prendia-se com o receio das famílias em perder braços indispensáveis para cultivar as terras, labutar nos ofícios e na actividade comercial.

Não era apenas o recrutamento militar que suscitava a formação de ajuntamentos populares, pois a contestação também era dirigida a todos aqueles que, no entender dos contestatários, os prejudicavam, sobretudo sob o ponto de vista financeiro. Párocos e cobradores de contribuições eram, por essa razão, alguns dos visados pela ira popular. Todavia, os que mais sofriam na pele a cólera das populações eram, entre outros, os cabos de polícia, os regedores, os oficiais de diligências, ou seja, os que tinham um contacto mais directo com as comunidades.

Alguns dos factores já explanados, nomeadamente aqueles que se prendem com a dificuldade em aceitar a vitória liberal após a guerra civil, contribuíram para o desenvolvimento de uma criminalidade organizada, praticada por guerrilhas que, após terem perdido o seu pendor político, deram lugar a bandos de salteadores, que infestaram a região, sobretudo até à década de cinquenta de oitocentos. A sua actuação, e até uma certa impunidade, foi facilitada pela proximidade com Espanha, dado que bandos galegos atacavam o território português e quadrilhas lusas levavam a cabo autênticas razias na vizinha Galiza, sem que as autoridades dos dois lados da fronteira conseguissem pôr-lhes cobro.

As quadrilhas, que, ao tempo, actuaram no Alto Minho, representam a realidade mais próxima do que podemos apelidar de criminalidade organizada. Eram grupos dotados de uma estrutura hierárquica, alguns liderados por homens carismáticos que conseguiram, por vezes, conquistar a simpatia e a colaboração das comunidades e, pelo menos em alguns casos, aproximaram-se da imagem do bandido social traçada por Hobsbawn. O apoio a estes bandos era prestado sobretudo pelas localidades serranas e mais isoladas, nomeadamente Melgaço, Monção, Valadares, Castro Laboreiro, Soajo e na parte norte do concelho de Arcos de Valdevez. Dissidentes políticos, vagabundos, desertores, galegos foragidos, simples “ladrões formigueiros”,

chegar à agressão física e até mesmo ao homicídio. Aliás, este era um crime que, no distrito de Viana do Castelo, acontecia mais como consequência de zaragatas e de discussões acaloradas do que de actos premeditados e intencionais. Ao longo do século XIX, verificou-se uma tendência para a diminuição do número de homicídios no Alto Minho, acompanhando o crescimento do sentimento de repulsa para com este crime, resultante do desenvolvimento de um discurso moralizador e burguês, até porque o Código Penal de 1852 continuava a prever a aplicação da pena capital.

Houve ainda um conjunto de crimes, cujo cometimento pode ser explicado, ainda que não de forma inequívoca, pelo quadro mental e pela tábua de valores imperantes na região. Foi também através da mentalidade e dos valores que nos apercebemos da postura da sociedade perante os crimes. Se nuns casos, apostava na sua divulgação, noutros procurava a todo o custo sonegá-los. Havia um enorme silêncio a pairar sobre os delitos de natureza sexual, nomeadamente sobre o estupro e a violação, explicado pelo estigma que recaía sobre as vítimas e até sobre as respectivas famílias. As abusadas, cuja honra e pureza tinham sido manchadas, ficavam com a sua imagem social destruída e o seu futuro seriamente comprometido. Os testemunhos da época levam-nos a considerar que eram frequentes as relações sexuais pré-matrimoniais, pelo menos entre as camadas mais baixas da população. No entanto, a virgindade, enquanto construção social, era valorizada e a rapariga solteira, se tinha pretensões matrimoniais, devia acautelar a sua imagem de pureza e castidade. Mas nem só mulheres adultas eram vítimas de crimes sexuais. Também as crianças, por vezes dentro das próprias casas, eram sujeitas a este tipo de agressão. Nestes casos, por norma, o estuprador tinha uma relação de proximidade e de confiança com a criança, o que facilitava a concretização dos seus intentos. Os agressores procuravam tirar partido das suas fragilidades, da sua pobreza ou da sua orfandade, para além da sua inocência. Estes crimes eram dos que mais chocavam a opinião pública, levantando verdadeiras ondas de revolta contra os seus autores.

Também a mentalidade e os valores associados à honra feminina e masculina explicam o relativismo das posições que as comunidades, e a própria justiça, assumiam face ao adultério e à mancebia. Se em relação ao homem havia condescendência, a mulher infiel desonrava-se a si e à família, em particular ao marido, tornando-se alvo de chacota e de um chorrilho de epítetos condenatórios. A questão da honra pode ainda ser evocada, juntamente com a pobreza e até a perturbação mental, para explicar um conjunto de delitos tipicamente femininos, geralmente premeditados, como o aborto, o infanticídio e o abandono de crianças.

ferimentos, que muitas vezes tinham lugar nas feiras, lugares por excelência de traficância de moeda falsa.

Dada a proximidade geográfica, eram muitos os naturais da província espanhola da Galiza que demandavam as terras do Alto Minho. Alguns deles, sobretudo os que tinha entrado ilegalmente e não conseguiam vencer as barreiras da integração, acabavam por cair nas malhas do crime. Mas do outro lado chegavam também criminosos foragidos, que procuravam em território português um resguardo mais seguro, para escaparem à perseguição que lhes era movida pelos agentes da justiça.

A emigração ilegal era outro delito que preocupava o Estado oitocentista. Aliás, a imprensa da época dava conta da apreensão que esse fenómeno causava em toda a sociedade, alertando para as consequências nefastas que acarretava para o desenvolvimento da agricultura e da indústria nacionais. À sangria de homens que legalmente abandonava o país, juntavam-se muitos outros que partiam clandestinamente e cujo número é impossível de calcular. A legislação destinada a combatê-la revelou-se ineficaz, pela falta de meios e de uma comunicação articulada entre as diferentes entidades e até pela existência de redes de conivência.

Ainda que inconstante, o quadro da criminalidade do Alto Minho, entre os finais do século XVIII e a década de sessenta do século XIX, era dominado pelos atentados contra pessoas. Era um quadro bem distinto do verificado nos Estados europeus que já tinham conhecido o processo de industrialização e nos quais sobressaíam os crimes contra a propriedade. Nesses Estados, verifica-se o predomínio do furto sobre o roubo, o que era interpretado como sinal de progresso, significando que as populações tinham sofrido um processo civilizacional, que se reflectiu no refreamento dos seus impulsos mais violentos. Também no distrito de Viana do Castelo essa transformação ocorreu tardiamente e, por norma, o roubo tinha primazia sobre o furto. Nesta região roubava-se e furtava-se sobretudo por necessidade, mas igualmente por vingança e até por divertimento.

Como salientámos, os crimes contra pessoas eram os dominantes no decorrer do período analisado. Rixas, desordens e discussões, que culminavam em ferimentos mais ou menos graves, faziam parte do quotidiano dos homens e das mulheres do Alto Minho. Digladiava-se, entre muitas outras razões, pela honra ofendida ou pelo cometimento de furtos e roubos; pelo usufruto dos montes ou pela delimitação das propriedades; por diferendos laborais ou disputas domésticos; por desejo de vingança ou resistência às autoridades. Em suma, tudo servia de pretexto para desencadear a contenda. Esta podia ficar-se pela troca de insultos, ou

A actividade criminal conheceu oscilações, às quais não foram alheios os acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XIX, bem como as alterações registadas no contexto económico. As invasões francesas, a guerra civil, as intrigas políticas desencadeadas na fronteira galaico-minhota por carlistas e miguelistas, o clima de suspeição que se tinha instalado, o desrespeito que as populações demonstravam pelas novas instituições formadas na era pós-miguelista, bem como a falta de policiamento nas zonas rurais, contribuíam igualmente para o aumento dos números do crime. O cisma religioso, a falta de segurança das cadeias, que facilitava fugas, e o sistema de júri, que promovia a impunidade dos transgressores, foram factores que também concorreram para o aumento das acções criminosas e para a sua reincidência.

A década de trinta do século XIX revelou-se particularmente perniciosa no domínio da criminalidade com um claro agravamento dos números de delitos, que só começaram a estabilizar a partir da década de quarenta. Esta tendência de descida manteve-se até 1856, ano de adversidades a nível económico e de crescimento não só dos números do crime, como da criminalidade violenta. Contudo, nos anos seguintes, subsistiu a tendência de diminuição, com excepção de alguns anos da década de sessenta do século XIX.

Porém, as razões acima mencionadas não se fizeram sentir do mesmo modo em todos os concelhos, nem explicam toda a criminalidade praticada no Alto Minho. Se os atentados contra pessoas foram uma realidade transversal a toda a região, salvo ligeiras variações, bem como os praticados contra a propriedade, cuja frequência está mais dependente do contexto económico do que geográfico, o mesmo não se pode dizer de alguns delitos que inserimos na categoria de atentados contra a segurança, a ordem e a tranquilidade pública, que nos levam a falar da existência de uma criminalidade de fronteira. Referimo-nos muito particularmente ao contrabando, que, tirando partido da ineficácia do sistema de vigilância, era praticado sobretudo nas zonas raianas e costeiras, por onde entrava todo o género de bens, incluindo animais, com claro prejuízo para o Estado e para os agricultores. Uma boa parte dos produtos contrabandeados era traficado em feiras e mercados do distrito, como acontecia, por exemplo, na feira de Paredes de Coura.

Outros atentados contra o Estado, como o crime de falsificação de moeda, não foram influenciados pelo factor geográfico. Este delito, para além do seu impacto negativo na economia nacional, era ainda responsável pela ocorrência de outros crimes, como rixas, desordens e

Assim, para entrever a origem do conflito e da violência no Alto Minho, foi necessário contornar o discurso oficial, muitas vezes inconsistente, que apresentava a violência e os actos delituosos a ela associados como incidentes ocasionais, cuja origem podia ser imputada a grupos facilmente identificáveis, como vagabundos e foragidos ao serviço militar, e que resultariam simplesmente de situações conjunturais. Porém, foram vários os indícios que nos permitiram abordar a violência, o conflito e a agressividade como uma realidade estrutural e transversal à sociedade alto minhota. Uma delas relacionava-se com a forma como a violência era exercida. Esta não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista físico, pois a violência verbal era uma arma usada pelas comunidades, sempre que considerassem que os seus valores ou os usos e costumes estavam a ser postos em causa. O recurso à injúria ou à alcunha não era mais do que um mecanismo de controlo social informal, que podia servir para ofender e humilhar o visado ou como prelúdio de cenas de pancadaria.

Os instrumentos habitualmente utilizados para agredir traduzem a existência de uma violência essencialmente instintiva e conectada com o dia-a-dia do homem e da mulher do Alto Minho. Batia-se recorrendo às alfaias agrícolas, ao pau ou à pedra, enfim, ao que estivesse mais à mão, embora o recurso às armas brancas e de fogo se tivesse intensificado no século XIX.

A existência da violência como uma realidade estrutural pode ser comprovada se tomarmos em consideração os tempos em que a mesma tinha lugar. Assim, verificamos que é possível estabelecer uma correlação entre o acréscimo das acções violentas e o calendário religioso e agrícola, marcado pelas festas em honra dos santos padroeiros e pelas sementeiras e colheitas, respectivamente, que constituíam oportunidades por excelência de reunião e sociabilidade das populações alto minhotas.

No sentido de fazer valer a nossa perspectiva, podemos ainda olhar ao enquadramento socioprofissional dos contendores, embora nem sempre seja possível fazê-lo. A este propósito, constatámos que se tratava sobretudo de indivíduos com ocupação, na sua maioria oriundos das classes populares. Além destes, encontrámos mendigos, vadios e desertores envolvidos em acções criminosas, designadamente em atentados contra a propriedade. Deste modo, será legítimo concluir que o delito não era obra exclusiva de grupos marginais e de criminosos profissionais, pois homens e mulheres devidamente inseridos na sociedade também tinham a sua quota-parte de responsabilidade. Se muitas destas acções apenas conheciam a sanção social, outras caíam nas malhas da justiça.

função de punição pública para dar lugar ao castigo privado. Deste modo, nas feiras e nas romarias, nos mercados e nas ruas ou caminhos, agrediam-se vizinhos e desconhecidos, alargando-se não só as possibilidades de conflito como o número de potenciais contendores. A casa era o palco por excelência da violência doméstica, mas também era alvo de investidas vindas de fora, sob a forma de furtos e roubos, envolvendo, neste caso, ataques à integridade física dos seus moradores.

Por vezes, havia uma clara ligação entre as causas do conflito e o local onde ocorria. Por exemplo, as disputas que aconteciam nos campos eram suscitadas por diferendos relacionados com a água, as delimitações das propriedades ou as incursões de gado em terras alheias. No caso dos montes, a maioria dos desaguisados, alguns de graves consequências, que arrastavam freguesias inteiras, eram gerados pela disputa do seu usufruto. Este facto possibilita-nos afirmar que as contendas resultavam essencialmente de questões relacionadas com a economia doméstica. Já as cenas de violência que eclodiam em festas, romarias, mercados e feiras ou em locais de sociabilidade, como vendas e tabernas, eram despoletadas por inúmeras razões, algumas bem comezinhas, se bem que, pelo menos em alguns casos, o consumo desregrado de bebidas alcoólicas contribuísse para a exaltação dos ânimos e o descontrolo dos impulsos.

São vários os factores que podem ser invocados para justificar a permanência destes comportamentos mais arrebatados até à década de setenta do século XIX. Desde logo, é de apontar uma certa inépcia demonstrada pelas instituições administrativas e judiciais, cujos membros, devido, por exemplo, à falta de distanciamento em relação à comunidade, acabavam por cair em descrédito, pairando sobre eles a desconfiança relativamente à forma como exerciam os seus cargos. Face a isto, as populações, para resolver as suas querelas, não hesitavam em fazer justiça pelas próprias mãos, contribuindo para que a violência e o conflito se tornassem costumeiros. Por outro lado, uma certa dificuldade na verbalização das emoções levava-as a enveredar, sem mais rodeios ou subterfúgios, pela via da agressão, que tanto podia ficar pela injúria como chegar à violência física, em resposta à provocação, a um gesto menos próprio ou a uma palavra mais ríspida.

Note-se, todavia, que apesar desta realidade nos parecer evidente, as autoridades continuavam a insistir no recurso a bodes expiatórios, procurando escapar à responsabilidade pela insegurança que assolava o distrito, em lugar de apostarem em medidas mais exigentes e estruturais, como, por exemplo, a escolarização das populações e a expansão das vias de comunicação.

O quotidiano dos habitantes da região do Alto Minho era bem mais agressivo e violento do que as estatísticas oficiais deixavam transparecer. Sendo o distrito de Viana do Castelo eminentemente rural, o dia-a-dia das suas populações era preenchido, em boa parte, com os trabalhos agrícolas, procurando tirar o seu sustento das pequenas parcelas de terra, amanhadas à custa, sobretudo, da força dos braços. Mas se a terra era fonte de mantimento, constituía também, com alguma frequência, pretexto para a eclosão de conflitos e crimes, que nem sempre caíam sob a alçada da lei, e que envolviam homens e mulheres.

Os episódios de violência que ocorriam nas terras do Alto Minho não ultrapassavam, na maior parte dos casos, os limites da rua ou do lugar. Todavia, podiam ganhar a forma de motins e revoltas, nomeadamente em conjunturas adversas, causadas pela instabilidade política e económica ou pela subida do preço dos cereais, como aconteceu em alguns anos das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX. Nessas ocasiões, as gentes do povo, em particular os mais pobres, aqueles que mais sofriam com as crises de subsistência, com o aumento dos impostos e com a ausência de braços para o trabalho, não hesitavam em dar voz ao seu descontentamento. Se alguns desses movimentos revelam um cunho de espontaneidade, outros, sem dúvida, denotam uma clara premeditação. Deste modo, somos levados a admitir a existência de dois tipos de violência que se manifestavam na região alto minhota: uma, planeada e organizada, de maior impacto e visibilidade, e outra, de carácter espontâneo e ocasional e menos perceptível.

A violência espontânea era, muitas vezes, despoletada por questões que tinham a ver, por exemplo, com disputas que envolviam familiares ou vizinhos, relacionadas com a posse ou a delimitação da propriedade, a conduta moral, as lides do campo e dos ofícios ou a simples convivência diária. Os protagonistas eram sobretudo do sexo masculino, embora as mulheres não estivessem completamente arredadas, pois, de vez em quando, também apareciam implicadas na prática de pequenos delitos, ou até em crimes bem mais graves, como o infanticídio, o envenenamento e o homicídio.

Tratava-se de uma conflituosidade que não resultava apenas dos móbeis que a desencadeavam ou da intervenção dos actores que a protagonizavam, mas também era condicionada pelos espaços em que se desenrolava, uma vez que a materialização dos seus objectivos podia depender do local onde era praticada. Verifica-se, de forma clara, que à medida que se estreitam os laços entre os contendores, diminuía o espaço de consecução da violência, podendo, então, considerar-se que, conforme se estreitava a sua territorialidade, perdia a sua

CONCLUSÃO

Expiada a pena, cabia ao administrador do concelho informar o governador civil, remetendo-lhe o alvará de soltura do prisioneiro. Este documento devia ser apresentado pelo condenado no juízo onde tinha sido julgado para obter baixa na culpa. Nem sempre o castigo era cumprido na totalidade. Em alguns casos, os condenados viram as suas penas comutadas e noutros beneficiaram de indultos, conhecendo o sabor da liberdade mais cedo do que o previsto.[63]

[63] António José de Sousa Melo, condenado, em 26 de Junho de 1852, a seis anos de trabalhos públicos, foi posto em liberdade em 1855, aproveitando o indulto que foi concedido. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

soltura na década de cinquenta, até porque, como referimos, tratava-se, na maior parte dos casos, de indivíduos condenados a penas que oscilavam entre os dois e três anos.

Durante o dia, enquanto executavam as tarefas que lhes eram atribuídas, os sentenciados estavam agrilhoados com uma corrente de ferro no pé, ou tinham que permanecer acorrentados, por vezes uns aos outros, o que constituía, certamente, um vexame. Alguns pediam para usarem apenas as algemas e os ferros individuais, como fizeram Severino Joaquim Ribeiro e António Joaquim de Sousa e Mello, que solicitaram para não utilizarem uma corrente que os amarrasse um ao outro, uma vez que as sentenças não os obrigavam a isso, pelo que o pedido foi atendido.[60]

No caso do presídio de Valença, tratando-se de uma estrutura militar, os sentenciados civis conviviam com os condenados militares. Embora fossem entregues às autoridades administrativas pelo Ministério Público, ao entrarem naquela praça ficavam sujeitos às tarefas atribuídas pelo governador militar da praça. O administrador do concelho de Valença interferia, unicamente, na sustentação dos condenados civis de fracos recursos.

Durante os seus afazeres diários, os sentenciados conviviam uns com outros, o que facilitava a maquinação de planos de fuga, apesar dos ferros, algemas e grilhetas que dificultavam os seus movimentos. Acrescia o facto de a noite ser partilhada com os condenados a prisão. No caso da cadeia das "Portas do Sol" de Valença, presos civis e militares conviviam diariamente. Ora, o quotidiano destes reclusos era pautado pela ociosidade e podiam, e faziam-no certamente, gizar e compartilhar os seus planos de evasão com os sentenciados a trabalhos públicos. Entre 1840 e 1870, no presídio de Valença, registaram-se duas fugas levadas a cabo por condenados a trabalhos públicos. Uma delas, protagonizada por António José Martins, condenado, em Maio de 1847, pelos delitos de roubo, espancamento e ferimento, contou com a ajuda de um soldado que o acompanhou na evasão. No entanto, o fugitivo acabou por ser capturado e regressou ao presídio de Valença.[61] Mas se alguns estavam sentenciados a trabalhos forçados por fugirem da cadeia, outros encontravam-se a cumprir a mesma pena por terem deixado os presos escapulir-se do cárcere.[62]

---

[60] AHGCVC, *Correspondência com os Administradores dos Concelhos*, n.º 1.7.2.16, não paginado.

[61] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

[62] Foi o caso de António José de Barros, condenado, em 1840, a trabalhos públicos por um ano, por ter deixado fugir um preso. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

Quadro 1. Movimento de indivíduos condenados a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo (1839-1870)

Ano	N.º de condenados a trabalhos públicos	N.º de alvarás de soltura
1839	8	-
1840	1	-
1841	7	-
1842	3	1
1843	3	-
1844	3	-
1845	5	-
1846	1	-
1847	2	-
1848	7	-
1849	2	2
1850	2	3
1851	19	4
1852	9	11
1853	1	6
1854	1	9
1855	0	5
1856	0	-
1857	0	-
1858	0	-
1859	0	-
1860	2	-
1861	0	-
1862	0	-
1863	2	1
1864	0	2
1865	0	-
1866	0	-
1867	0	-
1868	1	-
1869	0	-
1870	1	-

Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Foi entre os finais da década de trinta e inícios da década de cinquenta do século XIX que se verificou o maior número de condenações a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo, com especial destaque para o ano de 1851. São também estes os anos de maior instabilidade a nível da segurança e do bem-estar público na região. O facto de as condenações incidirem mais neste período explica, ainda que parcialmente, a concentração dos alvarás de

associação deste crime aos atentados contra a propriedade, sobretudo furtos e roubos. Um dos indivíduos condenados a trabalhos públicos no presídio de Valença, Francisco José de Araújo, com sentença de dois anos e meio, foi considerado culpado do crime de vadiagem e ladroagem.[58] Com a promulgação do Código Penal de 1852, o vadio passou a incorrer na pena de prisão, de acordo com o artigo 256.º. A falsa pobreza era igualmente alvo de condenação, que oscilava entre os dois meses e os dois anos de prisão.[59]

O quadro 1 mostra a movimentação e as libertações dos presos condenados a trabalhos públicos, no distrito de Viana do Castelo, entre 1839 e 1870. No que diz respeito aos indivíduos que conseguiram obter a liberdade no período representando, alguns deles tinham iniciado o cumprimento da sua pena antes de 1839. Mesmo assim, a informação neste domínio é deficitária, uma vez que não possuímos alvarás de soltura correspondentes a todo o período em análise, circunscrevendo-se a alguns anos da década de cinquenta.

[58] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

[59] Sobre a forma como o Código Penal de 1852 encarava e condenava a vadiagem, veja-se Fatela, João, "«Para se lhes dar destino… » Modos de repressão dos vadios em Portugal na segunda metade do século XIX" in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social…*, pp. 149-156.

com as Ordenações e com as Leis Extravagantes (leis de 12 de Março de 1603, de 30 de Dezembro de 1605 e de 25 de Dezembro de 1608; decretos de 23 de Setembro de 1701 e de quatro de Novembro de 1755 e lei de 25 de Junho de 1760).[54] Em determinadas circunstâncias, como no caso de ser encontrado em casas de jogo, ou a vender sem estar munido da respectiva licença, sujeitava-se à pena de degredo para a Índia e de prisão, respectivamente.

Em 1839, no sentido de reforçar o combate à vadiagem foi evocado pelo governador civil do distrito de Viana do Castelo o decreto de quatro de Novembro de 1755, que definia o vadio como sendo "o que não busca meio de subsistência, e vive na sociedade à custa de terceiro", e previa a sua condenação a trabalhos públicos na cidade de Lisboa, e "os que não tem occupação, ou a tem deixado para viver na ociozidade", segundo alvará de 15 de Dezembro de 1809.[55] De acordo com as portarias de 12 de Junho e 17 de Julho de 1839, aqueles que fossem considerados vadios podiam optar pela integração no serviço militar, desde que tivessem a robustez física suficiente.[56] Todavia, impunha-se uma criteriosa selecção dos indivíduos classificados como vadios que poderiam ser admitidos no serviço militar, para evitar que este fosse corrompido pelos maus hábitos.[57] O receio da vagabundagem crescia em resultado da

---

[54] Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano Pereira, *Classes dos Crimes, por Ordem Systemática, com as penas segundo a legislação actual*, 2.ª edição, Lisboa, Oficina de J. F. M. de Campos, 1816, pp. 117-118.

[55] AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela Primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado. Sobre a evolução da legislação de coação e repressão à vadiagem, veja-se Relvas, Eunice, *Esmola e degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 99-100.

[56] Em 1869, o governador civil de Viana do Castelo enviou a todos os administradores dos concelhos sob sua jurisdição as principais directrizes sobre a vigilância, inspecção e policiamento de vadios e mendigos, que deviam ser cumpridas por aqueles, de acordo com n.º 8 do artigo 249.º do Código Administrativo. Entre essas obrigações, contava-se a de não permitir que qualquer mendigo pedisse esmola sem estar munido de uma licença passada pelo administrador do concelho. Esse documento só podia ser concedido aos indivíduos que fossem naturais do concelho ou que nele residissem por um período de tempo superior a dois anos, reconhecidamente pobres, e que pela sua idade ou estado físico estivessem impossibilitados de trabalhar. A naturalidade, residência e pobreza deviam ser provadas por atestados passados pelos párocos e regedores da paróquia, e a impossibilidade de trabalhar devia ser justificada através de um exame realizado por um facultativo. Os indivíduos considerados válidos e capazes de ganhar a vida, ou os que não tivessem provado devidamente a sua pobreza e fossem encontrados a mendigar sem licença seriam autuados e entregues ao poder judicial para serem punidos na conformidade das leis. AHGCVC, *Copia de várias circulares de 5 de Novembro de 1868 a Dezembro de 1873*, n.º 1.10.4.15, não paginado.

[57] AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

Ainda conforme o disposto no Código Penal de 1852, a pena de trabalhos públicos perpétuos também estava prevista para os casos de culpabilidade no crime de falsificação de moeda (artigo 206.º); falsificação de escritos (artigo 215.º); cárcere privado (artigo 332.º); homicídio voluntário (artigo 349.º); incêndio (artigo 466.º); de ferimento, caso se verificasse morte do ofendido 40 dias depois da ocorrência do crime (artigo 366.º); e de roubo de objectos sagrados dos lugares de culto (artigo 441.º).

Os responsáveis pelo crime de associação criminosa, vulgo salteadores, incorriam na pena de trabalhos públicos temporários. No distrito de Viana do Castelo e durante o hiato temporal analisado, esta punição foi aplicada a três indivíduos, dois naturais de Arcos de Valdevez e um do Soajo, a qual foi cumprida no presídio de Valença.[51]

Foram ainda condenados à pena de trabalhos públicos indivíduos acusados do crime de vadiagem. Note-se que, no século XIX, aumentou a necessidade de distinguir os verdadeiros dos falsos pobres. Enquanto os verdadeiros mendigos se tornaram alvo de beneficência, a falsa pobreza não só era censurada, mas também reprimida, o que passava pela punição e sujeição aos mecanismos judiciais da época ou pela incorporação nos corpos militares. Procurava-se, desse modo, inculcar os valores do trabalho e a disciplina nos indivíduos que estavam em condições físicas e mentais de serem úteis à sociedade, de acordo com os valores burgueses predominantes.[52] Cabia às autoridades administrativas zelar pelo bem-estar público e reprimir a vagabundagem, sendo concedida aos vadios a oportunidade de optarem entre assentar praça voluntariamente, ou serem submetidos a um processo judicial que os podia conduzir ao cárcere.[53]

Até à promulgação do Código Penal de 1852, o vadio, entendido como aquele que vivia na ociosidade, à custa de terceiros, sem procurar garantir o seu sustento, provocando escândalo público pela sua conduta, podia incorrer na pena de açoites e condenação às galés, de acordo

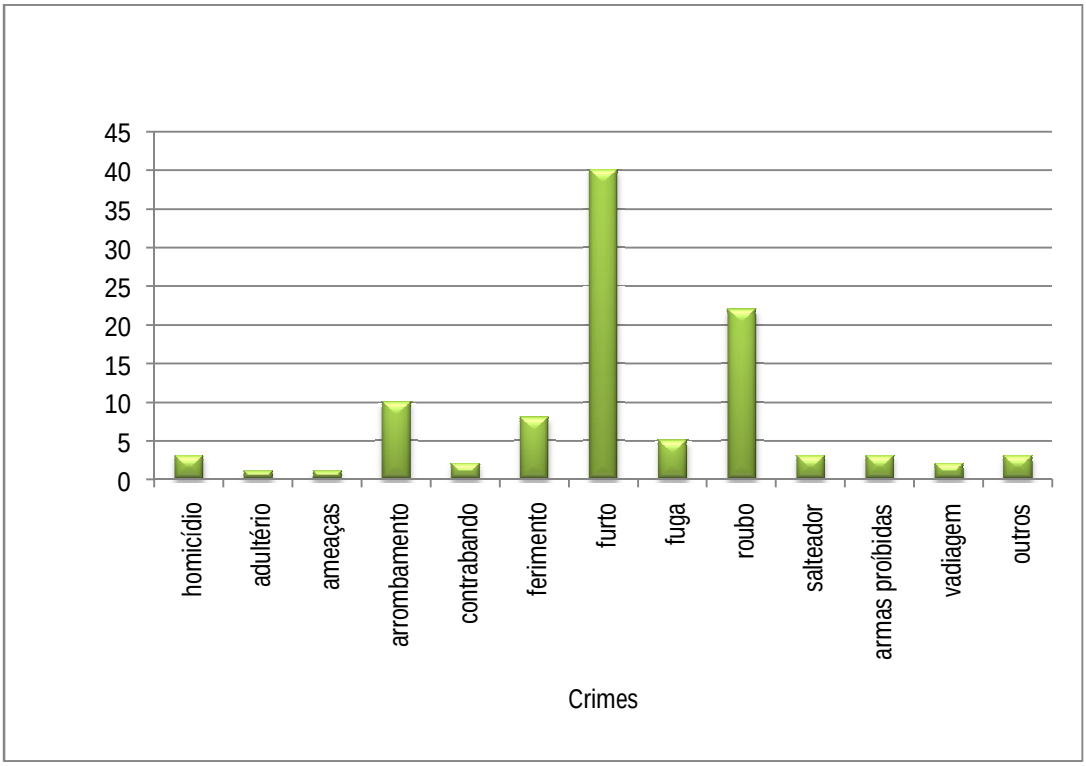
---

[51] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20. *Código Penal de 1852*..., pp. 87-88.

[52] AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela Primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

[53] Sobre a participação dos vadios no serviço militar e o interesse do Estado em recorrer à sua incorporação como forma de minorar as constantes deserções dos jovens em idade de serem recrutados veja-se Silva, Susana Serpa, "Mendicidade e vadiagem na comarca de Ponta Delgada (Segundo quartel do século XIX), in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social,* Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 183-185.

Gráfico 4. Crimes cometidos pelos condenados a trabalhos públicos (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

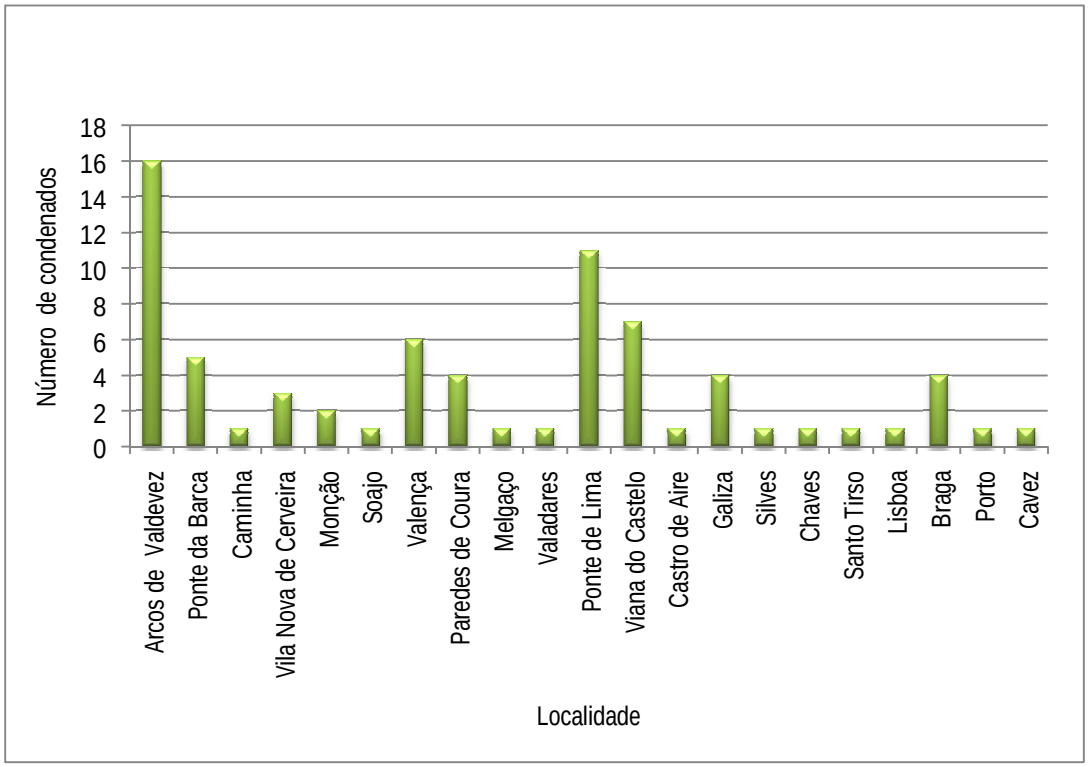
De acordo com os artigos 434.º, 435.º e 441.º do Código Penal de 1852, estava prevista a aplicação da pena de trabalhos públicos no Ultramar para os culpados pelo crime de roubo.[49] No caso de crime de arrombamento, este surge sempre associado ao roubo ou furto. Três destes delitos tiveram como alvos igrejas donde foram retirados objectos sagrados, o que motivou o agravamento das sanções aplicadas aos seus autores.

Nos três casos perscrutados do crime de homicídio, foi aplicada a pena de trabalhos públicos perpétuos. Num deles, Domingos Manuel Soares, acusado do crime de homicídio voluntário, foi condenado no juízo de Arcos de Valdevez, em 1870, a 10 anos de prisão celular, seguidos de 12 anos de degredo em África ou, em alternativa, a trabalhos públicos para toda a vida.[50]

[49] *Código Penal de 1852*..., pp. 131-132.

[50] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

Gráfico 3. Naturalidade dos presos condenados a trabalhos públicos (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Os condenados a trabalhos públicos no concelho de Arcos de Valdevez passavam pela prisão de Viana do Castelo até serem conduzidos para Valença. Os naturais do concelho de Ponte de Lima cumpriram pena no presídio de Valença ou em Viana do Castelo, no Porto ou até na cadeia daquela vila. O mesmo se passava com originários do concelho de Viana do Castelo, cuja pena era executada na cadeia da sede do concelho, no Porto ou na prisão militar de Valença. Os condenados dos restantes municípios eram remetidos sobretudo para Valença.

Conforme se pode ver no gráfico 4, os crimes contra a propriedade, ou seja, o roubo, o furto e o arrombamento, foram os que mais pesaram nas condenações a trabalhos públicos.

2. Os condenados

Segundo o disposto no Código Penal de 1852, a pena de trabalhos públicos não podia ser aplicada às mulheres, nem aos menores de 17 anos ou maiores de 60, bem como a indivíduos que sofressem de doença incapacitante.[47]

Conseguimos apurar a idade de apenas 42% dos condenados a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo, entre 1840 e 1870. Na sua maioria, eram jovens adultos, cuja média de idades rondava os 33 anos.[48] Na década de quarenta, antes da promulgação do primeiro Código Penal português, encontrámos dois indivíduos considerados como menores de idade, não tendo sido identificado qualquer preso com mais de 50 anos.

No que concerne à naturalidade, é de salientar que entre os indivíduos que cumpriam pena de trabalhos públicos no distrito, sobretudo em Valença e Viana do Castelo, havia originários de outras jurisdições, designadamente de Chaves, Lisboa, Braga e Porto. Nem sempre eram esclarecidas as razões da vinda de condenados de outros distritos, mas entendemos que se tratava de indivíduos que cumpriam pena no distrito de Viana do Castelo por ser a região onde tinham praticado os crimes que ditaram a sua condenação.

Há ainda que referir a presença de naturais da vizinha Espanha, mais propriamente da província da Galiza, cuja condenação tinha sido ditada pelo cometimento de crimes em território português. Em todos os casos analisados, o delito que mais motivou a sua detenção foi o furto. É paradigmática a pena de José Adreira, natural da Galiza, julgado em Monção, em 1847, acusado do crime de furto, pelo qual foi sentenciado a dois anos de trabalhos públicos. Esteve preso na cadeia de Monção até Março de 1848, altura em que foi transferido para Valença, onde permaneceu até 1849.

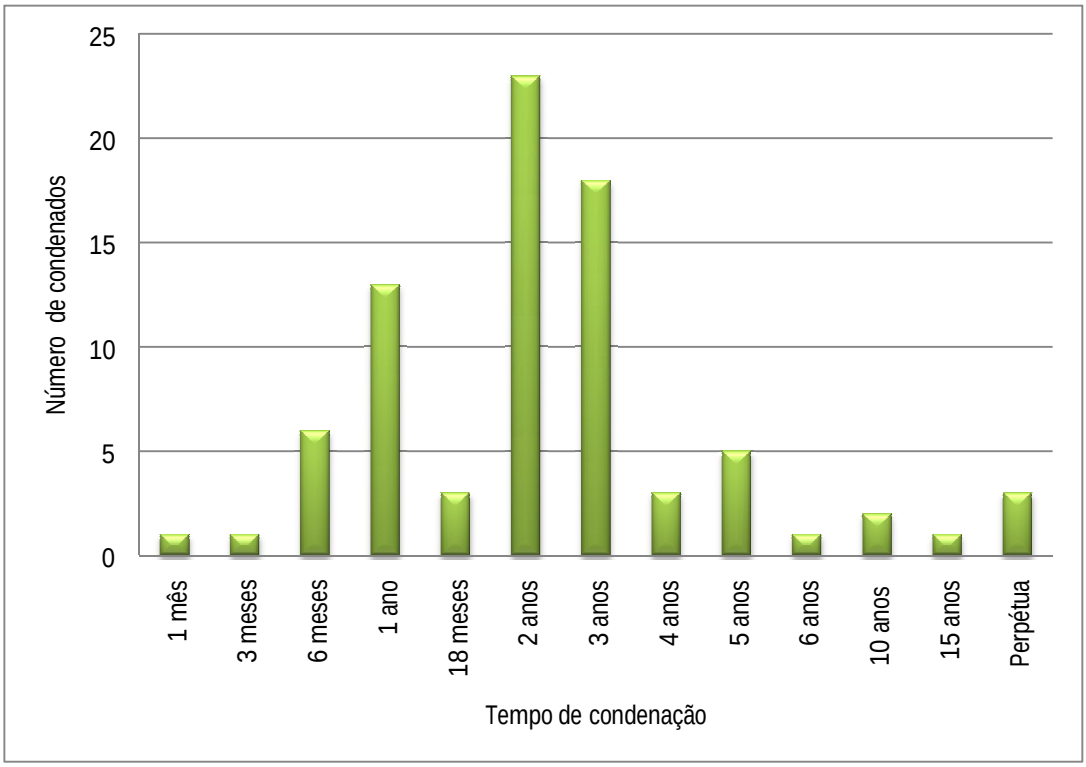
Conforme se pode verificar no gráfico 3, entre os concelhos de origem dos sentenciados sobressai o de Arcos de Valdevez, seguido pelos de Ponte de Lima e de Viana do Castelo.

---

[47] *Código Penal de 1852*..., pp. 40-41.

[48] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

Gráfico 2. Tempo de condenação (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Estes resultados mostram que a duração mais comum da pena dos que cumpriram a pena de trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo foi entre dois e três anos, além de revelarem uma maior frequência na aplicação desta sanção na década de quarenta e inícios da de cinquenta do que nos anos sequentes do século XIX. Entre Novembro de 1840 e 1852, no distrito de Viana do Castelo, cumpriram pena de trabalhos públicos 71 indivíduos. Entre 1853 e 1870, verificaram-se apenas sete condenações.[46] A pena de trabalhos públicos para toda a vida, cumprida na praça militar de Valença, foi aplicada somente a três indivíduos.

[46] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

1845 e inícios de 1846, quando deixou de estar disponível qualquer verba para os alimentar.[42] Convém notar que, em Portugal, os condenados aos trabalhos públicos não tinham direito a qualquer pagamento pelos serviços que realizavam. Este facto levou Silva Ferrão a apelidar esta pena de "rigorosa escravidão".[43]

Estes presos não usavam uniformes, correndo o risco, sobretudo os mais pobres, de trabalharem desnudados, sujeitos às destemperanças climáticas. Em Março de 1841, o governo civil de Viana do Castelo determinara que lhes deviam ser atribuídos, diariamente, 40 réis para a alimentação e 20 réis para os gastos com o vestuário. Porém, conhecendo-se as dificuldades financeiras que enfrentavam as comissões responsáveis pelo sustento dos presos pobres, incluindo a compra e o arranjo do vestuário, seria difícil cumprir o estipulado.[44] Assim, na década de quarenta do século XIX, cabia ao governador militar determinar os trabalhos em que devia ser empregue a força dos condenados, bem como zelar pela sua segurança e vigilância, competindo às autoridades administrativas garantir o seu sustento.

O Código Penal de 1852 continuou a prever a aplicação de trabalhos públicos perpétuos ou temporários entre três e 15 anos.[45] O gráfico 2 diz respeito à duração das penas dos condenados no distrito de Viana do Castelo, entre 1840 e 1870.

---

paginado. Em Janeiro de 1844, eram alimentados, na cadeia militar de Valença, com 40 réis diários. AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849,* n.º 1.1.4.6, não paginado

[42] AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849,* n.º 1.1.4.6, não paginado.

[43] Veja-se Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do direito penal applicada ao código penal portuguez,* vol 2, Lisboa, Typographia Universal, 1856, p. 130.

[44] AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

[45] Confirme-se *Código Penal de 1852*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002, p. 34.

pedreiros.[36] Em Janeiro de 1844, estavam detidos na praça militar de Valença Francisco Veiga e António Mendes, pedreiros, cujos conhecimentos estavam a ser utilizados para reparar as fortificações.[37] Em 1840, foram recrutados cinco condenados para os arranjos das calçadas da praça de Valença, uma vez que os sentenciados militares não as podiam realizar por serem consideradas obras públicas.[38]

Muitos condenados a trabalhos públicos passavam longas temporadas no cárcere antes de a sua situação ser resolvida. A sua estadia na prisão não se prendia unicamente com a deliberação acerca do local onde iriam cumprir a sentença, mas igualmente com a espera provocada pelos pedidos de comutação de pena, o que inviabilizava a sua partida enquanto não houvesse decisão superior.[39]

Quando eram destinados a cumprir pena na praça militar de Valença ou nas prisões civis, os sentenciados considerados pobres eram sustentados pelos fundos geridos pela comissão das cadeias daquela vila. À semelhança do que acontecia com os demais presidiários, também eles padeceram as agruras da fome. Em Junho de 1841, apresentaram uma reclamação ao governador civil, referindo que, diariamente, apenas lhes estavam a ser concedidos 50 réis e não 100, conforme o estipulado.[40] Em determinados meses de 1842 e 1843, nem sequer receberam subsídio.[41] A situação foi particularmente difícil entre finais de

[36] Em Espanha, os condenados a trabalhos públicos eram utilizados na construção de caminhos, estradas, canais e nos serviços urbanos. Confirme-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, presídios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuentes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana…,* p. 132. José Manuel Subtil destaca as seguintes tarefas realizadas pelos reclusos do presídio de Valença, entre Fevereiro de 1822 e Março de 1823: carpinteiros, rancheiros, "trem de praça", escriturários, trabalhos na horta e nas obras de fortificação da praça. Confira-se Subtil, José Manuel, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*…, p. 140.

[37] AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849,* n.º 1.1.4.6, não paginado.

[38] Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

[39] Foi o caso de Manuel Martins Carneiro, natural da freguesia da Meadela, concelho de Viana do Castelo, condenado em 1 de Março de 1842 à pena de trabalhos públicos, que devia ser cumprida no local a designar pelo governador civil. Em Abril desse ano, encontrava-se ainda na cadeia de Viana do Castelo, aguardando pela decisão sobre um requerimento em que solicitava o perdão da sua pena sem cumprimento de sentença. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

[40] AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

[41] AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849,* n.º 1.1.4.6, não paginado; Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não

onde iriam cumprir a sua pena. Ao governador civil competia verificar quais as cadeias classificadas como presídios e que estivessem prontas a receber este tipo de reclusos. Pelos decretos de 12 de Setembro e 20 de Novembro de 1839, as guias dos sentenciados a trabalhos públicos seriam remetidas pelo Ministério Público à competente entidade administrativa do distrito onde tinham sido julgados, ficando, desde logo, à sua disposição para efeito de execução da pena.[33] O artigo 42.º do *Regulamento das Cadeias* de 1843 veio reafirmar esta disposição ao considerar que o Ministério Público devia providenciar para que os réus fossem entregues, com a brevidade possível, às autoridades competentes.[34]

Em caso de requisição, pelo próprio condenado, de transferência do local de condenação, era também ao governador civil que cabia decidir sobre a sua viabilidade, bem como garantir a segurança na sua deslocação até à entrega ao administrador do concelho, tendo que para isso entender-se com as forças militares que formavam as escoltas. Só entre Maio de 1840 e Junho de 1853, foram colocados à disposição do governo civil de Viana do Castelo 72 condenados a trabalhos públicos.[35]

Mas em que tarefas se ocupavam os presos sentenciados a trabalhos públicos? Em Valença, eram colocados à disposição da câmara municipal e do governo militar. No entanto, para a câmara municipal era mais dispendioso utilizar os condenados em trabalhos municipais do que jornaleiros livres, uma vez que teriam que pagar a sua vigilância. Aliás, as obras públicas fora dos presídios não dispunham das condições necessárias para beneficiarem do contributo destes presidiários, devido, nomeadamente, aos custos que acarretavam para a fazenda pública e ao desvio de efectivos militares que eram necessários para outro tipo de serviços. Assim, era mais prático empregá-los em tarefas militares, sobretudo na limpeza da praça, ou então tirar partido da sua formação profissional, como era o caso, por exemplo, de carpinteiros e

[33] Veja-se Carvalho, J. I. Delgado de, *Manuel do Processo Criminal Moderno*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897, p. 58. *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1839*, 9.ª série…, pp. 362-363.

[34] *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*…, p. 14.

[35] AHGCVC, *Registo Geral, Julho a Dezembro de 1857*, n.º 1.10.3.5, não paginado. Segundo José Manuel Subtil, no período compreendido entre Fevereiro de 1822 e Março de 1823, a lotação prisional média do presídio de Valença rondava os 73 presos. Consulte-se Subtil, José Manuel, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*…, p. 141.

O cumprimento desta punição era, por norma, levado a cabo num reduzido número de localidades e de praças de guerra, tirando proveito das condições de segurança que ofereciam. A inexistência de efectivos que garantissem uma vigilância eficaz fazia com que alguns indivíduos expiassem as suas culpas no interior das prisões. Certamente, era o que acontecia com aqueles que se encontravam em Caminha, Ponte de Lima e até na cadeia civil de Viana do Castelo, uma vez que se tratava de estabelecimentos prisionais com falta de recursos humanos para garantir a guarda dos presos que tivessem de trabalhar fora do cárcere.

Segundo José Caeiro Matta, a pena de trabalhos públicos era amplamente aplicada, porque o seu cumprimento não respeitava o estipulado no artigo 33.º do Código Penal de 1852. Logo, quando os condenados não cumpriam a sua pena nos trabalhos públicos de Lisboa e Porto, acabavam por cumpri-la no interior das prisões.[30]

Nem sempre o presídio da praça militar de Valença dispunha das condições logísticas para acolher os condenados civis, dado que também albergava os militares. Em Dezembro de 1840, o governador militar daquela praça comunicou ao governador civil que não podia receber civis sentenciados a trabalhos públicos, por não possuir as grilhetas necessárias para usarem quando saíam da prisão para labutar na praça.[31]

Os condenados a trabalhos públicos que eram enviados para a praça militar de Valença ficavam encerrados, habitualmente, na cadeia militar das "Portas do Sol", onde se lhes aplicava "o ferro e a corrente". Caso estivessem detidos na cadeia civil, conhecida a pena, deviam ser transferidos para aquela. Em 1843, havia 161 detidos na prisão das "Portas do Sol", esgotando por completo a sua capacidade. Em Setembro desse ano, o governado militar da praça de Valença comunicou ao administrador daquele concelho que, caso fosse enviado mais algum preso para cumprir a pena de trabalhos públicos naquele presídio, teria que ficar detido na enxovia da cadeia civil da vila.[32]

Antes de ser decidido o local para onde seriam enviados, o poder judicial colocava os sentenciados a trabalhos públicos à disposição do poder administrativo, a quem cabia escolher

---

Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante..., p. 15.

[30] Leia-se Matta, José Caeiro, *Direito Criminal Português*, vol. 1, Coimbra, F. França Amado Editor, 1911, p. 285.

[31] AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

[32] AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849,* n.º 1.1.4.6, não paginado.

fosse na cadeia civil ou na cadeia militar do Castelo.[26] Houve alguns que foram parar a outras prisões do distrito, como Ponte de Lima e Caminha, e outros à cadeia da Relação e à calcetaria da cidade do Porto.[27]

Encontrámos ainda vários casos de condenados que, durante o cumprimento do castigo, conheceram diversos locais de detenção e de execução de pena. Essas deslocações podiam ser requeridas pelas autoridades, mas na maior parte dos casos resultavam da vontade expressa do sentenciado. É paradigmático o caso de José de Melo, punido com cinco anos de trabalhos públicos na comarca de Ponte de Lima. Tendo começado a cumprir pena na calcetaria do Porto, solicitou a sua transferência para Viana do Castelo, onde esteve algum tempo, até ser enviado para Ponte de Lima.[28] Posto em liberdade por ocasião das convulsões que afectaram o distrito em Maio de 1846, continuou com a sua carreira no mundo do crime, acabando por ser assassinado. Descobrimos alguns casos em que os condenados também solicitavam a deslocação do lugar de execução da pena para ficarem mais próximos do seu local de residência ou naturalidade e, dessa forma, serem mais facilmente auxiliados pelos familiares e amigos.

Pelo decreto de seis de Junho de 1842, devido ao elevado número de condenados a trabalhos públicos que estavam detidos nas cadeias por falta de presídios de galés, determinava-se que os estabelecimentos prisionais onde houvesse esses presos fossem consideradas, provisoriamente, como presídios de galés, desde o momento em que lhes tivesse sido aplicada a pena por sentença transitada em julgado, ou por decretos de comutação depois de julgados. Este documento tinha como objectivo facilitar a utilização da mão-de-obra destes condenados nas obras dos concelhos, a pretexto do cumprimento de castigo.[29]

---

[26] Em 1844, Luís Nazaré, condenado à pena de trabalhos públicos por três anos, foi autorizado pelo governador civil a trabalhar como carpinteiro nas obras da ponte de Viana do Castelo. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

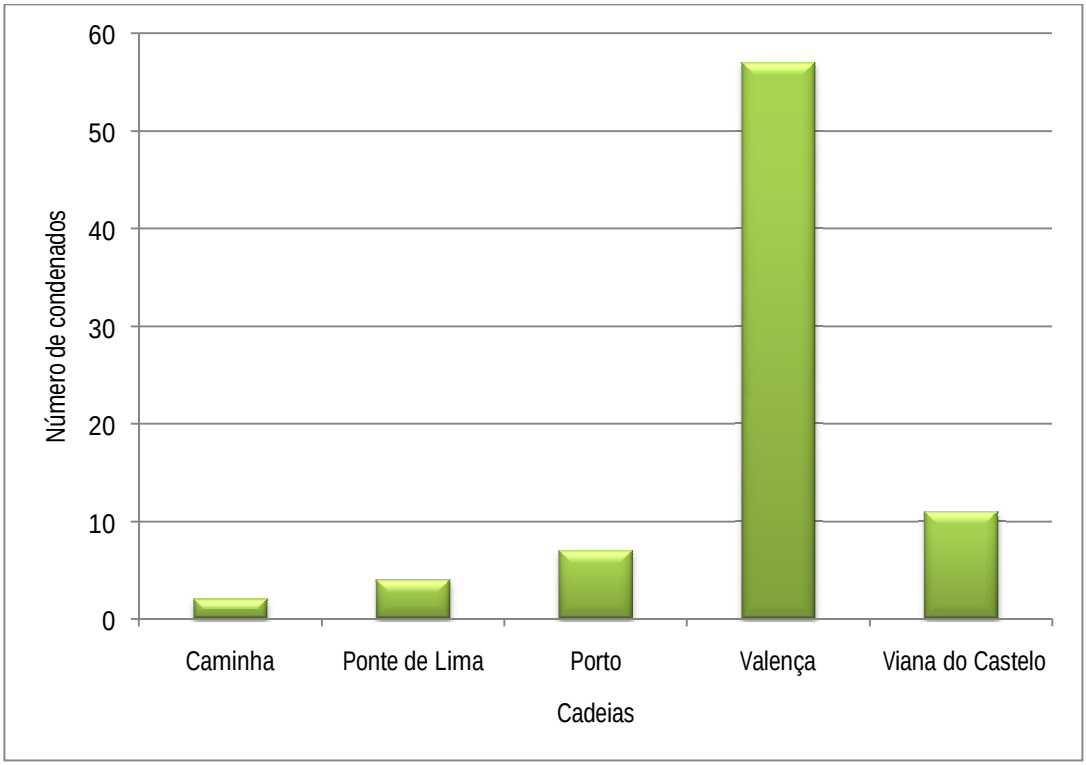
[27] Só em Julho de 1845 partiram da cadeia de Viana do Castelo para a cadeia da Relação do Porto quatro presos condenados a trabalhos públicos. AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3-8, não paginado. A propósito da condenação à calceta, Camilo Castelo Branco, na sua obra Memórias do Cárcere, exclamou "Não sei de pena mais dura nem mais aviltante!". Confirme-se Branco, Camilo Castelo, *Memórias do Cárcere*, Porto, Porto Editora, 2004, p. 215.

[28] AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

[29] *Collecção official de Legislação redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*..., p. 192. Esta medida será reafirmada no artigo 42.º do *Regulamento das Cadeias de 1843*. *Collecção*

de degredo.[23] Tratou-se, porém, de uma derrogação mais teórica do que prática, uma vez que se admitia a continuação da sua aplicação enquanto não estivessem construídos os estabelecimentos previstos por esta lei.[24] A efectiva abolição dos nossos quadros legislativos só aconteceu em 1884.[25]

Gráfico 1. Local de cumprimento da pena de trabalhos públicos (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Embora a maior parte dos condenados a trabalhos púbicos cumprisse o castigo no presídio de Valença, outros, por determinação das autoridades ou por requerimento, podiam ser enviados para outros locais. Como se pode verificar no gráfico 1, a seguir a Valença, aparece Viana do Castelo como a segunda localidade onde estes sentenciados mais cumpriam pena,

[23] *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867*..., 1868, p. 268.

[24] O artigo 64.º da lei de 1 de Julho de 1867 estabelecia o seguinte: " Depois da publicação da presente lei e emquanto não for competentemente declarado em inteira execução o systema de prisão cellular n'ella estabelecido, serão applicadas aos réus nas respectivas sentenças condemnatorias as penas estabelecidas na mesma lei; mas nas ditas sentenças serão tambem condemnados em alternativa os mesmos réus nas penas que pelo código penal forem applicaveis a esses crimes." Confira-se *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867*..., p. 274.

desvirtuava a sua real finalidade, pois constituía uma humilhação para o condenado, em lugar de contribuir para a sua reabilitação.[17] Sobre esta matéria, parecem-nos bastante elucidativas as palavras de Aires de Gouveia, quando, na sua obra *A Reforma das cadeias em Portugal*, declara o seguinte:

> "[...]Trabalho, sim, e a todos os presos, como a todos os homens; mas trabalho sem affronta, sem escarneo, para reforma, para moralisação, e não gerando e desinvolvendo desvergonhamento, supplicamól-o nós, necessita-o o delinquente, ordenado-o o direito. O que, porém, não ordena este, nem necessita aquelle, e nós oppugnâmos, e a moralidade social repulsa, é que seja feito na praça pública, á luz do sol, á vista dos cidadãos honestos, originando a falsíssima ideia de que o trabalho é castigo, é baixeza, é vilania."[18]

Alguns dos condenados não conseguiam suportar as duras condições a que eram sujeitos, agravadas pelos rigores do cárcere e pela escassez ou ausência de meios de subsistência. Sujeitos a um tormento físico que os debilitava lentamente, a morte sobrevinha.[19] Quer nas cadeias civis, quer no presídio militar de Valença, os sentenciados tidos como indigentes partilhavam as refeições com os presos pobres, confeccionadas à base de legumes e cereais. Entre 1840 e 1870, no presídio militar de Valença, pereceram três reclusos, dois dos quais estavam condenados trabalhos públicos para toda a vida.[20] Um deles estava a cumprir apenas um ano de pena, falecendo no hospital de Valença, em 1841, pouco tempo antes de sair em liberdade[21].

Em várias regiões da Europa, nomeadamente na França, Inglaterra, Bélgica e Prússia, esta pena já tinha sido abolida, o que não acontecia em Portugal. Aliás, manteve-se no Código Penal de 1852, o que constituiu um dos motivos das críticas a este documento.[22] Acabou por ser abolida pela lei de um de Julho de 1867, sendo substituída pela pena de prisão maior celular e

---

[17] Sobre os trabalhos públicos na Inglaterra vitoriana leia-se Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914...,* pp. 131-134.

[18] Veja-se Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860, p. 62.

[19] Leia-se Correia, Eduardo, "A evolução histórica das penas"..., pp. 119-120.

[20] *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

[21] AHGCVC*, Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

[22] Consulte-se Jordão, Levy Maria, *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, tomo IV, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1854, p. 9.

Com o Vintismo impõe-se a tentativa de conjugar a pena de degredo, prevista para o cometimento de crimes mais graves, com a de trabalhos públicos, aplicada na punição de delitos cuja moldura penal não excedia os cinco anos de degredo.[13]

No distrito de Viana do Castelo, no período compreendido entre 1840 e 1870, a grande percentagem dos criminosos sentenciados a trabalhos públicos (70,4%) cumpria pena na praça militar de Valença, onde podiam beneficiar de melhores condições, já que também havia soldados sujeitos à mesma punição.[14] Nesta praça estariam bem guardados, não havendo, portanto, necessidade de segurança adicional, além de que poderiam ser empregues nos serviços de melhoramento daquele espaço, que por ser público, não podiam ser executados pelos prisioneiros militares.[15]

A aparente liberdade de que desfrutavam estes condenados era, desde logo, condicionada pelos ferros e pelas algemas que tolhiam os seus movimentos e os sujeitavam à humilhação pública. Este facto conferia um carácter vexatório e ignóbil à luz dos valores do novo século. Seria certamente este o motivo que levava muitos a desejarem cumprir o castigo o mais longe possível do seu local de residência ou naturalidade, ao contrário do que acontecia, por exemplo, com os condenados à pena de prisão.[16]

Os críticos da sua aplicação não se opunham ao trabalho, ao qual atribuíam, aliás, uma função regeneradora, mas sim ao facto de ser executado em plena praça pública, o que

---

[13] Sobre a pena trabalhos públicos no período vintista leia-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 138-142. Tese de mestrado policopiada.

[14] Segundo Lopes de Oliveira, as prisões militares de Valença ficavam por baixo dos terraplenos das cortinas das Portas do Sol, do Meio e da Coroada. Confirme-se Lopes, A. Oliveira de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, s. ed, 1978, p. 162.

[15] Também em Espanha os presos condenados a trabalhos públicos eram mantidos em presídios militares. Consulte-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana*, Valencia, Editorial Tirant lo blanch, 1992, pp. 120-121.

[16] Tome-se como exemplo o caso de Caetano José de Azevedo, que, tendo sido condenado, em 1845, à pena de dois anos de trabalhos públicos na comarca de Ponte de Lima, donde era natural, foi enviado para Viana do Castelo e requereu transferência para a cadeia da Relação do Porto. O mesmo se passou com Manuel Pinto Barbosa, também natural de Ponte de Lima, onde foi julgado e condenado a dois anos de trabalhos públicos, em 1851. Colocado pelo delegado do procurador régio à disposição do governador civil, requereu o cumprimento de pena na calcetaria do Porto. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Lisboa.[9] Pelo decreto de 12 de Dezembro de 1801, foi decidida a revisão, na Casa da Suplicação, dos processos dos réus encerrados nas cadeias públicas do reino, condenados por sentença definitiva à morte e a outras penas que podiam ser comutadas em galés, perpétuas ou temporárias, consoante a gravidade dos crimes cometidos, devendo ser ocupados nos trabalhos públicos da cidade de Lisboa.[10] Entre esses trabalhos, contava-se a limpeza da cidade, nomeadamente dos canos e das ruas.[11]

Um decreto datado de 11 de Janeiro de 1802, na continuação do publicado em 11 de Dezembro do ano anterior, referia os delitos mais graves que continuavam sujeitos à pena capital, determinando-se que, com excepção desses, os criminosos deviam ser entregues ao intendente da polícia que os encaminharia, ainda que se tratasse de condenados às galés, para os trabalhos públicos.[12] Assim, os sentenciados às galés também passaram a andar com a calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, sendo utilizados na realização de obras públicas. A pena podia ser cumprida nos estabelecimentos penais do reino ou nas possessões ultramarinas. Durante o dia, executavam as tarefas que lhes estavam destinadas, fora da prisão ou nas suas imediações, recolhendo ao cair da noite.

---

[9] Confirme-se Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*..., p. 86. O mesmo se verificou em Espanha, onde os trabalhos forçados nas galés e nos presídios de Norte de África foi sendo substituído, a partir da segunda metade do século XVIII, pelos trabalhos nas obras públicas. Confirme-se Oliver Olmo, Pedro, "Historia y reinvención del utilitarismo punitivo", in Gastón Aguas, José Miguel; Mendiola Gonzalo, Fernando (coord.) *Los trabajos forzados en la dictadura franquista: Bortxazko lanak diktadura frankistan*, s. l., Instituto Gerónimo de Uztáriz-Memoriam Bideak, 2007, pp. 18-29.

[10] Veja-se Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordenações*, Lisboa..., pp. 766-767.

[11] O direito romano já previa a aplicação da pena de trabalhos públicos nas minas do Estado. Confirme-se Heras Santos, José Luis de las, *Justicia penal de los Austrias en la corona de Castilla*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 302.

[12] Leia-se Secco, António Henriques, "Da História do Direito Criminal Português desde os mais remotos tempos", in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, vol IV, 1871, p. 581; Ribeiro, João Pedro, *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portugueza Posterior à Publicação do Codigo Filipino com hum Appendice- Parte III. Desde o Principio do Reinado do Senhor D. José até o fim do Anno de 1805,* Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1806, pp. 236-237.

enxergas e cobertas. Tinham ainda direito aos cuidados de um barbeiro e cirurgião. Estavam guardados por oficiais e soldados, cabendo a estes últimos impedir que fugissem.[4]

Apenas os condenados com idade superior a 18 anos de idade e com menos de 50 podiam cumprir esta pena. Tratava-se de uma punição aplicada por comutação de outras sanções, estabelecendo-se para o efeito uma tabela de equivalências. Quando conduzidos para as embarcações, os sentenciados eram acorrentados com cadeias nos pés e colares ao pescoço.[5] A condenação às galés manteve-se nas Ordenações Filipinas, apenas sendo substituída se o réu tivesse menos de 16 anos ou mais de 55, ou ainda em caso de doença grave que o impossibilitasse de suportar tal punição.[6]

A condenação às galés foi sendo substituída pela prestação do serviço de obras públicas, até porque, em meados do século XVII, este tipo de embarcação foi desaparecendo, para dar lugar a outras que não exigiam remadores.[7] O surgimento do trabalho como modalidade penal já tinha sido previsto pelo alvará de quatro de Novembro de 1755, que condenava ao trabalho nas obras públicas da cidade de Lisboa todos os vadios e mendigos, impondo-lhes "a pena de trabalharem com bragas nas obras da mesma Cidade".[8] Por ocasião do terramoto de Lisboa de 1755, os forçados foram encaminhados para a desobstrução dos aquedutos de

---

[4] Veja-se Sousa, José Roberto Monteiro Campos Coelho, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785, pp. 100-104.

[5] Sobre a condenação às galés, leia-se Correia, Eduardo, "A evolução histórica das penas"..., p. 96.

[6] Confira-se *Ordenações Filipinas*, Livro V, Rio de Janeiro, Edição Cândido Mendes de Almeida, 1870, p. 1319.

[7] Em Espanha, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a condenação às galés e aos arsenais era considerada uma das penas mais duras. Geralmente, esta era aplicada àqueles que tinham cometido os seguintes crimes: homicídio, deserção, fuga de outros presídios, contrabando, falsificação e roubo. Mas na prática eram enviados todos os tipos de criminosos, com excepção dos condenados por crimes políticos e incendiários. As penas variavam entre um mínimo de quatro anos e um máximo de 10, embora este máximo pudesse ser prolongado, o que acontecia muitas vezes. A partir de 1748, a pena às galés foi suprimida, sendo substituída pela condenação ao trabalho nas minas de Almadén, aos presídios do Norte de África e em obras nos arsenais e portos. Sobre este assunto consulte-se Estévez, Rosa Maria Pérez, "Delincuencia en la España del siglo XVIII: los presidiarios de Marina", in *Cuadernos de investigación histórica,* 3, Madrid, 1979, pp. 259-273. Sobre a presença de mão-de-obra forçada nas minas de Almadén leia-se Menéndez Navarro, Alfredo, *Un mundo sin sol. La salud de los trabajadores de las minas de Almadén, 1750-1900*, Granada, Servicio de Publicaciones de Universidad de Granada, 1996, pp. 64-76.

[8] Confira-se Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portugueza desde a última Compilação das Ordenações*..., p. 400.

1. Os espaços de condenação

A pena de trabalhos públicos era considerada por uma corrente de homens do século XIX, ligados sobretudo ao Direito, como uma das condenações mais violentas. No entanto, a sua abolição tardou em ser consumada, sendo apenas uma realidade finissecular. Era, efectivamente, uma das penas mais vis, que, sob a capa da função reabilitadora do trabalho, se traduzia não só na privação de liberdade, mas também no desgaste físico e na exposição pública do condenado. A exibição de grupos de homens acorrentados a trabalhar em obras pesadas seria, por certo, um espectáculo aviltante, próximo das penas cruéis e infamantes do Antigo Regime.

A pena de trabalhos públicos pode ser considerada como a sucessora da condenação às galés ou ao serviço prestado nos navios e estaleiros, estabelecida pela lei de 1551, no reinado de D. João III.[1] Porém, já 30 anos antes, em 1521, se estabelecera que aqueles que tinham sido condenados ao degredo nas ilhas atlânticas ou em África deviam ser transferidos para as galés.[2] Estas eram embarcações compridas, movidas por velas e remos.[3] Aqueles que exerciam a função de remadores podiam ser de três categorias: escravos, forçados ou voluntários. Os forçados eram aqueles que estavam agrilhoados e impossibilitados de sair da embarcação. Para além de remar, tinham, entre outras obrigações, de coser as velas e o seu vestuário. Aos forçados, pelo *Regimento das Galés*, devia ser fornecido o mantimento necessário para o seu sustento logo no início do mês, roupa de vestir com uma periodicidade anual, bem como

[1] Leia-se Eduardo, Correia, "A evolução histórica das penas", in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LIII, 1977, pp. 118-119. A condenação às galés parece ter surgido em França, em meados do século XV. Leia-se Heras Santos, José Luis de las, "Los Galeotes de los Austrias: La penalidad al servicio de la armada", in *Historia Social*, n.º 6, invierno 1990, p. 128.

[2] Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 87.

[3] Segundo Luís Miguel Duarte, desde o reinado de D. João I, ou mesmo antes, verificava-se a aplicação da força de criminosos para remar nas galés. Sobre a condenação às galés no Portugal medievo, veja-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo: 1459 -1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, pp. 447-450. Segundo Timothy Coates, as galés conheceram um forte desenvolvimento em Portugal no reinado de D. João I, que, em 1389, alugou dez embarcações deste género a Ricardo II da Inglaterra. Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*..., p. 86.

Capítulo VI

TRABALHOS PÚBLICOS

Figura 2. Antiga cadeia de Ponte de Lima

onde recebiam apoio para seguir viagem. Estas cartas de guia e as cavalgaduras foram sempre requisitadas pelas autoridades administrativas e judiciais.

Os gastos com cavalgaduras também estavam relacionados com as deslocações motivadas pela doença. Nestes casos, a carta de guia era ainda mais necessária, uma vez que o preso podia necessitar de cuidados que seriam disponibilizadas pelas confrarias situadas nas localidades situadas entre Viana do Castelo e Porto. A cavalgadura podia estar ou não implícita na carta de guia concedida pela instituição.[117] A solicitação à Misericórdia de cartas de guia por parte das autoridades administrativas e judiciais, prendia-se com o papel de estimuladora à circulação de pobres que esta instituição vinha desempenhando ao longo dos séculos, precisamente através da concessão deste tipo de documentos, que funcionavam como verdadeiros passaportes.

Os menores de idade também usufruíram do apoio das Misericórdias. No dia da festa em honra de Santa Isabel, em 1862, a Misericórdia de Viana do Castelo, além de ter organizado um jantar para os presos, entregou a cada um uma esmola no valor de 300 réis e concedeu a uma menina menor de idade, que também estava encerrada no cárcere da cidade, um donativo no valor de 120 réis.[118]

Os irmãos da Misericórdia que se ocupavam da assistência aos reclusos variavam consoante a capacidade económica da instituição e o número de necessitados que tinham de socorrer. Na Misericórdia de Viana do Castelo, o cargo de mordomo dos presos e procurador das causas era exercido pela mesma pessoa.[119] Esta funcionaria como elo de ligação entre os detidos, a Misericórdia e a Justiça, devendo a escolha recair sobre um irmão com características e preparação adequadas para o cumprimento desta missão que, entre outras responsabilidades, abrangia o *livramento* dos detidos.

Assim, pelo menos até à década de sessenta do século XIX, podemos considerar que, no caso particular das cadeias de Viana do Castelo, Ponte de Lima e, em menor medida, de Caminha, as Misericórdias continuaram a exercer uma acção paliativa num quotidiano carregado de dificuldades que perdurava nessas cadeias, apesar de um maior intervencionismo estatal.

---

[117] Em 1860, a Misericórdia de Viana do Castelo custeou o transporte de dois presos, um com e outro sem cavalgadura. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.3, fl. 33v.º

[118] ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.5, fl. 41.

[119] ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.9; n.º 3.24.2.10; n.º 3.24.2.11 e 3.24.2.12.

Misericórdia de Viana do Castelo, tal como na de Ponte de Lima, a cura dos reclusos implicava o custeamento da botica e a melhoria da dieta alimentar, que era determinada pelo médico da câmara e seguida pela Misericórdia.

O transporte de presos era outra das despesas suportadas pela Misericórdia de Viana do Castelo. Esta instituição pagava o aluguer de cavalgaduras e de carros puxados por animais, sempre que tal fosse requisitado pela administração do concelho, pelo delegado do procurador régio ou pelo juiz de direito.[116] Trata-se de um serviço que só é detectado nas fontes a partir da segunda metade do século XIX, como se pode verificar no quadro 5.

Quadro 5. Despesa da Misericórdia de Viana do Castelo com o transporte de presos

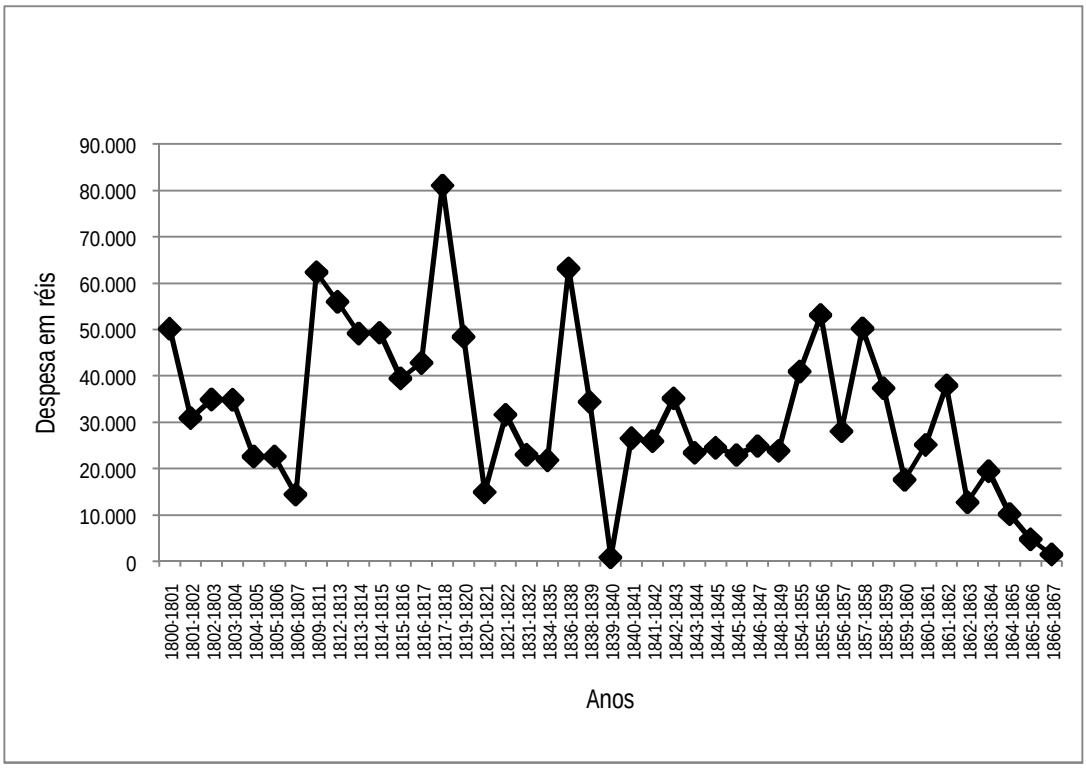
Ano	Localidade para onde se dirigiam	Despesa
1857	Esposende	900 réis
1858	-	1.200 réis
1860	Esposende	900 réis
1860	Caminha	240 réis
1860	Ponte de Lima	1.200 réis
1862	Barcelos – Porto	900 réis
1862	Barcelos – Porto	960 réis
1862	Barcelos	900 réis
1863	-	900 réis
1863	Barcelos	900 réis
1863	Barcelos – Porto	960 réis
1864	Barcelos	480 réis
1865	Barcelos	1.000 réis

Fonte: ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.1; 3.24.2.2; 3.24.2.3; 3.24.2.4; 3.24.2.5; 3.24.2.6; 3.24.2.7; 3.24.2.8.

As cavalgaduras eram requeridas sobretudo para transportar até Barcelos ou Esposende os presidiários que seguiam para a cadeia da Relação do Porto. Nestas localidades, a carta de guia de que eram portadores franqueava-lhes as portas para a caridade da Misericórdia seguinte,

[116] Como aconteceu em 1858, quando a Misericórdia de Viana do Castelo teve que pagar uma cavalgadura, por exigência do administrador do concelho daquela localidade. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.2, fl. 21v.º.

Gráfico 7. Despesa da Misericórdia de Viana do Castelo com os presos (1800-1867)



Fonte: ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.º 3.24.1.8; 3.24.1.9; 3.24.1.10; 3.24.1.11; 3.24.1.12; 3.24.1.13; 3.24.1.14; 3.24.1.15; 3.24.1.16; 3.24.1.17; 3.24.1.18; 3.24.1.19; 3.24.1.20; 3.24.1.21; 3.24.1.22; 3.24.1.23; 3.24.1.24; 3.24.1.25; 3.24.1.26; 3.24.1.27; 3.24.1.283.24.1.38; 3.24.1.29; 3.24.1.30; 3.24.1.31; 3.24.3.8; 3.22.4.1; 3.22.4.2; 3.22.4.3; 3.24.1.37; 3.24.1.39; 3.24.1.40; 3.24.1.41; 3.24.4.4; 3.24.1.42; 3.24.1.43; 3.24.1.44; 3.24.2.1; 3.24.2.2; 3.24.2.3; 3.24.2.4; 3.24.2.5; 3.24.2.6; 3.24.2.7; 3.24.2.8. *Borrão das contas de receita e despesa (1805-1806),* n.º 3.24.4.6.

Porém, esta não era a única forma de os presos saciarem a fome com a ajuda da Misericórdia. A instituição providenciava igualmente alimento aos detidos de reconhecida pobreza durante os dias da sua prisão. Desconhecemos as razões que arrastaram os indivíduos para o cárcere, bem como o período de encarceramento, mas é conhecido o tempo durante o qual beneficiaram do auxílio que lhes foi dispensado.[114]

O *livramento* dos presos consumia uma parte muito significativa dos apoios concedidos pela Misericórdia, que, só no ano de 1800, despendeu 11.886 réis com três reclusos.[115] A seguir aos gastos nesta área, apareciam os relacionados com o tratamento dos enfermos. Na

[114] Durante o período analisado, os dias de ração atribuída aos presos poderiam variar entre três, quatro e 16. Em 1860, Maria Custódia Vieira beneficiou durante três dias da ração concedida pela Misericórdia de Viana do Castelo. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.3, fl. 9v.º.

[115] ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.1.8, fl. 89.

localidade que estavam encerrados noutros estabelecimentos prisionais, nomeadamente na cadeia da Relação do Porto.[111]

A partir de Novembro de 1839, os presos pobres passaram a receber esmola duas vezes por semana.[112] Esta dádiva surgiu na sequência de um ofício do administrador do concelho da vila em que pedia aos irmãos da Mesa da Misericórdia que colaborassem no seu sustento. Correspondendo a esse apelo, decidiram contribuir com um vintém de pão e uma tigela de caldo, duas vezes por semana.[113]

No caso da Misericórdia de Viana do Castelo, a despesa com os presos carenciados não apresenta uma evolução tão linear como a de Ponte de Lima, como se pode constatar no gráfico 7. Esta situação prende-se com o facto de grande percentagem dos gastos neste domínio estarem relacionados com os 24 jantares que a Misericórdia destinava aos reclusos, suportados pelo legado de Francisco de Torres de Aguiar, e que representavam a grande fatia das despesas da Misericórdia. Em 1864, quando foi decidido pôr termo a esses jantares, os gastos da Misericórdia com o sustento dos pobres baixaram drasticamente, conforme se pode observar no mesmo gráfico.

[111] ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Livro de Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.29, fl. 96v.º.

[112] Esta determinação implicou um aumento das despesas da Misericórdia com os presos, tendo sido gastos, de 1339 a 1840, 17.840 réis. De 1840 a 1841, foram despendidos 10.050 réis e, entre Julho de 1841 e Julho de 1842, 9.360 réis. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.29, n.º 7.35.1.31.

[113] ADVC, Misericórdia de Caminha*, Actas de Sessões da Mesa*, n.º 7.35.4.1, fls. 23-23v.º.

Aliás, apesar de prevista nas Ordenações Filipinas para um leque variado de crimes, a pena de morte poucas vezes terá sido aplicada, sendo comutada, pelo exercício da graça, pelos monarcas, que assim faziam jus à imagem de um reino de brandos costumes.[108] Note-se que, desde o século XVIII, mais propriamente desde 1772, ainda no reinado de D. José I, mais nenhuma mulher foi condenada à pena capital, tendo-se assistido ao crescimento do movimento abolicionista com a inauguração do período liberal. As últimas condenações por crimes políticos registaram-se em 1834. Embora tenha sido mantida pelo Código Penal de 1852, foi sendo sucessivamente comutada desde 1846. Pelo artigo 16.º do Acto Adicional à Carta de 1852, a pena de morte foi abolida apenas para crimes políticos, sendo extinta para todos os demais crimes civis pela lei de um de Julho de 1867.[109]

Apesar das suas condições insalubres e pouco dignas a que estavam sujeitos, não encontrámos referências a reclusos que tenham perecido no cárcere, o que explica a inexistência de despesas relacionadas com o enterramento de presos falecidos nas cadeias, quer no caso da Misericórdia de Ponte de Lima, quer na de Caminha e Viana do Castelo.

Entre 1762 e 1852, a intervenção da Misericórdia de Caminha foi dirigida, fundamentalmente, para a doação de esmolas e a prestação de auxílio nos assuntos de justiça. Com o "translado das culpas" de um preso galego, detido na cadeia da vila, e a assinatura da carta precatória para Viana do Castelo, a Misericórdia gastou 37.400 réis.[110] Desconhecemos, todavia, em que consistia o donativo concedido aos presos, embora se saiba que a sua distribuição não se restringia aos detidos na cadeia caminhense, alargando-se aos naturais desta

---

Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias, vol. Décimo, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1882, pp. 449. AHGCVC, *Diversas autoridades desde Junho de 1842 até Junho de 184*4, n.º 1.8.3.6, não paginado. Em Coimbra, a última execução pública teve lugar em Julho de 1839. Sobre o apoio prestado pela Misericórdia de Coimbra aos padecentes leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850*)..., pp. 580-582.

[108] Leia-se Hespanha, António Manuel, "A punição e a graça", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4 Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 239-250.

[109] Acerca da abolição da pena de morte em Portugal consulte-se Cruz, Guilherme Braga da, "O movimento abolicionista e a abolição da pena de morte em Portugal", in *Obras Esparsas, vol. II. Estudos de História do Direito. Direito Moderno*. 2.ª parte, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, pp. 27-243. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*..., p. 269.

[110] ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Livro de Receita e Despesa*, n.º 7.35.2.21, fl. 32v.º

esmolados não eram discriminados conforme a sua nacionalidade.[103] Os galegos, até pela proximidade geográfica, também receberam assistência da Misericórdia de Caminha.[104]

Como também já foi referido, a Misericórdia de Ponte de Lima não descurava a assistência espiritual aos detidos, que, por entre as grades, acompanhavam as cerimónias litúrgicas que tinham lugar na capela situada junto da cadeia. Em Viana do Castelo, a Misericórdia pagava as despesas com a cera, aquando da comunhão dos presos na Semana Santa.

Conseguimos apurar a ocorrência de apenas uma condenação à morte na vila de Ponte de Lima, verificada em 1840.[105] Este facto explica a inexistência de gastos com o apoio a padecentes, situação que já se mantinha desde a Idade Moderna, visto que, segundo o compromisso, no dia de Todos os Santos, os irmãos deviam deslocar-se ao local da execução para recolher as ossadas dos cadáveres.[106] No caso de Viana do Castelo, a Misericórdia despendeu, entre Julho de 1842 e Junho de 1843, 2.290 réis com uma vítima.[107]

---

[103] Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima"..., p. 95. A mesma autora dá conta da concessão de esmola a galegos pela Misericórdia de Melgaço. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, "Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII-XVIII)", in *Diálogos*, n.º 9:2, 2005, p. 134. António Magalhães constatou que a Misericórdia de Viana da Foz do Lima assumiu o sustento e os custos com a justiça de 10 presos franceses detidos na cadeia da vila. Veja-se Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII),* 2.º vol..., pp. 605-606.

[104] Do país vizinho também eram naturais seis presos assistidos pela Misericórdia de Viana do Castelo em 1817, sendo, no entanto, desconhecidos os motivos da sua detenção. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.21, fl. 32v.º. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.1.24, fl. 23.

[105] O nosso conhecimento sobre esta condenação relaciona-se com a existência de um ofício do governador civil dirigido ao Ministério do Reino, no qual dá conta do seu desagrado por não ter recebido qualquer comunicação da existência de uma execução pública. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

[106] Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVII)...,* p. 679.

[107] Tratava-se de José Silva, cuja condenação foi comunicada ao governador civil pelo Ministério do Reino através da portaria de 18 de Fevereiro de 1843. Natural de Arcos de Valdevez, foi acusado de matar uma mulher grávida. Temos ainda conhecimento da execução, levada a cabo em Viana do Castelo, em 1838, de António Manuel Barreto, natural de Capareiros, acusado e condenado por roubo na estrada pública, assassinato e resistência à justiça. Confira-se Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Diccionário Geographico,*

Lisboa 107 presos condenados à pena de degredo que estavam detidos na cadeia da Relação do Porto, entre os quais se encontravam vários naturais do distrito de Viana do Castelo, sendo cinco do concelho de Ponte de Lima.[98]

A Misericórdia de Ponte de Lima também concedia donativos para aqueles que eram libertados e esmolava os presos quando estes eram transferidos para outros cárceres, sobretudo para a cadeia da Relação do Porto.[99] O mesmo procedimento era seguido pela Misericórdia de Viana do Castelo. Aquando da deslocação dos presos políticos que estavam detidos na cadeia da praça de Chaves, apoiou-os no dia da sua saída, em Novembro de 1831, com um total de 23.020 réis.[100]

Esta ajuda não era condicionada por critérios de natureza geográfica. Em Janeiro de 1809, a Misericórdia concedeu uma esmola no valor 3.120 réis aos presos ingleses que estavam na cadeia de Viana do Castelo.[101] Tratar-se-ia, provavelmente, de soldados que estavam em Portugal a combater o invasor francês e que, devido a comportamentos mais impetuosos, foram detidos.[102] Já na época moderna, assistiu naturais da vizinha Galiza, o que mostra que os

---

partilhar o seu sofrimento. Foram também os dois estudantes de Coimbra, que assassinaram o seu condiscupulo, convidando-o para uma caçada aonde traiçoeiramente o mataram e um rapaz de doze anos, acusado de haver assassinado o pae, a mãe, e uma irmã!". Leia-se *O Vianense*, 1 de Outubro de 1858, n.º 84, não paginado. No jornal, *A Aurora do Lima*, em 1861, ao publicar-se a saída de mais uma leva de degredados noticiou-se: "No dia 3 saiu para Angola, com escala em Cabo Verde e S. Thomé e Principe, o vapor *D. Pedro* da companhia união mercantil. A seu bordo foram 100 degradados, entre eles o celebre Pompêo Agusto Cesar, empregado que foi do ministerio da fazenda, condenado pelo crime de falsificação de recibos das classes inactivas, servindo-se do selo da repartição, para os fazer correr no mercado. Foi tambem uma mulher acusada de bruxarias e artes diabolicas correlativas." Consulte-se *A Aurora do Lima*, 6 de Maio de 1861, n.º 808, não paginado.

[98] *A Aurora do Lima*, 28 de Março de 1870, n.º 2140, não paginado.

[99] AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 580. Em Abril de 1840, despenderam-se 200 réis com os presos que saíram da cadeia. AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 585, fl. 18 v.º. Já no período moderno se procedia a esta prática. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima"..., p. 104. Da mesma autora, "O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 20, (1-2), 2003, p. 315.

[100] ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Receita e Despesa*, n.º 3.24.4.8, fl. 4vº.

[101] AHSCMPL*, Livro das Despesas*, n.º 580.

[102] Em Junho de 1809, a câmara de Ponte de Lima aprovou o embargo do cereal para fornecimento das tropas inglesas e portuguesas, bem como a sua exportação. Confira-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção. Universidade do Minho, 2008, p. 343.

O artigo 42.º, do capítulo XIV, do *Regulamento das Cadeias de 1843* estabelecia que os presos sentenciados ao degredo, logo que a decisão tivesse transitado em julgado, deviam ser enviados para o presídio da Cova da Moura, de modo a acelerar o cumprimento da pena.[92] Após a sua extinção, a prisão de espera dos degredados, na capital, seria o Limoeiro, mas antes aguardavam a sua transferência para a capital noutros estabelecimentos prisionais. Em Julho de 1850, havia seis condenados a degredo perpétuo na cadeia de Ponte de Lima e no mês seguinte contava com mais dois.[93] Os oito foram depois enviados para a cadeia de Braga, donde seriam levados para a Relação do Porto, para, mais tarde, serem conduzidos para o seu destino em África.[94]

A partida das naus com degredados para os destinos ultramarinos era motivo de notícia na imprensa local.[95] Em 30 de Julho de 1858, o periódico *O Vianense* anunciava a saída da nau "Vasco da Gama" com desterrados para Angola e, meses mais tarde, de uma outra embarcação, desta feita com 380 condenados e 100 familiares dos mesmos.[96] Em Lisboa, a partida de levas de degredados não só era notícia na imprensa, como também constituía um espectáculo, se bem que muito pouco dignificante, para o povo que não resistia à curiosidade de observar ao vivo algumas das celebridades do crime.[97] Em Março de 1870, foram enviados para

---

circunstâncias políticas que afectaram Portugal na primeira metade do século atrasavam o envio regular de degredados. Veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo…,* p. 188.

[92] *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*…, p. 15.

[93] AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 47v.º- 48. Em Junho de 1842, a Misericórdia de Ponte de Lima atribuiu a um degredado uma esmola no valor de 480 réis. AHSCMPL*, Livro das Despesas*, n.º 585, fl. 67. No século XVIII, mais propriamente entre 1735 e 1740, período cronológico estudado por Teresa Cardoso, a Misericórdia do Porto concedia alimento, vestuário e equipamento aos condenados ao degredo. Confira-se Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pp. 168-174. Tese de mestrado policopiada. Sobre a ajuda prestada pela Misericórdia de Ponte da Barca aos indivíduos condenados à pena de degredo leia-se Pereira, Maria das Dores de Sousa*, Entre Ricos e Pobres: A actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*…, pp. 249-250.

[94] AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 49v.º

[95] *O Vianense*, 30 de Julho de 1858, n.º 57, não paginado.

[96] *O Vianense*, 6 de Outubro de 1858, n.º 86, não paginado.

[97] Veja-se a forma como eram apresentados pela imprensa alguns dos indivíduos que partiram de Lisboa para o degredo, em 1 de Outubro de 1858: "Entre os presos que embarcaram, foi o irmão do celebre Filipe de Outeiro, condenado a 9 annos de degredo acompanhado por um seu filho menor, que contra vontade do pae aceitou

consertava os "canecos" por onde os presos bebiam.[88] Parecem pequenas coisas, mas que faziam, decerto, grande diferença para quem nada tinha e onde tudo faltava. A assistência concedida pela Misericórdia aumentava em determinadas alturas do ano, nomeadamente na Semana Santa e por ocasião da festa em honra da sua padroeira, Santa Isabel.[89]

Ao longo do período moderno, foi a Misericórdia quem vestiu os presos pobres da cadeia de Ponte de Lima, os quais, aquando da sua libertação, eram obrigados a devolver as mantas emprestadas por aquela instituição.[90] No século XIX, continuou a conceder este apoio.

O cumprimento da pena de degredo exigia a reunião de várias condições, nomeadamente embarcações preparadas para transportar os condenados, que ficavam a aguardar nas cadeias, por vezes durante largos períodos, a sua partida para o destino. Por isso, também beneficiavam de assistência.[91]

---

[88] Também a Misericórdia de Braga investia na compra de equipamento para os presos. Confira-se Castro, Maria de Fátima, "Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga", in *Noroeste. Revista de História. Congresso Internacional de História. Actas*, vol. I..., p. 377.

[89] Sobre os jantares fornecidos aos presos pela Misericórdia de Ponte de Lima no período moderno leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Festas e rituais de caridade nas Misericórdias", in *Piedade Popular: Sociabilidades, representações e espiritualidades: actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999, pp. 501-516. Refere também Marta Lobo que a Misericórdia de Valença, no século XVIII, enviava esmolas para os presos detidos no aljube da praça militar. Da mesma autora veja-se "As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII", in *História: Questões e Debates*, 2009, p. 159. Também em Coimbra, o auxílio da Misericórdia aos presos aumentava por altura das três festas que todos os anos eram celebradas pela confraria daquela cidade. Confirme-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850*)..., p. 574. No século XVIII, na Misericórdia de Setúbal, estudada por Laurinda Abreu, no final da Semana Santa era concedido um jantar aos presos que se caracteriza pela abundância. Confirme-se Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia, 1990, pp. 101-102. Também a Misericórdia de Guimarães fornecia um jantar aos presos das duas cadeias desta localidade, na Quinta-feira de Trevas. Leia-se Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, pp. 183-184.

[90] Sobre as doações de roupa da Misericórdia de Ponte de Lima, nos séculos XVIII e XIX, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 287-302.

[91] Sobre a demora que podia existir na aplicação da pena de degredo confira-se Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 72, 79. Segundo Maria José Moutinho dos Santos, as

Presumimos que esse apoio terá sido interrompido, uma vez que, em Setembro de 1858, o administrador do concelho comunicou ao governador civil que, nos meses de Julho e Agosto desse ano, a Misericórdia não disponibilizou os habituais 400 réis, sem, no entanto, avançar com o motivo dessa suspensão.[84] A partir de 1862, surgiram, de novo, referências à intervenção desta instituição, a propósito do pagamento da pessoa que levava água aos presos. Aliás, este serviço foi financiado, ininterruptamente, desde o início da nossa análise, ou seja, desde 1806.

A Misericórdia de Ponte de Lima, além da esmola semanal e do montante de 4.000 réis mensais para o caldo dos reclusos, da remuneração da pessoa que transportava água para a cadeia e do contributo para ajudar a custear as despesas com o *livramento* dos detidos, também os assistia na doença, pagando a botica e cuidando para que recebessem tratamento médico.[85] Os doentes mentais encerrados nos cárceres também não eram esquecidos.[86]

Os gastos com a justiça eram avultados, sendo incomportáveis para indivíduos de parcos recursos, daí que o auxílio neste domínio se revelasse fundamental, embora acarretasse uma subida apreciável das despesas. Entre 1806 e 1868, a Misericórdia de Ponte de Lima prestou apoio judicial a vários presos, procurando garantir a sua soltura. O mesmo aconteceu em Viana do Castelo e Caminha. Como os beneficiários eram essencialmente pobres, esta ajuda podia incluir o pagamento das carceragens e de todas as custas dos processos, das despesas com os escrivães, advogados, médicos ou testemunhas e com cartas de guia e alvarás de soltura, bem como outras diligências que podiam ser necessárias.[87]

A instituição encarregava-se ainda de prestar outros apoios aos detidos, tendo em vista proporcionar-lhes algum conforto e ajudá-los a enfrentar um quotidiano feito de miséria. Comprava cestas e cordas para, através das janelas, poderem obter a esmola que mendigavam, adquiria louça para comerem, cântaros para guardar a água, candeias para iluminar a cadeia e

---

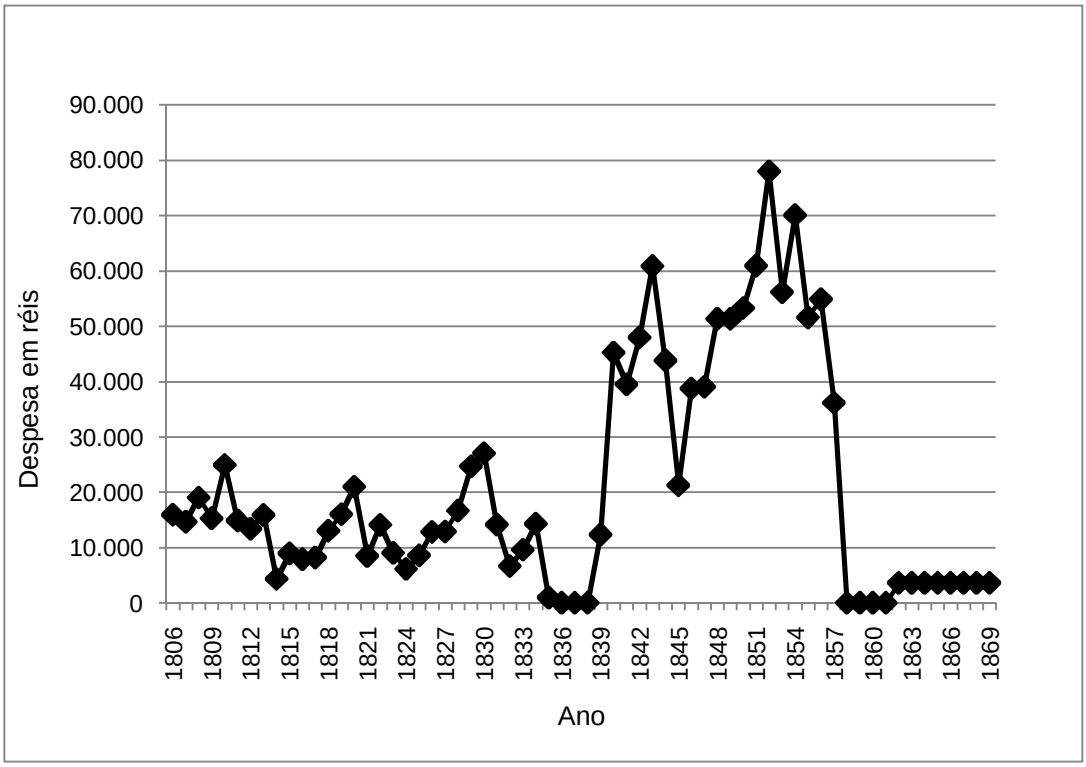
[84] AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

[85] Em 1857, a Câmara Municipal de Ponte de Lima solicitou à Misericórdia que custeasse o sustento e o tratamento de uma presa doente que se encontrava na cadeia da vila, tendo esse pedido sido atendido. AHSCMPL, *Copiador da Correspondência,* n.º 28, fl. 11v.º.

[86] Em Janeiro de 1842, esta instituição concedeu uma esmola a um doente mental, conhecido como o "Entrudo", no valor de 160 réis. AHSCMPL, *Livro de Receita e Despesa 1839-1842*, n.º 585, fl. 58vº.

[87] Veja-se um caso respeitante à Misericórdia de Viana do Castelo, que teve que despender várias quantias em dinheiro com o processo de uma presa, referentes à instrução do processo. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.2, fl. 89.

Gráfico 6. Despesa da Misericórdia de Ponte de Lima com os presos (1806-1869)



Fonte: AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 580; n.º 581; n.º 582; n.º 583; n.º 585; n.º 586; n.º 588.

Esta tendência ascensional das despesas com os presos pobres manteve-se ao longo da década de quarenta do século XIX, com excepção do ano de 1846, que foi marcado por convulsões políticas que tiveram lugar no Minho e que afectaram as várias instituições, incluindo as de assistência. Nessa altura, a Misericórdia chegou mesmo a falhar na sua obrigação, sendo repreendida pelo administrador do concelho.[83] Mas não foi apenas nesse ano que a sua actuação sofreu sobressaltos. Durante o período compreendido entre 1835 e Julho de 1839, deixamos de ter informação sobre o auxílio prestado aos presos pobres. Entre 1833 e 1835, a ajuda desta instituição limitou-se ao socorro prestado a alguns detidos para o seu *livramento* e à esmola concedida na Quinta-Feira Santa de 1835. Nos primeiros anos da década de cinquenta, a Misericórdia continuou a investir neste sector da assistência, não despendendo, até 1856, menos de 50.000 réis anuais.

A partir de 1858, não foi encontrada informação relativa ao valor da contribuição da Misericórdia de Ponte de Lima para o apoio aos presos pobres, nem sobre a sua manutenção.

[83] AMPL, Administração do Concelho, *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

caldo, que implicava um dispêndio mensal que ascendia aos 4.000 réis. Podia tratar-se da continuação do mesmo serviço, porque desconhecemos se o apoio atribuído pela Santa Casa, entre 1806 e 1839, consistia em alimentos ou dinheiro. A Misericórdia nem sempre confeccionava o caldo, mas custeava a sua preparação, que estava a cargo do carcereiro. Em Ponte de Lima, era o administrador do concelho que organizava o sustento alimentar dos pobres, por isso os montantes disponibilizados pela Misericórdia seriam, decerto, entregues a esta autoridade e utilizadas para pagar ao carcereiro e aos padeiros.[79]

O peso da esmola concedida pela Misericórdia de Ponte de Lima era inegável para o sustento dos presos carenciados. Após a publicação da portaria de dois de Dezembro de 1839, que instituiu as comissões para o melhoramento das cadeias, o sustento dos detidos foi beneficiado. Em Março de 1840, na sequência da solicitação apresentada pelo administrador do concelho e pelo presidente da câmara, a Misericórdia aceitou contribuir para sustento dos presos através de um donativo mensal, estabelecido de acordo com as suas rendas e despesas.[80] Assim, a prática da esmola semanal foi substituída pela concessão desta verba que, presumimos, seria entregue ao administrador do concelho. Em 1845, esta autoridade referia que a Misericórdia era a única instituição da vila que colaborava na assistência aos presos pobres.[81] O auxílio prestado era direccionado para a aquisição de alimentos e para a iluminação da cadeia, não prevendo, portanto, a distribuição de dinheiro.[82]

Como se pode verificar no gráfico 6, é precisamente após 1840 que a despesa com estes presos ultrapassa a fasquia dos 30.000 réis. Até então o valor da esmola semanal estava sujeito a variações, oscilando entre um mínimo de 20 e o máximo de 700 réis por semana, conforme o número de presos que necessitavam de auxílio e a situação financeira da instituição.

---

[79] Porém, em 1848, na visita que efectuou à cadeia de Ponte de Lima, o delegado do procurador régio apurou que os presos apenas recebiam uma tigela de caldo diariamente, e que era financiada pela esmola concedida pela Misericórdia da vila. Em Junho do mesmo ano, em nova visita efectuada à mesma cadeia, o magistrado constatou que o sustento alimentar ministrado aos presos era suportado pela Misericórdia e pelo Estado. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 36v.º, 38.

[80] AHSCMPL, *Livro dos assentos da Mesa*, nº 9, fl. 74v.º

[81] AMPL, Administração do Concelho - *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

[82] AMPL, Administração do Concelho - *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

Setembro de 1835[73] e no primeiro Código Administrativo português de 1836. Este documento concedia ao governador civil autoridade para fiscalizar as despesas das irmandades, dissolver, se necessário, as Mesas nomeadas por compromisso e canalizar as suas verbas para os estabelecimentos mais carenciados.[74] Estas linhas de actuação foram, mais tarde, reafirmadas no Código Administrativo de 1842.[75] Também o administrador do concelho passou a interferir nas contas, no funcionamento e na actuação de confrarias e irmandades.[76] Durante o século XIX, as Misericórdias de Ponte de Lima e Viana do Castelo mostraram uma atitude proactiva neste domínio, embora seja evidente uma diminuição do auxílio a partir da década de sessenta.[77] Devido ao elevado número de Misericórdias no distrito em estudo, foram seleccionadas as de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha para uma análise mais aprofundada sobre a beneficência aos detidos pobres.

O donativo que a Misericórdia de Ponte de Lima concedia aos presidiários, entre 1806 e 1839, era distribuído ao domingo, com uma periodicidade semanal.[78] A partir de Março de 1840, a despesa mensal com a esmola destinada aos presos foi substituída pelo fornecimento do

---

[73] *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série..., 1837, p. 301.

[74] Confira-se o disposto nos §. 2., §.3. e §. 5. do artigo 108 do Código Administrativo de 1836. *Código Administrativo Portuguez*, 4.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, pp. 62-63.

[75] Veja-se o artigo 226 do Código Administrativo de 1842. *Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842...,* pp. 72-73.

[76] Pelo disposto no artigo 248.º do Código Administrativo de 1842, o administrador do concelho era responsável pela inspecção e vigilância dos estabelecimentos de beneficência. *Código Administrativo...,* pp. 101-102.

[77] Referimo-nos, no caso de Ponte de Lima, aos trabalhos desenvolvidos por Maria Marta Lobo de Araújo, designadamente, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000, pp. 249-268; 669-680 e "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima", in *Cadernos do Noroeste*..., pp. 83-114. No caso de Viana do Castelo, há que destacar o trabalho de Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII),* 2.º vol., Braga, Universidade do Minho, 2009, pp. 605-606. Tese de doutoramento policopiada.

[78] Até ao século XVIII, a esmola era distribuída duas vezes por semana, à quarta-feira e ao domingo. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 676. Também no século XVIII, os presos da cadeia de Ponte da Barca eram visitados duas vezes por semana pelos mordomos da Misericórdia. Veja-se Pereira, Maria das Dores de Sousa*, Entre Ricos e Pobres: A actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, p. 249.

celebração de missas.[70] O acompanhamento espiritual era, aliás, um preceito concretizado através dos ofícios religiosos, que tinham luar nas proximidades das cadeias, sob o patrocínio das Misericórdias, ou através da participação dos presos nas cerimónias religiosas da Semana Santa. Para satisfazer estes deveres, as Misericórdias montavam estruturas, mais ou menos aparatosas, de acordo com a sua capacidade económica e com o número de presos que tinham de socorrer.

A instauração da monarquia constitucional acarretou mudanças significativas nas áreas de intervenção das Misericórdias, que se traduziram, designadamente, na supressão de alguns serviços que prestavam, além de ficarem sujeitas à fiscalização e à acção inspectiva a cargo dos órgãos administrativos criados pela nova ordem política.[71] Estas alterações acabaram por se reflectir no serviço assistencial que prestavam.

Apesar da maior preocupação com o sustento dos presos carenciados, constatamos, através dos diferentes documentos legais promulgados ao longo da primeira metade do século XIX, sobretudo entre a década de trinta e cinquenta, que o Estado só admitia e avaliava a sua intervenção em função da acção que as Misericórdias, confrarias, hospitais e outras instituições desempenhavam, a nível local, no auxílio ao sustento dos presos indigentes.[72]

Mais do que interferir directamente no sustento dos presos pobres, o Estado liberal começou por orientar e fiscalizar a acção das instituições de assistência neste domínio, nomeadamente no que respeita à aplicação das suas verbas. A intervenção do governo era efectivada através do governo civil e das administrações dos concelhos, fazendo uso das competências consignadas em diversos normativos legais, nomeadamente na portaria de dois de

---

[70] Acerca dos serviços prestados pelas Misericórdias aos presos, leia-se Escocard, Marta Tavares, "As Misericórdias e a assistência aos presos", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 70-71.

[71] Foi o caso dos expostos que passaram para as mãos das autoridades municipais. Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas. 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 86-87. Sobre o auxílio prestado pelas Misericórdias aos presos, entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, consulte-se Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia (Coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Sob o signo da mudança: de D. José a 1834*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 32-33.

[72] Referimo-nos à circular de 27 de Setembro de 1836, à portaria de 30 de Junho de 1838 e à portaria de 22 de Julho de 1850, diversas vezes citadas na nossa análise. Acerca do papel desempenhado pelo Estado, ao longo do século XIX, no domínio da assistência aos presos pobres leia-se Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 509-512.

de António José Ferreira, condenado a trabalhos públicos no presídio militar de Valença, que foi esmolado várias vezes, desde 1862 até 1870, ainda antes de ser julgado.[67] É de referir que a reincidência na actividade criminosa não impedia a concessão de esmola. Nas listas dos presos assistidos é possível detectar vários casos de recaída no mundo no crime, mas nem por isso os implicados deixaram de ser assistidos nas várias passagens pelo cárcere.

Analisado o contributo estatal no domínio da assistência, abordaremos a colaboração de algumas Misericórdias do Alto Minho oitocentista nesta área, completando-se, assim, juntamente com o socorro prestado pelos particulares e pelas confrarias, o círculo daqueles que, por imposição ou sentido de dever filantrópico, concorriam para o sustento dos encarcerados.

2. A acção das Misericórdias nas prisões

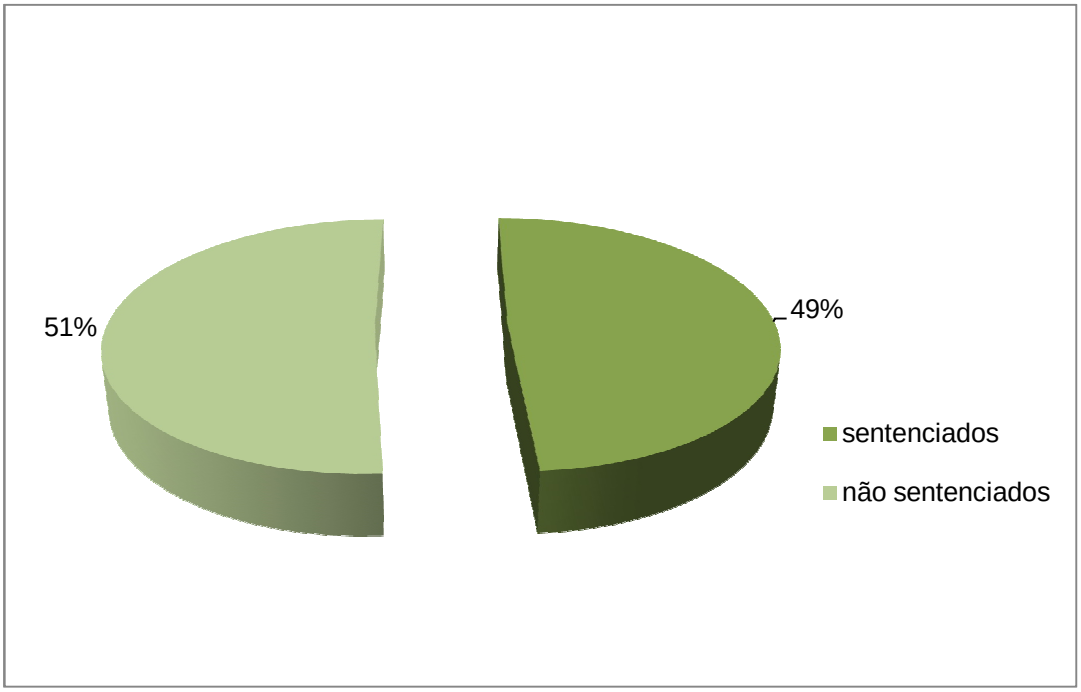
Visitar os presos constituía uma das obras de misericórdia e uma das práticas mais antigas. Esta foi uma responsabilidade que os monarcas atribuíram às Misericórdias e que estas executaram de acordo com a sua disponibilidade financeira.[68] As Misericórdias usufruíam ainda da prerrogativa de entrar nas cadeias e limpá-las.[69] Estas instituições não só cuidavam do vestir e do alimento dos presos pobres, mas também os amparavam na doença, davam andamento aos seus *livramentos* e apoiavam-nos no cumprimento de algumas penas, como o degredo ou a pena capital. Este apoio estendia-se à hora da morte, sempre que os presos com a marca da indigência pereciam no cárcere, cuidando do enterro do corpo e da salvação da alma através da

[67] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

[68] Sobre os privilégios concedidos pelos monarcas às Misericórdias no domínio da assistência aos presos leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça,* Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 110-111. Veja-se igualmente Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 64-65. Da mesma autora, "As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno", in *Cadernos do Noroeste*, n.º 15 (1-2), 2001, pp. 339-340.

[69] Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Justiça e Misericórdia(s): devoção, caridade e construção do estado ao tempo de D. Manuel I", in *Penélope*, n. º 29, 2003, p. 12.

Gráfico 5. Situação dos presos das cadeias de Valença que receberam esmola (1851-1862)



Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Como se pode constatar no gráfico 5, era muito ténue a diferença entre a percentagem dos presos sentenciados e não sentenciados que eram assistidos. Em muitos casos, os beneficiários, embora tivessem começado a receber ajuda na condição de não sentenciados, continuavam a usufruir desse apoio depois de condenados. Como já foi realçado, a apoio não era concedido em dinheiro, mas sob a forma de alimento e, sempre que possível, em roupa. O seu valor variava consoante os anos e o número de presos, oscilando, no caso de Valença, entre 1855 e 1870, entre um mínimo de 20 e o máximo de 80 réis. Na grande maioria dos casos, a esmola alternava entre os 40 e os 60 réis, montante suficiente para fornecer aos presos uma ou duas refeições diárias. Os que estivessem detidos com filhos menores auferiam de um acréscimo adicional fixo, na ordem dos 20 réis. Durante o período indicado, 35 receberam por diferentes lapsos de tempo.[66]

Importa ainda considerar aqueles presos que, aguardando no cárcere a partida para o degredo, também podiam beneficiar de assistência. O mesmo acontecia com os condenados a trabalhos públicos, que se concentravam no presídio de Valença, e que até precisavam de ser bem nutridos para conseguirem aguentar as adversidades que tinham de enfrentar. Era o caso

[66] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

outros viam o seu período de encarceramento prolongar-se por anos, não a cumprir sentença, mas a aguardar a decisão da justiça.[63]

Ao longo do ano, os presos apresentavam mais do que uma petição, o que acontecia quando o primeiro pedido não era satisfeito, ou quando tinham a necessidade de o renovar. Foi o caso de Francisco Ruas, que requereu a concessão de esmola em Outubro de 1863, mas que não foi concedida, uma vez que seu nome não consta das listas dos socorridos nesse ano. Em Julho do ano seguinte, fez nova tentativa, desta vez atendida, tendo passado a receber esmola logo no mês seguinte.[64] Em muitos casos, as petições sucediam-se conforme os anos que durava a detenção dos requerentes.

A informação disponível nas fontes acerca da condição dos detidos nas cadeias de Valença não vai além do ano de 1862. No entanto, alguns dos que, nesse ano, tinham o estatuto de "não sentenciados", continuavam detidos no ano seguinte, embora desconheçamos em que circunstância.[65]

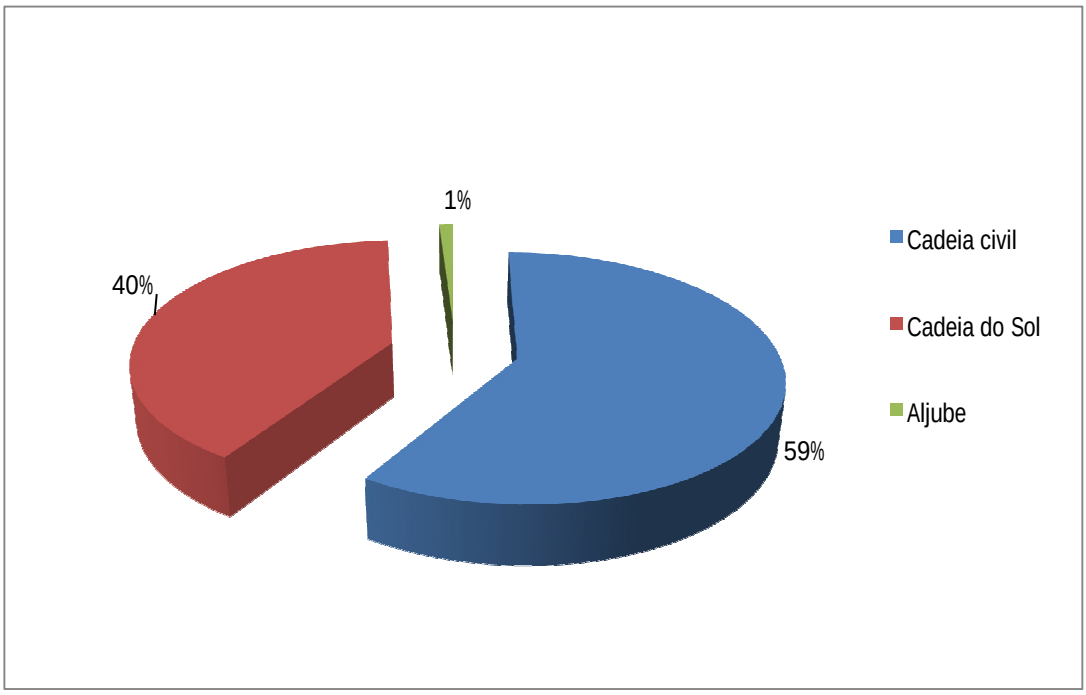
[63] É bastante elucidativo o caso de Luís António Gonçalves, preso em Valença, a ser esmolado desde Abril de 1852, como preso não sentenciado, situação em que ainda se encontra em Outubro de 1855, ou seja, esteve quase três anos sem ver definida a sua situação. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º1.5.5.5-13, não paginado.

[64] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.5.5.5-13, não paginado.

[65] Foi o caso de Fortunato José Gonçalves, que entrou na cadeia civil de Valença em Março de 1861, como não sentenciado, mantendo essa condição até Maio de 1862, tendo permanecido nesse estabelecimento, ou pelo menos, foi esmolado até Janeiro de 1863. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Em Valença, os presos civis que se encontravam nas cadeias militares eram igualmente assistidos com a esmola diária concedida pelo Estado. No entanto, quando esta escasseava ou não existia, eram socorridos pelas entidades militares responsáveis pela gestão dos espaços carcerários. Aliás, conforme se pode verificar no gráfico 4, uma elevada percentagem dos presos esmolados entre 1855 e 1870 estava encerrada no presídio militar, denominado nas fontes de "Cadeia do Sol", que acolhia alguns dos condenados mais perigosos do Alto Minho.

Gráfico 4. Distribuição dos presos assistidos pelas cadeias de Valença (1855- 1870)



Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1.

A percentagem de 1% representada no gráfico 4 refere-se a seis mulheres, que, no período compreendido entre Agosto e Outubro de 1867, estiveram detidas no Aljube. Não temos conhecimento da razão que levou as autoridades a providenciar a sua transferência temporária, mas o certo é que se tratava de mulheres pobres que, ao tempo, estavam detidas em Valença e a receber esmola.

Tanto recebiam ajuda os presos sentenciados como os não sentenciados. Como já foi salientado, a justiça do tempo era morosa e se alguns ficavam detidos apenas dias ou meses,

estudados, os presos indigentes detidos em Valença não alegassem a idade avançada ou a doença para receber esmola. [59]

Nas suas petições, os presos nem sempre explicitavam o motivo do seu encarceramento. Mas alguns faziam-no, talvez com o intuito de alertarem para a desproporcionalidade entre o pesado fardo que carregavam e a pouca relevância da transgressão que tinham praticado. Foi o que fez Margarida Josefa Pereira, que, em 1853, apelou ao administrador do concelho de Valença, fazendo referência à sua recente maternidade e à reduzida gravidade do crime de que estava acusada:

> "Diz Margarida Josefa Pereira solteira da freguesia de São Julião da vila deste concelho, que ella supplicanta foi presa e conduzida a cadeia desta villa onde se acha com hum menino de cinco mezes na maior miseria desta vida sem ter meios alguns nem casa nem pousada, nem quem a favoreça na cadeia e asim nestas circunstancias em que se acha recorre a vondade de Vossa Senhoria de lhe mandar avonar a santa esmola que os mays presos recebem que estão em tais circunstancias. Pois a supplicanta está pronunciada no cartório de Penas por via de humas espigas de caniço que seos inemigos acalparao [sic], e tem de se livrar em audiencia geral."[60]

Apenas dispomos de mais três petições em que os presos apresentam o motivo da sua detenção: um por crime de espancamento, outro por contrabando e uma mulher por causa do pagamento de uma multa.[61]

Nas suas petições, os presos pediam essencialmente o necessário para colmatar as suas necessidades elementares, ou seja, alimento e roupa de cama. Por exemplo, em Julho de 1864, Bernardo Teixeira, detido na praça de Valença, na chamada cadeia "das Portas do Meio", pediu uma enxerga, por estar a dormir directamente na tarimba e para ser transferido para o presídio da praça "por motivo de se ganhar mais 20 réis e juntamente andar mais na minha liberdade."[62]

---

[59] No distrito de Viseu, entre os séculos XVIII e XIX, Anabela Ramos encontrou presos a pedir esmola, não só por causa da miséria, da fome e do frio, mas também devido a doença e para conseguirem obter a sua libertação. Leia-se Ramos, Anabela, "O Purgatório dos Vivos: Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1.ª metade do século XIX", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, p. 411.

[60] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º1.5.5.5-13, não paginado.

[61] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º1.5.5.5-13, não paginado.

[62] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

em que estavam encarcerados em Portugal.[54] Estes casos constituíam prova de que esta protecção não se restringia a nacionais, mas também estava acessível a todos os que fossem pobres e estivessem encerrados nas cadeias portuguesas, abrangendo os mesmos cuidados, nomeadamente a nível de saúde.[55]

A cadeia reflectia a miséria que grassava na sociedade. Para enfatizar a sua pobreza, os detidos usavam diversas expressões: "sendo muito pobre que não tem senão o dia e noite", "he muito pobre", "absolutamente pobre", "pobre e necessitada", sugerindo uma gradação do estado a pobreza. Para além da referência à indigência, fazia-se alusão à falta de alimento, uma vez que esta era tida como a necessidade mais básica, a primeira a satisfazer, usando expressões como "tem passado rios de fome", "está a morrer de fome", "achando-se muito pobre e morto de fome", entre outras.[56]

A cadeia não era apenas morada de gente pobre, mas funcionava também como um mecanismo gerador de miséria, num tempo em que a justiça era cara e morosa, provocando longas estadias na prisão e o dispêndio das poucas economias daqueles que por ela aguardavam.[57] Por isso, não é de surpreender que, para obterem auxílio, alguns evocassem a falta de recursos por terem gasto todo o seu pecúlio nas barras da justiça.[58] Curiosamente, não deixa de causar alguma estranheza que, ao contrário do que acontecia noutros casos já

[54] Em Dezembro de 1864, estavam presos em Valença dois espanhóis, naturais da comarca de Ponferrada, transferidos da cadeia da Relação do Porto, tendo permanecido alguns dias na praça de Valença até serem extraditados para Espanha. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado. Entre 1855 e 1870, sete galegos receberam esmola.

[55] Em 1842, estava detido na cadeia de Vila Nova de Cerveira um espanhol gravemente doente com uma moléstia pulmonar, cujo tratamento foi custeado pela comissão daquela localidade. AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações*, 1840-1857, documento avulso.

[56] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

[57] As acusações de uma justiça morosa e dispendiosa arrastam-se desde a idade moderna. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, Braga, 2006, p. 314.

[58] Em Março de 1863, José Cunha dirigiu uma petição ao administrador do concelho de Valença pedindo esmola, uma vez que, estando preso há mais de um mês, tinha gasto tudo o que possuía com a justiça. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Para obterem esmola, os peticionários alegavam viver apenas do rendimento do seu trabalho, da força dos seus braços, pelo que, dada a sua condição de reclusos, estavam impedidos de garantir o seu sustento. De facto, a detenção de um único elemento do agregado familiar podia causar grandes danos na economia doméstica, uma vez que não contribuía e precisava de ser sustentado. Alguns presos conseguiam garantir a sua subsistência durante os primeiros tempos de detenção, mas, quando esta se prolongava, acabavam por cair na indigência e não lhes restava outra alternativa que não fosse suplicar apoio para escapar aos tormentos da fome e do frio. Para tornarem o quadro mais negro, invocavam a solidão e a falta de amparo, provocadas pela orfandade ou pela ausência da família, que não podia ou não queria prestar-lhes apoio.[52] Outros alegavam o elevado número de filhos que tinham para sustentar. Convém recordar que muitas crianças, algumas com menos de oito anos de idade, estavam encarceradas com os seus progenitores, designadamente nas cadeias de Valença. A situação tornava-se particularmente complicada para as mães solteiras.[53]

Uma outra razão evocada pelos presos para serem esmolados prendia-se com a distância a que se encontravam dos seus entes mais próximos, familiares e amigos, o que dificultava seriamente a prestação de ajuda. O afastamento podia ser longo, se tivermos em conta a escassez e o mau estado as vias de comunicação existentes na altura. Acresce o facto de as cadeias de Valença serem as que, Alto Minho, mais presos recebiam de fora do concelho, o que desagradava à administração do concelho, pois tinha que custear o seu sustento. Abandonados pelas autoridades dos municípios da sua naturalidade, decerto que não usufruiriam do melhor dos tratamentos, por serem tidos como os responsáveis pela diminuição do apoio aos demais reclusos.

A situação seria particularmente dolorosa para os galegos, que, afastados das suas terras de origem, também solicitavam que lhes fosse concedida assistência durante o período

---

[52] Sobre o papel da família na assistência leia-se Carasa Soto, Pedro, "Beneficencia y «cuestión social»: una contaminación arcaizante", in *Historia Contemporánea*, n.º 29, 2004, pp. 652-655. A solidão foi o motivo apresentado por Francisco Ruas para receber esmola. Estava preso na cadeia de Valença, pelo menos desde 1863, era solteiro e não tinha pai nem mãe. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

[53] Veja-se o caso paradigmático de Maria Joaquina da Rocha, presa na cadeia civil de Valença, pelo menos desde 1859, com a sua filha de apenas cinco anos de idade. Em 1863, continuava a pedir para ser ajudada. O carcereiro daquele estabelecimento não só reconhecia o desamparo da suplicante, como refere que a filha desempenhava a função de mensageira, levando para o exterior os recados dos presos. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Figura 1. Edifício dos antigos Paços do Concelho e cadeia de Viana do Castelo

Quadro 4. Naturalidade/residência dos peticionários detidos nas cadeias de Valença (1862-1870)

Localidade/País	N.º de indivíduos
Arcos de Valdevez	2
Espanha (Galiza)	7
Melgaço	2
Monção	16
Paredes de Coura	4
Valença	19
Vila Nova de Cerveira	8
Total	58

Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.5.5.5-13.

A presença de naturais da Galiza entre os requerentes é explicável pela proximidade geográfica. Para esses, a cadeia de Valença era muitas vezes o seu último poiso antes de serem extraditados para o outro lado da fronteira.

Apenas muito circunstancialmente, os peticionários referiam a sua ocupação, que, em geral, estava associada ao trabalho no campo. Cruzando a informação sobre os requerimentos com as listas de presos que foram assistidos, verificamos que os pedidos de 96% dos suplicantes foram atendidos e apoiados no mês seguinte à entrega da petição. Deste modo, apenas 4% viram os seus requerimentos indeferidos, certamente porque a sua pobreza não tinha sido devidamente comprovada.

Mas nem todos aqueles que se diziam pobres beneficiavam de auxílio, pois tinham que cumprir determinados requisitos estabelecidos no *Regulamento das Cadeias de 1843*. Segundo o artigo 26.º, do Capítulo IX, do referido documento, nenhum preso podia ser abonado

> "[...] de sopa da caridade, ou de alguma ração a título de serviço, nem classificado como pobre para os demais effeitos necessários, sem prévio despacho do Administrador do Bairro ou Concelho, proferido com inteiro conhecimento das circunstancias especiais do preso, e averbado pelo Carcereiro ou Guarda Livros no assento da prisão, para em vista de tudo se formar a tabella de rações de que tracta o art. 7.º n.º 3."[49]

Em Valença, para se certificar da autenticidade da pobreza dos suplicantes, o administrador do concelho colhia informações junto dos regedores e párocos da sua freguesia de residência ou naturalidade. Na eventualidade destes terem sido transferidos de outro estabelecimento prisional, procurava, com a ajuda do carcereiro, averiguar o seu grau de pobreza junto dos oficiais de outras localidades ou daqueles que os transportavam.

Dispersas pelos anos de 1862, 1863, 1864 e 1870, dispomos de 69 petições apresentadas pelos presos das cadeias civil e militares de Valença. Acreditamos que se trata apenas de uma pequena amostra da totalidade dos requerimentos, uma vez que, durante esses anos, centenas de presos foram sustentados nas cadeias desta vila. A maior parte dos pedidos eram escritos pelo ou a pedido do peticionário, a título individual, embora também tenham sido detectadas petições colectivas, onde uma parte substancial ou a totalidade dos requerentes se dirigia ao administrador do concelho para se queixar da falta de esmola, de água, ou para lançar acusações sobre o carcereiro.[50]

A grande maioria dos peticionários era do sexo masculino e natural dos concelhos de Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira, representando 77% dos requerimentos apresentados, sendo as mulheres autoras das restantes 23%, como se pode observar no quadro 4.[51]

---

[49] *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Legislação *de 1842 em diante*..., p. 12.

[50] Também Maria Antónia Lopes detectou a presença de petições colectivas apresentadas pelos presos da cadeia da Portagem. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 583-584.

[51] AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.